

Francisco Gouvea de Sousa

**Entre fronteiras e nações:
Um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e
Geográfico Brasileiro desde
1870 a 1890**

Dissertação de Mestrado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da PUC-Rio como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História

Orientador: Prof. Ilmar Rohloff de Mattos

Rio de Janeiro
Abril de 2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Francisco Gouvea de Sousa

**Entre fronteiras e nações:
Um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e
Geográfico Brasileiro desde
1870 a 1890**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Cultura do Departamento de História do Centro de Ciências Sociais da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Prof. Ilmar Rohloff de Mattos
Orientador
Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Eunícia Barros Barcelos Fernandes
Departamento de História - PUC-Rio

Prof. Kaori Kodama
FIOCRUZ

Prof. Nizar Messari
Vice-Decano de Pós-Graduação do Centro de Ciências Sociais
Puc-Rio

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2008

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Francisco Gouvea de Sousa

Graduou-se em Música pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro em 2005. Foi Bolsista de Iniciação Científica do Projeto *Matrizes musicais e matrizes culturais da música brasileira* sob a orientação de Martha Ulhôa, de 2002.2 a 2004.2.

Ficha Catalográfica

Sousa, Francisco Gouvea de

Entre fronteiras e nações : um estudo sobre a revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde os anos de 1870 a 1890 / Francisco Gouvêa de Sousa ; orientador: Ilmar Rohloff de Mattos. – 2008.

112 f ; 30 cm

Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

Inclui bibliografia

1. História – Teses. 2. História social da Cultura. 3. Revista do IHGB. 4. Segundo reinado. 5. Historiografia. 6. Guerra do Paraguai. 7. Fronteiras. 8. Nações. I. Mattos, Ilmar Rohloff de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de História. III. Título.

CDD: 900

Agradecimentos

Uma andorinha só não faz verão.

Ao Professor Ilmar pelo exemplo, compreensão e confiança. É um prazer lhe conhecer.

A meus pais, por mais do que poderia falar.

A minha irmã Rosa, que frente a um mundo que nem sempre traz esperança, faz a vida crer.

A minha Isadora, por iluminar-me inteiro e me deixar ser dela.

A todos do departamento de História, em especial a Edna, quem faz do cotidiano mais que apenas um dia de trabalho.

Aos meus amigos de longa data. Na parede do quarto de meus Pais tem uma foto de duas crianças, eu e o João. João amigo desde a primeira infância cursou o Mestrado ao meu lado. Por ele, agradeço ao Leo, Bernardo, Breno e Carvalho com quem aprendi o que é ser amigo.

Agradeço a todos aqueles que me fazem ser como uma família: Modupé.

À Professora Eunícia, desde a seleção para ingresso no mestrado, exemplo, amiga e referência.

À Professora Kaori Kodama, por ter aceito o convite de participar da qualificação e defesa, por quem agradeço aos historiadores que reafirmam a honestidade dessa tarefa.

Aos meus colegas e amigos: Rafael, Guido, Daniel, Vivi, Joana, Fred, Henrique, Marcelo, Pedro e todos com quem pude conversar e aprender sobre história.

À CAPES e a PUC-Rio, na verdade àqueles que lá trabalham, por propiciar um estudo subsidiado. O que é, de fato, uma sorte e motivação.

Resumo

Sousa, Francisco Gouvea de; Mattos, Ilmar Rohloff de. **Entre fronteiras e nações: um estudo sobre as Revistas do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro desde os anos de 1870 a 1890**. Rio de Janeiro, 2008. 112p. Dissertação de Mestrado – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta dissertação se propõe ao estudo da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro publicada desde o fim da guerra no Paraguai até a proclamação da República, resultando, entre outros pontos, em uma reflexão sobre o tempo histórico, esboço de uma extensão e de uma intensidade particulares aos textos e autores publicados nessa revista. Na medida em que tais textos e autores comentavam uma nova era do IHGB e do Império, delimitavam um período cujo início foi a participação do Imperador em uma sessão do Instituto (uma das confirmações dos sucessos da maioria). O compromisso com o Imperador e com a ordem que ele simbolizava aparece na medida em que os sócios do Instituto Histórico defendiam o alargamento desse período. Em consequência, mantinham-se fiéis a um conjunto de debates anteriores que tratava especialmente de fronteiras e nações, enquanto, do lado de fora do Instituto, a República era consentida. Sendo assim, nos detivemos especialmente nestes textos e autores (como Visconde de Taunay e Couto de Magalhães) que tratavam de fronteiras e nações, em um debate onde a atenção ao território se imbricava com uma discussão sobre seus habitantes (os selvagens). No momento em que a perda do Imperador era inevitável e parte desses debates parecia perder força, os sócios do IHGB reafirmavam o compromisso com a razão e a distância do mundo das paixões que, segundo os próprios, marcavam as regências e esse novo presente. Afirmavam-se, por fim, enquanto herdeiros ainda dispostos a dar continuidade ao IHGB, Instituto de sábios comprometidos com o progresso da Nação.

Palavras-chave

Revista do IHGB; segundo reinado; historiografia; guerra do Paraguai; fronteiras; nações.

Abstract

Sousa, Francisco Gouvea de; Mattos, Ilmar Rohloff de. **Between borders and nations: a study about the journal of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro since 1870 to 1890**. Rio de Janeiro, 2008. 112p. MSc Dissertation – Departamento de História, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation proposed to study the journal of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro published after the end of the war in the Paraguay until the proclamation of the Republic, resulting, among other points, in a reflection on the historical time, outline of an extension and of an intensity, particular to the texts and authors published in this journal. Since such texts and authors used to comment a new era of the IHGB and of the Empire, they delimited a period that had began with the participation of the Emperor in a session of the Institute (one of the confirmations of the successes of the majority). The commitment with the Emperor, and with the order that he symbolized, appears when the members of the Instituto Histórico defended the widening of this period. Consequently, they were faithful to an assembly of previous debates that treated specially of borders and nations, whereas, on the outside of the Institute, the Republic was being consented. Therefore, we discussed specially these texts and authors (as the Viscount of Taunay and Couto of Magalhães) that shaped borders and nations, in a debate where the attention to the territory overlapped with an argument about his habitants (the wild). In the moment that they lost the Emperor and a part of these debates lost force, the members of the IHGB reaffirmed the commitment with the reason and the distance of the world of the passions that, second then own, marked the regency and marked this new present. They were, finally, heirs still committed to give continuity to the Instituto Histórico, Institute of wise man committed with the progress of the Nation.

Keywords

IHGB magazine; second reign; historiography; war of the Paraguai; borders; nations.

Sumário

1 Introdução	9
2. O Segundo Reinado e o Instituto Histórico	16
2. 1. As Revistas do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil entre os anos de 1870 a 1890: um panorama	16
2.2. Motins, sedições e luta civil: a recente história do Segundo Reinado	34
3. Entre dois momentos: a herança e a experiência	47
3. 1. Palavras que motivam a ação: território; população; civilização.	47
3. 2. A guerra como espaço de experiência	61
4. Fronteiras e Nações	73
4.1. Os limites nacionais ou as fronteiras da expansão	73
4. 2. Fronteiras internas ou os caminhos da civilização	79
5. Conclusão A vitória das paixões partidárias: o exílio dos sábios	94
6 Bibliografia	101

A pedra rolou do alto da montanha e não se sabe onde irá parar
Manuel Duarte Moreira de Azevedo. **Motim político de 3 de Abril de
1832 no Rio de Janeiro.** 1874.

1 Introdução

Minha aspiração certamente não é acessar o pensamento de autores há muito falecidos; mas, apenas usar técnicas da pesquisa histórica para capturar seus conceitos, seguir suas distinções, apreciar suas crenças e, o quanto for possível, enxergar por seus olhos.

Quenti Skinner. **Visions of Politics. Regarding Method**. 2002.

E jamais, em todas as páginas da nossa história laços mais íntimos, nem ligações mais estreitas, prenderam o nobre povo brasileiro, que os experimentava, ao excelso trono em que se assenta a augusta família de V. M. Imperial.

Alfredo de Escragnoille Taunay. **Alocução**. 1888.

Para quem lê a segunda epígrafe, tendo em vista o ano de 1889 como o fim do Império, a **Alocução**¹ de Visconde de Taunay, enquanto discurso no qual, em 1888, se fala pela continuidade do que certamente teria fim em breve, parecerá incoerente com o que estava em jogo no momento. Afinal, o fim do Império sugere que esse deva ter experimentado uma crise ou algum tipo de processo que implicou seu término e, assim, frente a tal causalidade, a voz de Taunay parece não ter projeção, como se para a narrativa da crise, ao armar seu argumento por um jogo entre causa e efeito, não fosse necessária nenhuma expectativa ou experiência para além do processo que está sendo narrado². A questão é que se para a narrativa da crise é pouco representativo ouvir discursos sem projeção (como se fossem apenas ecos de algo fadado a ser passado e, assim, passíveis de serem esquecidos) há que se destacar que não seria apenas o Visconde de Taunay, mas o conjunto de sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) que, por sua íntima relação com o Imperador³, seriam postos em condição secundária frente outros atores que, esses sim, moveram a história em direção à superação de um período e ao nascimento de outro. Assim, dito de forma breve, no momento em que a expectativa da crise suspende certos discursos da narrativa

¹ TAUNAY, Alfredo d'Escragnoille Taunay, Visconde de, 1843-1899. **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnoille Taunay**. 51 (78): 39-47, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

² O ponto aqui não é, em absoluto, uma desqualificação da escrita da história enquanto narrativa de um processo. Apenas destacamos que, na construção de um enredo que expõe o que aconteceu, especialmente pela dimensão literária do texto (necessária para sua inteligibilidade) certas arestas são polidas da narrativa. A expectativa de uma causa para o efeito que se observa (o fato histórico), enquanto *aporia* desse procedimento narrativo (C.f. LIMA, Luiz Costa. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006) exige certa atenção à coerência entre as forças históricas em jogo. A crise, por fim, pode encobrir continuidades e, mais importa notar, minimizar o sentido de certas representações, discursos e projetos.

³ GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. R. IHGB. 156 (388): 459-614, 1995.

por serem supostamente de menor importância, ficam de lado os registros que poderiam por a própria crise em dúvida, pois dentro desse tipo de enredo, qualquer continuidade é transgressora.

Por outro caminho, mas em direção próxima do que foi dito, ao comentar como certos autores (como Euclides da Cunha e Joaquim Nabuco) se tornaram chaves para a compreensão não só do Império, mas do Brasil, Maria Helena Machado⁴ destaca outros autores que foram, com o passar do tempo, se tornando menos freqüentados, sendo lidos apenas como fonte de um processo histórico, porém não como construtores de uma certa face da Nação. Dentre estes, Maria Helena Machado destaca Couto de Magalhães, sócio do IHGB e monarquista convicto.

Acompanhar a obra de Couto de Magalhães, a sua atuação pública, bem como suas reflexões íntimas sobre ambos aspectos, enseja mais do que uma biografia de um medalhão do Império. De fato, o que sugere esta análise é mais do que o perfil de um notável do Império, mas a figura de um indivíduo que, encarnado a figura do engendrador de mitos, soube expressar uma certa configuração do Brasil, dedicando sua vida em prol da nacionalidade. Tendo sido o criador de muitas matrizes do imaginário brasileiro, suas formulações podem ser detectadas em diferentes vertentes do pensamento nacional, das últimas décadas do XIX até os estertores do Estado Novo, senão depois⁵.

Por outro caminho, mas concluindo de forma próxima ao artigo de Maria Helena Machado, destacamos que a revista do IHGB (objeto desse estudo), se vista pelo prisma da crise do Império, perde a força enquanto fragmento de um processo mais amplo, constitutivo de um vocabulário político e de programas para a Nação que podem ter tido desdobramentos independente do fim do Império. Afinal, pelo menos o IHGB, como se sabe, ainda hoje permanece ativo. Trata-se, então, de percorrer o caminho enunciado na epígrafe que abre a dissertação, onde o futuro aparece em aberto, pois Moreira de Azevedo, ao citar a frase de Evaristo da Veiga “A pedra rolou do alto da montanha, e não se sabe onde irá parar”, colocava em cena, enquanto historiador que escrevia em 1874⁶, um fragmento das experiências e expectativas daqueles que vivenciaram as regências, anunciando que naquele passado, como em seu presente, não existia uma certeza, mas um

⁴ C.f. MACHADO, Maria Helena P. T. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000.

⁵ Ibid., p. 66.

⁶ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 367-381, 1874.

*horizonte de expectativas*⁷. Sendo assim, essa dissertação tem como objetivo tratar os artigos impressos na revista do IHGB de 1870 a 1890, até o quanto for possível, pelos olhares e vocabulários dos sócios que a escreviam, um conjunto de letrados que, com o fim do Império, não enxergava apenas causas ou processos históricos, mas o desfazer de seus *horizontes*. Nesse sentido, a presente dissertação trata, também, de um *tempo histórico*, afinal, os sócios do IHGB mantinham, de longa data, estreita relação com o Imperador (o que a **Alocução** de Taunay não deixa de sublinhar) desde, pelo menos, à fundação do Instituto Histórico. Ou seja, além de um *horizonte de expectativas* estava em jogo um *espaço de experiências*⁸.

Se voltarmos ao outro ponto que define os limites desse estudo, o fim da guerra do Paraguai, veríamos que os mesmos sócios do IHGB, que viam futuros se tornarem passado em 1890, se colocavam, em 1870, como herdeiros de um Império e dirigentes a serviço de um Imperador que merecia ser defendido mesmo frente às adversidades da guerra (cujo detalhamento se dará no terceiro capítulo). Nesse movimento de defesa de uma herança, a revista do IHGB (a partir daqui apenas Revista), onde as experiências da guerra foram comentadas e significadas, afirmava tanto o valor dos trabalhos anteriores do Império quanto a utilidade de lhes dar continuidade. Manter a Revista, então, era uma ação, uma forma de intervir no tempo presente. Se a Revista era tanto herança quanto construção, é também um bom princípio para comentar a favor do que os sócios do IHGB se colocavam.

Em um artigo recente, Manoel Salgado⁹ comenta certos *textos de fundação* publicados pelo IHGB em seus primeiros anos, nos quais percebe um

⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

⁸ “Tem sentido se dizer que a experiência proveniente do passado é espacial, porque ela se aglomera para formar um todo em que muitos estratos de tempos anteriores estão simultaneamente presentes, sem que haja referência a um antes e um depois. (...) é mais exato nos servimos da metáfora do horizonte de expectativa, em vez de espaço de expectativa. Horizonte quer dizer aquela linha atrás da qual se abre no futuro um novo espaço de experiência, mas um espaço que ainda não pode ser contemplado” (Ibid., p. 311). Tais categorias servem a investigação de um *tempo histórico* na medida em que por elas é possível ter algum controle de como o passado orienta a expectativa de futuro e, assim, como tal expectativa interfere diretamente na ação no presente, é possível tratar de um *tempo* em construção pela ação de certos atores e contextos dentro de um certo enredo, ou seja, é possível tratar de um *tempo* construído historicamente.

⁹ GUIMARAES, M. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho. (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 93-122.

deslizamento entre diferentes concepções históricas. Assim, homens virtuosos e feitos notáveis deveriam ser salvos do esquecimento como forma de disseminar exemplos morais e políticos, diretriz que foi seguida por muitos anos no IHGB¹⁰. A necessidade de coligir e metodizar documentos necessários à escrita da história foram eleitas etapas fundamentais para a escrita de uma história nacional, o que, posteriormente, fez da Revista espaço de publicação de tais documentos. Dever-se-ia, ainda, segundo tais *textos de fundação*, corrigir considerações herdadas, que injustamente manchavam a Nação, produzindo-se uma história do ponto de vista brasileiro. Por fim, foi pensada a escrita de uma história nacional por referência a uma história filosófica, que desse conta de reviver o passado dentro de sua própria tonalidade, assim a dimensão estética do texto histórico era tão relevante para sua eficácia quanto a crítica aos documentos que lhe serviam de sustentação¹¹. Tais formas de pensar e organizar o passado coexistiam sem se excluir no discurso inaugural do cônego Januário da Cunha Barbosa, em 1839, assim como na resposta dada por Rodrigo de Souza da Silva Pontes a “questão formulada em sessão de 24 de novembro de 1840, a respeito do “melhor meio para obter o maior número possível de documentos relativos à história e geografia do Brasil”¹² e ainda na “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império do Brasil”¹³ escrita por Raimundo José da Cunha Mattos.

Assim é que foram armadas as bases para a Revista, onde a Nação¹⁴ viria a se afirmar por um conjunto de qualidades em que tanto seu passado colonial quanto sua antiguidade ameríndia¹⁵ (embora antecedam sua possível unidade territorial e política) deveriam operar como um protótipo do que ela se destinava a ser: um todo homogêneo. Nesse sentido, os traços que definiam a Nação na Revista (como a língua nacional¹⁶ ou a *cor local*) não podiam construir um passado que não estivesse contido no presente. A Nação não poderia ter falado a

¹⁰ C.f. ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000/1.

¹¹ Um texto exemplar desse tipo de escrita da história é **A tarefa do historiador** de Humboldt.

¹² *Ibid.*, p. 109.

¹³ *Ibid.*, p. 114.

¹⁴ Ver, entre outros, RICUPERO, Ricardo. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (coleção temas brasileiros).

¹⁵ Sobre a arqueologia e etnografia do IHGB ver especialmente KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. (Doutorado em História) PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005.

¹⁶ C.f. LIMA, Ivana Stolze A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. **TOPOI**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 334-356.

língua tupi antes e depois o português, tais línguas deveriam ser enredadas de forma que o passado permeasse o presente, de forma que seria possível falar desses elementos nacionais mesmo em um passado onde a Nação não tinha nem unidade política, nem território definido. Esse ponto será retomado na primeira parte do segundo capítulo, onde a Revista será apresentada, assim como o compromisso dos sócios do IHGB em, por ela, materializar a Nação. Por ora é válido adiantar que essa representação era consumada na Revista não por um texto, mas pelo conjunto de artigos e documentos coligidos pelos sócios, compondo uma coleção¹⁷ que operava como metáfora da Nação, disseminando, por um gosto próximo ao antiquarismo, certos pontos e cores pelos quais seria possível falar dela e, na ocasião da guerra, lutar por ela.

Se a Nação vinha sendo definida desde a fundação do Instituto Histórico por traços escolhidos em um intenso debate, onde brasileiros, brasilianistas e viajantes¹⁸ entravam em jogo, lidava-se com o passado ainda de outra forma. Alguns artigos impressos na Revista comentavam certas heranças, não por comporem a Nação, mas pela necessidade de superá-las. Dizia Augusto Fausto de Souza¹⁹, sócio atuante no IHGB:

a todo aquele que ligar interesse ao progresso do Brasil e de suas instituições, não poderá escapar, por pouco que tenha nisso meditado, a desigualdade com que, a todos os respeitos, estão constituída as suas diferentes províncias²⁰.

Fausto de Souza criticava neste **Estudo** o *estado atual* das províncias, herança dos tempos coloniais que deveria ser revista. Nele sugere que o Império, frente às mãos de homens seletos (reunidos no IHGB ao redor do Imperador), poderia ser repensado, podia ser administrado. Como veremos, especialmente pelo **Memorial Orgânico** (1849) de Varnhagen (na primeira parte do segundo capítulo), a disposição em administrar antecede o momento no qual nos situamos (1870 a 1890). Se Varnhagen já atentava para a necessidade de se definir as fronteiras com outros Estados, a mesma preocupação aparece na Revista, sendo

¹⁷ POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

¹⁸ Entre outros ver, VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras 199; SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não e longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Cia. da Letras, 1990; ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplendido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo : Siciliano, 1991

¹⁹ SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880]

²⁰ Ibid. p. 15.

comentada na primeira parte do terceiro capítulo. Se a população nacional era uma questão a ser discutida no **Memorial**, Couto de Magalhães, em seu **Ensaio de Antropologia: regiões e raças selvagens**²¹ (que será tratado nesse mesmo terceiro capítulo), partindo de suas heranças, destacava o *selvagem* como aquele que deveria anteceder o *branco* na expansão civilizadora em direção ao *sertão*. Devido a essa disposição em administrar o Império, particular aos sócios do IHGB, a Revista comportou diferentes debates sobre fronteiras e nações que ganhavam forma enquanto uma discussão sobre os meios de se promover o progresso do Império. Debates que se davam até certo limite, pois tudo o que fosse possível de melhoria devia ser posto em discussão, desde que não se colocasse em risco aquilo que se defendia: o Império.

Nesse sentido, sem definir o que era a Nação ou os meios de se promover o progresso outra história (nesse caso mais próxima da retórica²²) ganhava forma na Revista, argumentando por valores morais e políticos. Assim, esta história demonstrava como certas atitudes tomadas ao longo da Regência eram nocivas à ordem e, sobretudo, ao Império. Se as regências foram marcadas pela *anarquia*, graças à atividade excessiva e apaixonada dos partidos políticos, como veremos especialmente pela produção (comentada no primeiro capítulo) do sócio Manuel Duarte Moreira de Azevedo quem mais as discutiu, ensinava-se, por tais exemplos, a necessidade de evitar certas atitudes, do contrário, estaria novamente armado o palco para a *anarquia* se manifestar. Assim, era possível falar em progresso, desde que em espaço restrito e sem que os ânimos se tornassem *paixões violentas*.

Por fim, explicitemos que três linhas operam como camadas de entendimento e de construção do argumento: uma compreensão da Revista (o objeto que possibilita o estudo): a disposição em administrar particular aos sócios do IHGB (que poderia ser definida inicialmente como vocação em produzir verdades sobre a Nação sem, no entanto, estimular qualquer tipo de debate partidário, pois o instrumento de formulação desta verdade, a *ciência*, devia ser apartidária); e o antiquarismo (ou o gosto pelos objetos passados, que traz consigo

²¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359-516, 1873.

²² C.f. SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **O império da eloquência: retórica e poética no Brasil oitocentista**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: EDUFF, 1999 e o segundo capítulo de AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental**. 5. ed. rev. - São Paulo : Perspectiva, 2004.

a crítica da autenticidade e autoria destes objetos e a possibilidade de, por tais fragmentos, disseminar pontos de referência que compõem o território nacional e um entendimento sobre seus habitantes). Dessa forma, embora cada capítulo constitua algo individualizado, estes três pontos percorrem toda a dissertação.

2

O Segundo Reinado e o Instituto Histórico

2. 1.

As Revistas do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil entre os anos de 1870 a 1890: um panorama

Todo livro de história digno desse nome deveria incluir um capítulo ou, caso se prefira, inserida nos pontos de reviravolta do desenvolvimento, uma seqüência de parágrafos que se intitularia algo como: 'Como posso saber o que vou dizer'?

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, O ofício de historiador.**

A reflexão que segue ao longo desta dissertação parte de um material com qualidades muito particulares que não constitui um objeto evidente, pois tal Revista era composta por artigos de sócios e por documentos coligidos de naturezas distintas sem ter uma forma e conteúdo regular. Sendo assim, construiremos um panorama da Revista por artigos que a comentaram *a posteriori* e no correr de sua elaboração. Dessa forma, ao apresentar o objeto deste estudo pelas palavras daqueles que o produziam, o leitor saberá 'como posso saber o que vou dizer' e ter dimensão de que esta dissertação aborda apenas algumas dentre as muitas questões que essa Revista sugere. Nesse sentido, destacaremos, no seu devido momento, duas faces do Instituto por esse panorama da Revista: sua face ilustrada e sua face antiquária.

Começemos por um comentário sobre o acervo do IHGB publicado em 1884, que se intitulava **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**²³. Tal **Exposição** merece atenção por um dado que seu autor, Tristão de Alencar Araripe, comenta em seu princípio. "Sendo eu membro da comissão de redação da Revista Trimensal, tive de consultar os nossos manuscritos, a fim de poder fazer seleção dos mais convenientes para a publicação"²⁴.

²³ ARARIPE, Tristão de Alencar. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**. 47 (69): 547-553, 1884.

²⁴ *Ibid.*, p. 547.

Sendo da comissão de redação do Instituto, Alencar Araripe fazia parte dos sócios que definiam parte do conteúdo da Revista, por isso sua **Exposição** é um indício relevante dos parâmetros que articulavam a elaboração desse objeto. Além disso, da **Exposição** foi feito um catálogo distribuído aos sócios do IHGB que rendeu a seu autor “um voto de louvor por tão relevante serviço prestado pelo digno sócio o Sr. conselheiro Tristão de Alencar Araripe, que cada vez mais tem demonstrando seu muito zelo e inextinguível dedicação ao Instituto”²⁵. Era, então, uma **Exposição** aceita entre os sócios. Alencar Araripe percorreu um conjunto amplo de manuscritos que estavam sob a proteção do Instituto, dando publicidade a um acervo que se encontrava desorganizado.

Os manuscritos em avulso, ou em cadernos, estavam sem classificação, nem catálogo: era pois impossível conhecer o que existia sem uma revisão geral deles. Daí a necessidade de fazer o exame de tudo, e assim deliberei executar, inventariando tudo quanto o foi encontrando em maços, nos quais estavam promíscuos todos os papéis.

Depois de passar uma revista geral, fiz a divisão dos manuscritos em 4 classes, a saber:

- 1º Biografias
- 2º Documentos
- 3º Memórias
- 4º Poesias

Não bastava esta classificação geral para facilitar a consulta dos manuscritos; era também preciso pô-los por ordem alfabética em cada uma destas classes; e assim o pratiquei²⁶.

A divisão em quatro *classes* que Tristão de Alencar Araripe operou na organização desses manuscritos, além de reproduzir os títulos atribuídos aos textos publicados nas Revistas de sua época, se assemelhava àquela feita pelo também sócio do IHGB Manoel Duarte Moreira de Azevedo em seu **Índice** das publicações do Instituto²⁷. Isso significa que estas são as *classes* dos artigos com os quais esta pesquisa pôde lidar²⁸. Não é difícil saber do que se tratavam as *classes biografias, documentos e poesias*, porém é necessário explicar o que se chamava de *memórias*.

²⁵ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **12ª sessão ordinária em 2 de agosto de 1889**. 52 (80): 440, 1889.

²⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**. 47 (69): 547, 1884.

²⁷ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Índice geral alfabético das memórias, documentos e biografias publicados nos volumes 1 a 44 da Revista do Instituto Histórico**. 45 (65): 237-326, 1882.

²⁸ Entre os anos de 1870 a 1890 foram impressos: 98 documentos; 76 memórias; 52 biografias; e apenas uma poesia. Considerando que tanto documentos quanto *memórias* tratavam de assuntos diversos, chama a atenção o número de biografias, que indicam o apreço que os sócios do IHGB tinham por essa *classe*.

Dividindo os manuscritos em documentos e memórias, nem sempre foi possível guardar verdadeiro rigor na aplicação dessas denominações às peças catalogadas; porquanto peças oficiais, que deveriam ter o título de documentos, muitas vezes encerram dissertações desenvolvidas sobre a matéria, de se que ocupam, e neste caso classificá-los com esse título seria deixar a sua natureza real pela forma aparente²⁹.

Tristão de Alencar Araripe definia *memórias*, então, como uma dissertação cujo tema podia ser variado³⁰. No entanto, boa parte das *memórias* publicadas nas revistas do IHGB traz uma informação a mais. Tais textos têm em seu cabeçalho a expressão “Memória lida na sessão do dia...” seguindo a data. Ou seja, as *memórias* não são apenas dissertações escritas por um sócio em sua casa, mas um trabalho apresentado em sessão do Instituto, o que nos leva a um dos hábitos destas sessões: a leitura e discussão de diferentes artigos dos sócios do IHGB. A **Notícia sobre a Maioridade**³¹, *memória* que nos servirá de exemplo de autoria do próprio Tristão de Alencar Araripe, gerou (como já havia percebido Lúcia Guimarães³²) certa controvérsia no momento em que seu autor a lia, sendo impresso, após a *memória*, um adendo no qual o autor incorporava os comentários, que o próprio Imperador fez na sessão, expondo que, ao contrário do que afirmara Araripe, D. Pedro II não tinha conhecimento e não havia se comprometido com o clube maiorista que articulava secretamente a declaração da maioria. Fora a comoção gerada pela idéia de que o então príncipe teria incentivado e participado do clube maiorista, essa *memória* nos dirige às sessões nas quais eram apresentadas por um dado fundamental: a assídua presença da família imperial no IHGB.

Em cada sessão ordinária eram registradas, além das *memórias* expostas, a presença do Imperador e da família imperial, assim como a do Presidente do IHGB (que abria as sessões) e dos distintos sócios que compareceram. Nas

²⁹ Op. cit, p. 548.

³⁰ Uma pesquisa em dicionários de 1813 a 1870 mostrou como recorrentes as seguintes definições de *memórias*: “a faculdade que tem a mente de se lembrar das idéias e sensações recebidas em tempo passado”; “_s, pl. escrito histórico sobre fatos contemporâneos e observados pelo escritor: _, dissertação sobre matérias científicas ou literárias. As _s da Academia” (ALMEIDA, D. José Maria de e LACERDA, Araújo Corrêa de. **Dicionário da língua portuguesa**. Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1859). Dessas definições chama atenção não só a recorrência da definição de *memórias* como uma “dissertação sobre matérias científicas ou literárias”, como o exemplo “As memórias da Academia”.

³¹ ARAIPE, Tristão de Alencar. **Notícia sobre a maioria**. 44 (63): 167-268, 1881.

³² GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. R. IHGB. 156 (388): 459-614, 1995.

sessões aniversárias³³ o ritual era mais elaborado, sendo composto pelo *Discurso do Presidente* (sempre um elogio ao Instituto e a seus protetores imediatos: o Imperador e a família real), pelo *Relatório do 1º Secretário* (que comentava as *memórias* publicadas na Revista do ano que passava) e, por fim, pelo *Discurso do Orador* (que apresentava biografias dos sócios falecidos naquele ano). O ano do IHGB, então, se dava por uma ritualística própria³⁴, na qual a cada sessão *memórias* eram apresentadas compondo o conteúdo da Revista que viria a ser impressa. Portanto, o nome *memória*, atribuído aos artigos que não eram *biografias* ou *documentos*, afirma a importância das sessões para a vida do Instituto e a relação do conteúdo da Revista com tais sessões. Há de se ter em vista, a partir deste ponto, que cada *memória* que iremos comentar passou por alguma sessão do IHGB promovendo, ou não, debates. Porém, a relação entre a Revista e as sessões implícita no nome *memória* ainda não dá conta desta *classe*.

Para se compreender o que eram *memórias* são úteis as referências, mesmo que pontuais, de dois textos: os estatutos da **Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos**³⁵ e as **Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras**³⁶. As semelhanças entre os estatutos destas instituições e com os do IHGB são muitas (o que nos leva a aproximar o IHGB da tradição ilustrada³⁷), especialmente o estreito vínculo entre tais sociedades e a coroa chama a atenção, assim como a disposição em resguardar os heróis do esquecimento. Em tais sociedades era suposto distribuir medalhas e prêmios aos sócios que prestassem grandes serviços, o que era prática do IHGB, porém o assunto aqui é outro. É notável como a palavra *memória* parece ter tido o mesmo uso. O **Estatuto da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos** tinha como oitavo ponto as seguintes disposições:

³³ Tanto as sessões ordinárias quanto as aniversárias eram impressas ao fim do segundo volume da Revista. Nesta parte, eram publicados alguns discursos e pequenos relatórios das sessões ordinárias. Os discursos e relatórios proferidos nas sessões aniversárias eram publicadas integralmente. No que se refere a sua forma, o fim do segundo volume é a única parte constante da Revista.

³⁴ C.f. GENOVEZ, Patrícia Falco. **Visões da liturgia: o Imperador e os partidos políticos**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 57-82, 2000. e ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte; investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

³⁵ **Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos**. 45 (64): 49-67, 1882.

³⁶ **Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras**. 47 (68): 87-105, 1884.

³⁷ C.f. CAVALCANTE, Berenice. A ilustração brasileira: a leitura “colonial” dos filósofos iluministas (séc. XVIII-XIX). **Letterature D'américa Tuttamerica** Rivista Trimestrale, Università Roma La Sapienza, n. 51, p. 53-67, 1993.

8. Para escrever a Historia eclesiástica e secular, geográfica e natural, política e militar, enfim uma Historia Universal de toda a América Portuguesa, com mais brevidade se dividirá este laborioso exercício pelos acadêmicos, que á pluralidade de votos forem eleitos, para cada uma das províncias deste continente: porém antes que se lhe encarregue a dita História, que deve compor-se em latim (e sujeitando-se aos preceitos não dá lugar a se averiguarem os pontos duvidosos, e a grande individuação, com que o historiador deve saber todos os fatos, e opiniões para escolher a melhor), se concluirão as memórias históricas, que se devem imprimir na língua portuguesa³⁸.

Assim como nessa citação, *memória* aparece na Revista como sendo um tipo de produção pontual, jamais uma história universal. Chama atenção, nesse sentido, que nas páginas da Revista encontramos diferentes histórias pontuais, sendo as **Notas para a História Pátria**³⁹ de Candido Mendes (publicadas entre 1876 a 1879) exemplares desse tipo de historiografia, onde tem grande força o cuidado e severidade na crítica das fontes⁴⁰. Além disso, as *memórias* do IHGB nos remetem às *memórias* de homens que experimentaram a ilustração, como José Bonifácio, por partirem de um mesmo juízo pragmático no qual a ciência deve ter alguma utilidade⁴¹. Certas *memórias* impressas na Revista tratavam, então, dos meios de promover o progresso.

Na **Exposição** de Alencar Araripe indicava-se, ainda, que essas *memórias*

dividem-se em três grandes categorias, que são:

1º Enquanto á historia;

2º Enquanto á geografia;

3º Enquanto á etnografia.

São esses os três assuntos, que a nossa associação tomou a si desenvolver, como ela o enunciou nos seus estatutos⁴².

Se o nome *memória* não ofereceu nenhum indício sobre as preocupações do IHGB, por este último comentário é possível destacar os interesses do Instituto Histórico: história, geografia e etnografia⁴³. Apesar desta divisão, explícita até

³⁸ Op. cit., p. 51.

³⁹ MENDES, Candido, 1818-1881. **Notas sobre a história pátria**. 39 (53): 5-24, 1876; 40 (55): 163-247; 277-373, 1877; 41 (57): 71-141, 1878; 42 (58): 141-205, 1879.

⁴⁰ C.f. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. N. 1. 1988, p. 28-54.

⁴¹ C.f. DIAS, Maria Odila leite Da. Aspectos da ilustração no Brasil. In: DIAS, Maria Odila leite Da, **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

⁴² ARARIPE, Tristão de Alencar. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico**. 47 (69): 551, 1884.

⁴³ Certamente não é colocação nova afirmar que o IHGB se interessava por tais *categorias*, porém não deixa de ser relevante destacar a consonância entre as colocações de um sócio do Instituto e o conhecimento sobre o IHGB que vem sendo consolidado por diferentes pesquisas. No que se refere à quantidade de publicações sobre cada *categoria*, verificamos que das 76 memórias impressas entre os anos de 1870 a 1890: 51 eram históricas; 17 geográficas; e 8 eram trabalhos etnográficos. Como uma análise estritamente quantitativa não dá conta da dimensão qualitativa, tais números devem ser lidos com cuidado, pois as fronteiras entre esses *assuntos* não eram

mesmo nos nomes conferidos às comissões do IHGB, a fronteira entre essas *categorias* não era evidente. A aproximação entre história, geografia e etnografia será mais bem detalhada. Aqui vale destacar que o nome *memória*, atribuído à grande maioria dos artigos que não eram *biografias* ou *documentos*, por não abarcar um, mas vários tipos de textos, pode ter contribuído para que as *categorias* se entrecruzassem em um mesmo artigo. Por fim, Tristão de Alencar Araripe dividiu os manuscritos do IHGB por *matéria*.

Uma subdivisão convinha formar, e essa é referente á matéria do documento, que ou respeita á nossa história geral, ou á história especial das províncias. Assim teríamos os nossos documentos separados em duas classes:

1º Quanto aos fatos gerais do Império.

2º Quanto aos fatos especiais de cada província.

Esta última divisão tem importância singular, pois é semelhante ao critério adotado pelo sócio coronel Augusto Fausto de Souza em seu **Índice dos artigos contidos nos 50 tomos da Revista Trimensal do Instituto Histórico em relação a cada uma das províncias do Império**⁴⁴. Neste **Índice**, que foi feito para o aniversário de cinqüenta anos do IHGB, Fausto de Souza lista todos os artigos dos sócios do Instituto publicados nos cinqüenta tomos da Revista, dividindo-os em grupos. Cada grupo recebeu o título da província sobre a qual versavam, sendo o último grupo de artigos intitulado *Brasil em Geral*. Por esta divisão pode-se indicar uma certa hierarquia entre estes artigos, que se baseia no que este sócio considerava ser de interesse de todo o Império e o que seria de interesse apenas de cada região.

Há de se explicitar que o **Índice** de Fausto e Souza e a **Exposição** de Alencar Araripe chamaram a atenção e foram lidos até aqui, em grande medida, pela discussão feita por De Certeau em **A escrita da história**⁴⁵. Ao perceber a historiografia enquanto uma tecnologia de formulação da verdade, De Certeau enfatiza que a operação historiográfica se inicia com o ato de classificar e segue, por diferentes procedimentos, até a concretização da escrita. É por esta importância conferida à classificação, etapa fundamental da operação

rígidas. Destes números podemos sugerir apenas que a história tinha certa força na construção do argumento desses letrados. O número de *memórias históricas* também deve ser lido tendo em vista que as *memórias* que versavam sobre a história nacional, por tratarem de questões pontuais, eram menores do que os artigos etnográficos e, por isso, mais numerosas.

⁴⁴ SOUSA, Augusto Fausto de. **Índice dos artigos contidos nos 50 tomos da Revista Trimensal do Instituto Histórico em relação a cada uma das províncias do império**. 51 (76): 379-404, 1888.

⁴⁵ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

historiográfica, que os textos que se encontram dentro do grupo *Brasil em Geral*⁴⁶ serão lidos com maior atenção. Afinal, como o **Índice** de Augusto Fausto de Sousa foi aprovado e integrou a comemoração dos cinquenta anos do IHGB, momento em que os sócios do Instituto comentavam sua produção, não seria absurdo assumir que os artigos para os quais Fausto Souza deu destaque também eram referências para outros sócios que compunham o IHGB na época.

A notoriedade de alguns desses artigos, e especialmente de seus autores, também foi afirmada pelo então 1º Secretário do Instituto e Diretor da Revista Franklin da Távora na quinquagésima publicação do IHGB⁴⁷. Por esse discurso, iremos nos distanciar da Revista para apresentar o IHGB entre os anos de 1870 e 1890 (especialmente seu estreito vínculo com a família imperial), pois se a Revista até aqui ganhou alguma materialidade, o IHGB ainda não foi comentado (nem sua face antiquária).

Franklin da Távora começava sua narrativa pelo momento da fundação do Instituto, que foi articulada pela “iniciativa particular de dois homens de superior intuição”⁴⁸. Apesar da importância de Januário e Cunha Mattos na condição de fundadores, Franklin da Távora os menciona mas não os apresenta, talvez por se tratarem de sócios consagrados. A fundação do IHGB o leva a outra direção: aos diferentes comentários endereçados ao Instituto que, desde sua fundação, foi digno de elogios da imprensa, do Governo e do Corpo Legislativo. Por tais elogios transcritos em seu discurso, Távora destacava duas atribuições do IHGB. Devido à semelhança entre tais elogios, tomemos os comentários da imprensa como exemplares:

Esta nova instituição, análoga a outra que, com igual nome, e com os mesmos fins, há poucos anos foi criada na França, aonde vai produzindo os mais belos

⁴⁶ Destaquemos os seguintes artigos: **Documentos trazidos do Paraguai** Dr. João Ribeiro de Almeida (33 [41] 1870); **Apontamentos sobre os limites do Brasil** de Dr. Ernesto Ferreira França (33 [41] 1870); **Notícia de um povo que já habitou o Brasil antes do dilúvio** de Dr. Carlos Rath (34 [42] 1871); **Limites do Brasil com o Paraguai** do Conselheiro Duarte da Ponte Ribeiro (35 [45] 1872); **Viagem ao Paraguai 1869** pelo Dr. F. I. Homem de Mello (36 [47] 1873); **Ensaio de Antropologia: região e raças selvagens** por Dr. José Vieira Couto de Magalhães (36 [47] 1873); **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil** por Augusto Fausto de Souza (43 [61] 1880); **Povoação do Brasil** por José Silvestre Rebello (45 [65] 1882); **As fortificações no Brasil** pelo Augusto Fausto de Souza (48 [71] 1885); **Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil** pelo Conselheiro Tristão de Alencar Araripe (50 [75] 1887). Tais textos, entre outros que serão apresentados no seu devido momento, são o corpo a ser vislumbrado.

⁴⁷ Esse artigo foi impresso com destaque logo no primeiro volume antes do corpo da Revista recebendo, por isso, numeração por algarismos romanos. Foi o primeiro comentário impresso sobre a comemoração dos cinquenta anos do IHGB e, por isso, merece atenção.

⁴⁸ TÁVORA, Franklin. **O tomo cinquenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 50 (74): XVII, 1887.

resultados, tem por fito promover e aperfeiçoar os estudos históricos, colher todos os materiais que podem servir para ilustrar os pontos obscuros, duvidosos ou confusos da história, principalmente da do Brasil, encher as lacunas que nela haja, justificar ou desmentir as tradições, julgar as opiniões dos autores, cotejá-las com os fatos verdadeiros, apurando e averiguando estes por indagações, pelo exame e pela crítica; dissipar o erro e fazer aparecer a verdade em toda a sua pureza e esplendor. Ela vai espalhar sobre o nosso passado uma luz viva, fazer com que as lições dele baseadas na realidade, nos sejam verdadeiramente úteis e nunca possam iludir-nos. Sua fundação deve necessariamente concorrer para despertar, entreter e conservar o culto da *sã leitura*, da ciência dos fatos, mestra dos homens e das nações. Por ela o dia 21 do corrente vai marcar na história do Brasil uma grande época, após a qual prolongará uma idade de nova ilustração, uma série de belas conquistas para a ciência, e de ricos troféus para a verdade⁴⁹.

Ao IHGB caberia, então, *criticar* um conhecimento histórico herdado e difundir o *culto da *sã leitura**, fundando uma *idade de nova ilustração* na qual a história seria mestra da vida, atribuições que os sócios assumiram desde os primeiros anos de atividade⁵⁰. O relatório da Assembléia Geral de 1839, que Távora transcreveu, apontava essas mesmas atribuições ao IHGB e o Corpo Legislativo aprovava, na ocasião, o financiamento do novo Instituto. Apesar desta calorosa recepção e de tão relevante missão, tendo sido principiado por *iniciativas individuais*, o IHGB tenderia a acabar, pois, como argumentava Távora, as *iniciativas individuais*, mesmo as promovidas por *homens de intuição superior* como Januário e Cunha Mattos, têm apenas a duração daqueles que as promovem⁵¹. Távora, então, enaltece a augusta proteção do Imperador, destacando o discurso que o monarca proferiu no dia 4 de Dezembro de 1849 pelo qual inaugurou-se *nova era* do IHGB.

'Sem duvida, senhores, que a vossa publicação trimensal tem prestado valiosos serviços, mostrando ao velho mundo o apreço que também no novo merecem as aplicações da inteligência; mas para que esse alvo atinja perfeitamente, de mister que não só reunais os trabalhos das gerações passadas, ao que vos tendes dedicado quase que unicamente, como também, pelos vossos próprios, torneis aquela a que pertenco digna realmente dos elogios da posteridade.

[...]

Congratulando-me desde já convosco pelas felizes conseqüências do empenho, que contraís, reunindo-vos em meu palácio, recomendo ao vosso presidente que

⁴⁹ Ibid., p. XVIII.

⁵⁰ C.f. GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização* nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

⁵¹ "A morte de Cunha Barboza trouxe precoce e enervador desânimo ao Instituto. Até aquele momento chegara a vibração da iniciativa individual. Dali por diante, a ação impulsiva começou rapidamente a diminuir, e a nova associação, que a essa força devia o seu crescimento, teria inevitavelmente caído no torpor da morte, si força mui intensa - a augusta presença de S. M. O Imperador - a não tivesse substituído. Entrou, então, o Instituto em nova existência" (Op. cit., p. XVIII).

me informe sempre da marcha das comissões, assim como me apresente, quando lhe ordenar, uma lista, que espero será geral, dos sócios que bem cumprem com os seus deveres'.

Não podia abrir-se sob melhores auspícios a nova era do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

A história do IHGB era dividida por esse letrado em dois momentos. Franklin da Távora afirmava pela voz do Imperador que tais momentos marcavam atividades distintas do Instituto. Inicialmente, o IHGB teria se dedicado a *coligir e metodizar* (como está explícito logo no primeiro ponto de seus Estatutos que, embora tenham se modificado, mantêm sempre esses verbos na sua primeira proposição). Foi apenas na *nova era* inaugurada pela presença do Imperador que o IHGB pôde consolidar sua potência de produzir *novo conhecimento*, “mostrando ao velho mundo o apreço que também no novo merecem as aplicações da inteligência”. É notável que este argumento, no qual se afirma que a presença do Imperador inaugurou *nova era* no Instituto, havia sido construído de forma semelhante por diferentes sócios. Joaquim Manoel de Macedo, em seu *Discurso* como *Orador* na sessão aniversária de 1871 dizia:

Com a morte de alguns de seus principais patriarcas, e com o cansaço e a indiferença que quase sempre seguem aos primeiros anos de esforços mal apreciados e de pura dedicação desinteressada, o Instituto viveu ignorado, decadente, ameaçado de dissolução pelo abandono, e durante longo e doloroso período deveu sua conservação ao culto zelosíssimo de oito ou dez constantes sacerdotes, que nunca desertaram do templo, e o testemunho público de sua vida a publicação regular da Revista (...). A proteção franca e imediata do Imperador, a presença infalível de S. M. Imperial ás nossas sessões abriram-no **época**, a da **renascença** e a do **florescimento**”⁵² [grifo meu].

Ou seja, tais sócios falavam de um novo momento inaugurado pela presença do Imperador, cuja continuidade se dava até os dias em que apresentavam seus discursos. Até mesmo a fundação do Instituto, na fala dos sócios Franklin da Távora e Joaquim Manoel de Macedo, se situava em outro momento, no qual já havia *homens superiores*, porém faltava a augusta proteção do Imperador e, por isso, prevaleciam as *iniciativas individuais*. Sendo assim, o reinado do Duque de Bragança (como usualmente se referiam a D. Pedro I) e as regências marcadas pela *anarquia* (como comentava Moreira de Azevedo, sócio que mais tratou deste momento) situavam-se como o passado da *nova era* iniciada após a maioridade. Tais referências são significativas na medida em que o presente destes letrados era justificado e definido por uma historiografia que foi

⁵² MACEDO, Joaquim Manoel de. **Discurso do Orador**. 34 (43): 416, 1871.

publicada na própria Revista. Afinal, os sócios do IHGB que iremos comentar mantinham vivo, além do vínculo entre o Instituto e a família imperial, o compromisso com a opção pela monarquia constitucional mesmo frente ao intenso debate que marcou os anos de 1870 a 1890⁵³. Para que este ponto possa ser desenvolvido, iremos dar destaque à análise das *memórias históricas* que tratavam do período regencial, pelas quais se reafirmava a valorização da monarquia constitucional e a distância entre o segundo reinado e o seu passado.

No que se refere ao texto de Franklin da Távora, chama a atenção que foi graças à proteção de D. Pedro II que o IHGB pode produzir tantos vultos e tão relevantes trabalhos. Se, como argumentou Távora, a potência do Instituto era difundir a *ilustração*, seu instrumento principal era a Revista, que, por sua *multiplicidade de estudos*, se assemelhava a uma *enciclopédia*.

A sociedade, a cuja frente se achava um Príncipe patriota, ilustrado, e cheio de fé no futuro da Nação, ganhando majestoso realce e atraindo para o seu grêmio a fina flor dos nossos literatos, não pouco talvez para que Baena, Fernandes da Gama e Abreu e Lima produzissem os seus livros ainda pouco polidos, sobre a nossa história geral e provincial; Pereira da Silva, membro dessa sociedade, escrevesse o *Plutarco Brasileiro*, os *Varões Ilustres* e a *Historia da Fundação do Império*; Varnhagem a *Historia Geral do Brasil*, Magalhães a *História do Maranhão*; Vieira da Silva *História da Independência do Maranhão*; Gonçalves Dias *O Brasil e a Oceania*; Joaquim Caetano *O Brasil e o Oyapock*; enfim Candido Mendes, Macedo, Porto-Alegre, J. Norberto, Raiol, Alencastro, Couto de Magalhães, Machado de Oliveira e muitos outros compatriotas, filhos, por assim dizer, da convivência ou do estímulo do Instituto Histórico, realizassem tantos e tão importantes trabalhos que em sua maior parte enriquecem a Revista Trimensal, já relativas á historia e á literatura, já relativos á colonização, á navegação, limites, usos e costumes selvagens, já relativos a questões sociais, como a escravidão, a agricultura e outras, formando da Revista, por esta multiplicidade de estudos, uma quase enciclopédia. Quem a compulsar, há de reconhecer que não há favor neste conceito⁵⁴.

Se a Revista era como uma enciclopédia, o era no sentido em que cada parte sua pretendia ser um ponto a definir um quadro maior: o Império do Brasil, suas potencialidades e particularidades. Tal produção, no entanto, mais se assemelhava a uma coleção que ao coligir novo objeto o inseria dentro de uma certa ordem. Se tomarmos como exemplo de análise de coleções a obra

⁵³ C.f. Entre outros, ver ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002 e MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república Consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007.

⁵⁴ TÁVORA, Franklin. **O tomo cinquenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 50 (74): XIX, 1887.

Collectionneurs, amateurs et curieux de Krzysztof Pomian⁵⁵, partimos da referência onde uma dada coleção permite, por um material visível (no caso do IHGB a Revista), acessar um sentido invisível, cuja potência é forte o suficiente para gerar um elo entre os homens que se relacionam com a coleção, tanto entre si quanto com o significado invisível que a coleção materializa. Nesse sentido, se cada artigo e documento da Revista dava visibilidade a um objeto, tendo, por isso, um sentido metonímico, personificando para o leitor aquilo que representa (assim como uma moeda antiga é capaz de materializar um fragmento do passado), a Revista se assemelhava a uma metáfora do Estado-Nação pela qual se conhecia tanto suas potencialidades, por onde seria possível construir projetos para o Império, quanto armar uma representação na qual tais objetos são lidos como parte de um todo homogêneo (se por um lado, uma moeda possibilita o encontro direto com uma economia, por outro, uma coleção pode materializar uma época ou Nação por materializar uma idéia que não se verifica em apenas um objeto, mas na reunião de vários). Sendo assim, é possível afirmar que existe, implícito na Revista, um gosto antiquário comprometido com o Império, cujos indícios são as *categorias* (história, geografia e etnografia) que Tristão Alencar Araripe extraiu dos **Estatutos** do Instituto, as quais se desdobravam na Revista em muitos caminhos, como ilustra a fala de Távora: “já relativas á história e á literatura, já relativos á colonização, á navegação, limites, usos e costumes selvagens, já relativos a questões sociais, como a escravidão, a agricultura e outras”. No entanto, para que a Revista pudesse ser uma coleção ou enciclopédia, era fundamental que o material impresso fosse legítimo e verdadeiro, o que aproxima ainda mais nossa discussão do antiquarismo.

Arnaldo Momigliano, em seu clássico texto **L’histoire ancienne et l’Antiquaire**, trata de um humanismo que cresceu em força ao fim do século XVII. Assim, nascia um conjunto de interessados no passado, porém não pelas verdades ou ensinamentos que este passado podia conter, mas por ser uma obra ou objeto que sobreviveu à prova do tempo. Era fundamental para esses homens, então, verificar a autenticidade dos objetos e a autoria dos textos, donde emergiu uma crítica que fundou, por exemplo, a diferença entre a fonte primária e a fonte secundária.

⁵⁵ POMIAN, Krzysztof. **Collectionneurs, amateurs et curieux : Paris, Venise : XVIe-XVIIIe siècle**. Paris : Gallimard, 1987.

A comparação entre antiquários e sócios do IHGB sugere que em ambos existe um gosto pelo objeto que traz consigo uma crítica ao próprio objeto que averigua sua autenticidade e autoria, possibilitando ao estudioso recuperar um fragmento que o leva a um contato direto com o passado, com uma região ou *raça* desconhecida. Em todo caso, nessa perspectiva, é possível acessar, por meio de um fragmento verdadeiro, algo que se conhece pouco ou nada.

Por outro caminho, Koselleck aponta, em um conjunto variado de artigos, outra forma de encarar a crítica textual que elucida outra face da disposição, comum aos sócios do IHGB, de criticar. Se Momigliano associa a crítica à autoria e autenticidade do texto à atividade antiquária, Koselleck aproxima essa crítica ao *tempo moderno*.

Partindo das guerras religiosas como experiência pela qual ganhou sentido o argumento hobbsiano de que o cidadão não deve se confessar publicamente, Koselleck, em **Crítica e Crise**⁵⁶, coloca a crítica à autoria e autenticidade de textos consagrados como prelúdio de um processo que pouco a pouco foi se consolidando e submetendo diferentes assuntos e objetos a uma avaliação racional⁵⁷. Se a princípio os assuntos passíveis de crítica eram limitados pelo temor de uma nova guerra civil promovida pelas discordâncias professadas publicamente, com o advento de sociedades secretas como as lojas maçônicas ou de espaços de convívio restrito, a crítica, instrumento de uma moral que resignificava a participação do homem no espaço público, foi ganhando força, submetendo até mesmo as formas de governo a uma reavaliação. Nesse contexto, as experiências passadas foram perdendo sua potência de orientar o presente, pois o alargamento da crítica e a confiança na razão foram consolidando uma experiência de superação do passado⁵⁸. Assim, o passado não era mais uma referência de virtudes a serem aproveitadas, mas um período ultrapassado que

⁵⁶ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

⁵⁷ A própria Bíblia foi submetida à crítica por autores como Richard Simon e Spinoza. Tomando Spinoza como exemplo, a questão que movia a crítica à sagrada escritura partia, dentre outros pontos, de uma dúvida da autoria e autenticidade dos textos sagrados, como se pelo tempo a mão humana pudesse ter comprometido a autenticidade do texto (ver como exemplos o capítulo da Interpretação da Escritura e o seguinte do **Tratado Teológico-Político**).

⁵⁸ C.f. KOSELLECK, Reinhardt. "Historia Magistra Vitae. Sobre a dissolução do topos na história moderna em movimento". In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

pertencia a outro momento da humanidade⁵⁹. Pela confiança na razão que tinha como instrumento a crítica, começava a se consolidar uma experiência que veio a ser nomeada de progresso que marcou profundamente o *tempo moderno*.

Dessa forma, se Momigliano associa a crítica textual à atividade antiquária, Koselleck situa a crítica em um enredo próprio ao início da modernidade. Destaquemos que a crítica dos sócios do IHGB caminha nessas direções, pois pode ser associada tanto ao juízo dos documentos⁶⁰, quanto à disposição de promover o progresso pela mão da razão.

Não se deve, porém, esquecer que existe uma certa distância entre esse debate e o IHGB. Sendo assim, podemos partir do argumento de Manuel Salgado⁶¹ que, ao comentar a relação do Instituto Histórico com a Sociedade dos Antiquários do Norte, demonstra a particularidade do gosto antiquário no Instituto. Este gosto foi, como destaca esse autor, alargado pelo convívio com a Sociedade dos Antiquários do Norte⁶². A relação entre eles resultou em uma *reinvenção da tradição antiquária*⁶³, onde a arqueologia se destacou frente o estudo das fontes escritas, especialmente por investigar sociedades que

⁵⁹ Texto exemplar dessa historiografia é **A educação do gênero humano**, de Gotthold Ephraim Lessing. Ver: LESSING, Gotthold Ephraim. **Escritos filosóficos y teológicos**. Madrid: Ed. Nacional 1982.

⁶⁰ Parece ser válido comentar que se associamos a crítica à autenticidade e autoria do documento ao antiquarismo (C.f. RIBEIRO, Renato Janine. "Lorenzo de Valla e os inícios da análise de texto". In: RIBEIRO, Renato Janine. **A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política**. São Paulo: Companhia das Letras 1993.), no caso do IHGB um antiquarismo interessado em documentos sobre a história e geografia nacional, não perdemos de vista que a crítica a validade do documento autêntico (se seu autor não teria feito um estudo ou relato inadequado) é característico do século XIX (C.f. ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. **Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N. 1. 1988, p. 28-54.). Para que fique mais transparente, associamos a busca pela autoria e autenticidade a uma preocupação antiquária, ao passo que a crítica a validade do documento (se o autor tinha os meios adequados e o equilíbrio racional necessário para dizer o que dizia) é particular ao oitocentos.

⁶¹ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.) **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 1-28.

⁶² "Mais do que um interesse fortuito da Sociedade dos Antiquários do Norte pelos trabalhos que começavam a ser desenvolvidos pelo IHGB, dialogar com uma sociedade de letrados na América faz parte de um projeto intelectual posto em marcha pelos antiquários do Norte integrando outras associações e intelectuais no continente americano e visando um grande trabalho comparativo a respeito das antiguidades de regiões fora da tradição clássica" (Opus cit., pg 6). Os antiquários do Norte pretendiam, assim, produzir um conjunto de teses científicas que confirmassem outras origens para as civilizações que não partilhavam em sua origem do passado clássico. "É para este passado das Nações do Norte com o claro objetivo de retirá-las de um possível estado de barbárie, afirmando no próprio passado destas regiões a possibilidade da civilização, que convergiam os esforços dos especialistas de Copenhague" (Opus cit., p. 5).

⁶³ Ibid., p. 5.

desconheciam as letras. Assim, a arqueologia se articulava diretamente com o conhecimento etnográfico.

A primeira importante reforma sofrida pelo IHGB e que resulta na reformulação de seus estatutos em 1851 previa para sua oitava comissão de trabalho o estudo da Arqueologia, da Etnografia e das Línguas indígenas, atestando a importância destas áreas de conhecimento para a cultura histórica do oitocentos⁶⁴.

Kaori Kodama comentou a relação entre a produção etnográfica do IHGB e a arqueologia em diferentes momentos de sua tese **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**, indicando que tais produções estavam comprometidas com a construção de um passado para o Império que só poderia ser recuperado por vestígios arqueológicos. A autora argumenta que tal esforço, então, não se fechava em si.

O interesse por uma investigação arqueológica do Instituto Histórico se vinculava à própria busca em fundar uma escrita da história a partir de um tempo remoto predestinado a ser o passado da “Terra da Santa Cruz” – um passado como uma referência que pudesse ser tomada posteriormente, como *tradição*. Tradição esta, não obstante, que por não se basear naquela dos antigos textos clássicos, deveria ser afirmada a partir de outras perspectivas. Era através da investigação dos vestígios arqueológicos, que tinham o valor de “objetos-testemunhas”, que seria possível pensar em um passado alargado para o território do Império⁶⁵.

Por tais referências, a comparação entre antiquarismo e a produção da Revista sugere a presença de um gosto que envolve a crítica do vestígio (escrito ou não) ao compromisso com o Império. Nesse sentido, o gosto pelo passado não se dava pela valorização de um objeto apenas antigo, mas pela valorização de um objeto que indicasse certas qualidades da *natureza*, dos *selvagens* e da história que compunha o quadro no qual a Nação desenhada. O IHGB, então, participava de um intenso debate que pretendia fundar, retomando a referência que Kodama fez a Hobsbawm e Terence⁶⁶, uma *tradição*.

Fazia parte dessa mesma atenção aos objetos e documentos coligidos uma preocupação com a administração do Império, onde era incorporado ao acervo do Instituto e impresso na Revista *memórias* e documentos “já relativas á história e á literatura, já relativos á colonização, á navegação, limites, usos e costumes

⁶⁴ Ibid., p. 18.

⁶⁵ KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. (Doutorado em História) PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005, p. 70.

⁶⁶ HOBBSAWM, E. J.; RANGER, T. O. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

selvagens, já relativos a questões sociais, como a escravidão, a agricultura e outras”. Desde que fossem objetos verdadeiros, eles eram admitidos na coleção e, às vezes, impressos na Revista como meios de se conhecer as potencialidades do Império. Portanto, embora, no geral, as Revistas tratassem de muitos objetos, o que não era tão plural era a intenção pela qual esses objetos eram valorizados. Um texto que também compôs as Revistas entre os anos de 1870 a 1890, intitulado **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**⁶⁷, oferece bons indícios para saber por quais motivos se valorizavam os objetos nacionais.

Lembranças Do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias.

1º Notícias circunstanciadas da extensão da província, seus limites, e divisão em comarcas; seus rios, montanhas, campos e portos; da qualidade de seus terrenos e arvoredos; da sua mineração, agricultura e pescaria; de tudo em fim que possa servir à **história geográfica** do país. [grifo meu]

2º Notícias biográficas, impressas ou manuscritas, dos brasileiros distintos por letras, virtudes, armas, ou por qualquer qualidade notável.

3º Cópias autênticas de documentos interessantes à história do Brasil; e extratos de notícias compiladas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos.

O ponto nº1 traz uma expressão sintomática: *história geográfica*. Em certo sentido, trata-se da já anunciada aproximação entre os *assuntos* caros ao Instituto. Boa parte das *memórias* que se dedicavam a tratar da extensão de uma província, seus limites, rios... o que foi enunciado neste ponto, recebiam apenas o nome *memória*. Nestas, o território ganhava forma por uma narrativa na qual seus antigos ou atuais ocupantes (os *selvagens*) poderiam ser incorporados ao enredo⁶⁸. Cada local era descrito, então, por um enredo que confirmava a presença de portugueses e brasileiros, articulando-o ao Império e afirmando, por suas potências naturais (rios, montanhas...) o papel que deveria ter no quadro geral do país.

O ponto nº1 das **Lembranças** não deixa de revelar, também, que o IHGB experimentava a falta de informação sobre as províncias brasileiras. A busca por conhecer o *estado atual* de tais províncias e o respeito por um letrado que esteve

⁶⁷ **Lembranças Do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**. 45 (64): [sem número de página], 1882.

⁶⁸ MELO, José Alexandre Teixeira de, 1838-1907. **Campos dos Goitacazes em 1881**. 49 (73): 5-181, 1886.

lá são uma constante no IHGB que reafirma a importância deste ponto dentro do panorama da produção do Instituto.

As biografias, destacadas no ponto nº2, são caras ao IHGB em diferentes sentidos⁶⁹. É válido indicar que existe um valor pedagógico e histórico em cada biografia, como uma prova de que a civilização brasileira teve seus grandes homens, agentes da providência que conduziam a Nação ao progresso⁷⁰, e cujas virtudes deveriam inspirar a formação dos mais jovens⁷¹.

O ponto nº3, que não se distancia do segundo, indica que a escrita da história, a qual esses sócios se propunham, necessitava de documentos. É importante destacar também que, em alguns casos, como o próprio ponto insinua, tratar da história do Brasil era imprimir e revelar seus documentos, seus indícios.

4º Notícias sobre os costumes dos índios, a significação em vulgar do nome da nação ou tribo; como traziam eles o cabelo? Se dormiam em redes ou no chão? Se de lado ou de resupino? Se tinham os beiços, ventas e orelhas furadas? E de quem eram os botoques?

5º Como expressa ou expressava cada uma das tribos indígenas da província as palavras: sol; lua; fogo; água; peixe; mel; pé; mão; cabelo; boca; nariz; olhos; etc. e os números até onde podiam contar?

Os pontos nº4 e nº5 dão alguma idéia do que era a prática etnográfica do Instituto, ou seja, as *notícias sobre os costumes dos índios* serviam para delimitar e compreender as *nações indígenas*. De forma semelhante, além de por *seus costumes*, os ameríndios eram definidos e estudados por sua língua. Tal estudo visava, entre outras questões, medir *o grau de civilização* e a possível utilidade de tais *selvagens* ao Império.

6º Descrição do comércio interno e externo da província; sua indústria e literatura; principais produtos; navegação e estradas; fundação; prosperidade ou decadência das suas povoações.

7º Notícias de fatos extraordinários que aí tenham acontecido; de fenômenos meteoros e outros efeitos naturais que mereçam menção histórica, com explicação do tempo em que aconteceram, das épocas em que se renovam e de suas causas presumidas.

8º Amostras dos produtos naturais do país, e de quanto possa servir de prova do estado de civilização, industrias usos e costumes dos habitantes do Brasil e de seus antigos indígenas, como as armas e vestuários destes, suas múmias e sepulturas, reparando-se na posição que ocupavam as mesmas múmias em relação aos pontos cardeais, &c.

⁶⁹ C.f. ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, 2000/1.

⁷⁰ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: João Caetano do Santos**. 33 (41): 337-357, 1870.

⁷¹ C.f. GUIMARAES, M. L. L. S. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho. (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 93-122.

O ponto nº6 complementa o nº1. Ao Instituto importava, pelo que se pode perceber por essas **Lembranças**, conhecer as províncias em suas extensões e potencialidades. As *notícias e descrições* das províncias serviriam, então, para se discutir a melhor forma de aproveitá-las. O ponto nº8 também aponta nessa direção, pois buscava-se, com a aquisição de *amostras dos produtos naturais* e objetos que provem o *estado de civilização dos habitantes do Brasil*, conhecer o melhor proceder com tais territórios e com tais *populações*.

O ponto nº7 destas **Lembranças**, último a ser comentado, chama a atenção, porém, mesmo que de fato tenham sido publicados alguns documentos que registram “fenômenos de meteoros”, a motivação pela busca de eventos climáticos extraordinários não foi definida.

Todas as colocações feitas até aqui compõem um panorama que deixa claro que as Revistas contêm um material demasiado vasto para ser todo comentado. No que se refere aos próximos capítulos, iremos detalhar a produção do IHGB que Augusto Fausto de Souza colocou sobre o grupo *Brasil em Geral*, *memórias* que tratavam, não por acaso, de fronteiras e nações. Supomos que essas temáticas são recorrentes por dois fatores: a herança pela qual esses sócios zelavam; a experiência da guerra no Paraguai.

Há de se comentar que os sócios que participaram do Instituto nesse momento experimentaram direta ou indiretamente a guerra travada no Paraguai e, por ela, um contato intenso com diferentes territórios e alteridades. Tais contatos se tornaram ainda mais vivos pela experiência, posterior à guerra, que alguns desses mesmos homens (como o Visconde de Taunay, Couto de Magalhães e Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello) tiveram como presidentes de províncias, onde novamente se encontraram com a *região selvagem* e com o *hispânico*.

Concluimos esse panorama dizendo que a Revista foi um espaço onde tais experiências com o Outro não só foram impressas, como imprimiram uma revisão em um conhecimento herdado. Nesse sentido, há um caminho anterior a ser seguido, pois a análise desse material não é possível sem algumas considerações sobre o segundo reinado e sobre o saber que foi construído ao longo deste. Para tanto, de todos os fios que se poderia seguir, escolhemos um muito particular: as

memórias históricas sobre a Regência, redigidas pelo sócio Manuel Duarte Moreira de Azevedo.

2.2. Motins, sedições e luta civil: a recente história do Segundo Reinado

Sintomaticamente, à proporção que a geração dos fundadores desaparecia, o “véu pudico” que encobria o passado imediato do Império começou a ser levantado.

Lúcia Maria Paschoal Guimarães, **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 1995.

Se em 1831 a nação ergueu-se, sustentou a sua autonomia, protestou pelas liberdades públicas, se o patriotismo expandiu-se, se os brasileiros resolutos, firmes, inflamados de amor pátrio reagiram contra a marcha governamental, também caiu o país em anarquia, e houve conflagração de idéias, de sentimentos que originaram contendas, lutas e sedições.

Manuel Duarte Moreira de Azevedo, **Sedição Militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 1874.

A primeira citação comenta a disposição dos sócios do IHGB de percorrer o passado recente do Segundo Reinado, o que só se deu “à proporção que a geração dos fundadores desaparecia”, sugerindo que antes havia um certo pudor em relação a este assunto, entre outras razões, pela relação destes anos com a declaração da maioria do Imperador. A segunda citação é o primeiro parágrafo de uma *memória histórica* impressa na Revista do IHGB de 1874 que já indica o tom pelo qual esses anos foram narrados. Assim, anuncia-se nosso assunto: os artigos publicados na Revista do IHGB após 1870, que tratavam de um passado recente, os anos de *anarquia* que se deram após 1831. Não é o caso de reafirmar a idéia de que foram de fato anos de anarquia, mas sim destacar como a produção historiográfica do IHGB, ao percorrer esse momento de intenso debate público, comentava e reafirmava um conjunto de ações e de idéias.

A leitura da história enquanto legitimação do presente, carregada, portanto, de sentido político, é sem dúvida um aspecto importante do projeto historiográfico do IHGB. O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos: fiéis súditos da monarquia constitucional e da religião católica⁷².

Supõe-se que seja por essa qualidade da historiografia do IHGB, que Manoel Salgado comenta, potencializada pela proximidade entre o passado que se narra com o presente em que se escrevia, que as *memórias históricas* publicadas entre os anos de 1870 a 1890 revele o apreço que se tinha pela monarquia constitucional e a continuidade que esses sócios percebiam da maioria até

⁷² GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, n.1, 1988, pp 17.

seus dias. O especial interesse por esses anos transparece na predileção dos letrados em comentar as regências, deixando sobre o reinado do duque de Bragança (como usualmente se referiam ao D. Pedro I) um conjunto menor de artigos.

Dentre os sócios do IHGB que se dedicaram a comentar esse passado recente ao Segundo Reinado, destaca-se Manuel Duarte Moreira de Azevedo como autor de referência. Afinal, o “Dr. Moreira de Azevedo” (como assinava seus artigos na Revista) não só foi o sócio que mais escreveu *memórias históricas* entre os anos de 1870 a 1890, como foi o que mais se dedicou ao estudo das regências⁷³. O princípio dessa análise, artifício para levantar alguns pontos mais gerais sobre o segundo reinado, é uma data que Azevedo reafirma em boa parte dos primeiros parágrafos de suas *memórias históricas*.

Abdicando D. Pedro I a coroa do Brasil, e sendo menor o herdeiro do trono, passou o leme do Estado às mãos de uma regência, que teve de superar graves dificuldades.

Em 7 de abril [de 1831] a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia trazê-la ainda presa ao reino europeu; a monarquia nacionalizou-se, os estadistas brasileiros começaram a trabalhar, tendo só em vista os negócios do novo Império⁷⁴.

Tomando essa citação como exemplo de outras, destaquemos que, nas *memórias históricas* de Moreira de Azevedo, o dia 7 de abril de 1831 é um marco, o dia em que algo mudou e nunca mais voltou a ser, o dia em que “a nação quebrou os últimos anéis da corrente que parecia trazê-la ainda presa ao reino europeu”. “Estavam os brasileiros unidos no altar da pátria, e imenso era o regozijo porque nem uma nódoa de sangue tingia o estandarte da liberdade; não se contavam vítimas, e esplêndida era a vitória”⁷⁵. Uma *vitória sem prejuízos*, uma vitória *brasileira* pela qual se imprimia uma distância entre o reino do Duque de Bragança e um rompimento com o *reino europeu*. Essa é a forma pela qual se poderia resumir o dia 7 de abril de 1831 nos artigos de Azevedo. Os dias que se

⁷³ “Das 92 monografias impressas no período de 1838-1889, 37 foram escritas por eles. O que em termos percentuais corresponde a aproximadamente 40% daquele total. Fernandes Pinheiro Contribuiu com 15 textos, Moreira de Azevedo com 17, e Alencar Araripe com cinco, durante o período estudado” (GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**. 156 (388): 586, 1995). Entre os anos 1870 a 1890 o passado recente foi comentado por: Manuel Moreira de Azevedo com onze artigos; Tristão de Alencar Araripe com quatro artigos; Alves Sacramento Blake com dois artigos; cônego Fernandes Pinheiro e Pereira de Alencastre com um artigo cada.

⁷⁴ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Declaração da maioria do Imperador em 1870**. 42 (58): 5, 1879.

⁷⁵ Idem. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 367, 1874.

deram após essa data singular, no entanto, não foram de tranquilidade, pois Moreira de Azevedo narrava *motins, sedições e revoltas*⁷⁶. Por essas narrativas Azevedo conferia forma a este passado, afirmando ou lamentando escolhas feitas naqueles anos de *anarquia*. Assim, além da singularidade conferida ao dia 7 de abril, essas *memórias*, embora tratassem de acontecimentos pontuais, compartilhavam um contexto, causas e atores. O que chama a atenção é que, em diferentes narrativas de *motins* e *sedições*, um mesmo vocabulário e um mesmo conjunto de atores se reafirmam⁷⁷. Trataremos, então, de tais recorrências; as especificidades escaparão a esta análise⁷⁸.

⁷⁶ Dos diferentes autores que discutem a relação entre história e narrativa, servem-nos de referência: *História e Narrativa* de Ricardo Benzaquen Araújo (1998); *A questão da narrativa* (1991) e os primeiros capítulos de *A agarrás do tempo* (1989) de Luiz Costa Lima. Por essas leituras, transparece a idéia de que a narrativa historiográfica oitocentista condensa sua densidade no enredo, no processo, como se sobre o fim não houvesse grandes expectativas, uma vez que este já seria implícito desde o início. A tensão se dá pelas idas e vindas do enredo que envolve diferentes frentes e acontecimentos. O tempo desse tipo de narrativa, então, não é uma medida cronológica das sucessões dos fatos, mas várias camadas onde um personagem adormecido pode despertar e mudar o rumo dos acontecimentos sem modificar, no entanto, o fim da história. Um exemplo deste tipo de escrita e de sua relevância para além do debate historiográfico foi indicado por Mattos na introdução de *O Tempo Saquarema*. O texto de Justiniano José da Rocha, *Ação, Reação, Transação. Duas palavras acerca da atualidade* (1855) destaca justamente a necessidade que se deveria ter com o processo histórico, pois mesmo que para o futuro estivesse reservado o progresso, esse princípio não garante ausência de sofrimento desnecessário no presente, ou seja, a necessidade de se ter consciência do presente (se eram anos de *ação, reacção* ou *transação*) independia da confiança no progresso.

⁷⁷ Em diferentes momentos de sua produção, Quentin Skinner indica que o discurso opera dentro de um *jogo* do qual o participante não tem pleno controle de seus lances, uma vez que não controla o vocabulário que deve empregar para sustentar seu argumento. Assim, torna-se “evidente que a natureza e os limites do vocabulário normativo disponível em qualquer época dada também contribuirão para determinar as vias pelas quais certas questões em particular virão a ser identificadas e discutidas” (SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, pg 12). Nesse sentido, é mais interessante perceber a *intenção* do autor (como ele opera com o vocabulário normativo da época) do que tentar definir o *significado* de um vocábulo. Esse mesmo ponto, por outro lado, indica que um discurso presta testemunho de um vocabulário necessariamente mais amplo do que apenas um autor, pois transparece como esse autor se portava frente o *contexto* de enunciação. Desse modo, nem o *contexto* dá conta sozinho do discurso, nem o discurso opera fora de seu *contexto*. No que se refere a análise da produção do IHGB, isso significa dizer que, pela referência de outras obras sobre o Segundo Reinado, é possível recuperar como esses letrados *jogavam* com o vocabulário da época participando de um *contexto* em movimento.

⁷⁸ Em **Romanticism and the Rise of History**, Stephen Bann argumenta que a “necessidade pela história” do oitocentos transcendia a prática do historiador. Mais do que um objeto em si, a historiografia dessa época, segundo Bann, é um indício, dentre outros, do gosto pela história que marcou o romantismo. Ao longo deste período, articulou-se uma retórica pela qual o autor e o público percebiam um relato ou imagem como “verdadeiros”, como pertencentes a um certo passado, cujas características eram divulgadas por diferentes meios de produções artísticas. De forma específica, isso se deu com as regências, pois certo vocabulário foi sendo constituído a seu respeito, um vocabulário que definia esses anos como *anarquia*, um passado que, segundo Ângela Alonso (autora de **Idéias em Movimento**) assombrava os homens do segundo reinado. Assim, como Bann percebeu no romantismo europeu, é possível falar, como comenta Ângela Alonso, que as regências eram percebidas por um conjunto de verdades públicas e aceitas.

Todos esses elementos, os **partidos exacerbados**, as **aspirações ilegais**, as **paixões violentas**, as **questões de nacionalidade** e a **insubordinação militar** lançaram em diversos pontos do Império a licença, e produziram comoções, sedições e lutas civis⁷⁹ [grifos meus].

As *questões de nacionalidade*, um dos motores dos conflitos das regências, são bem ilustradas no artigo **Tiros no Teatro, Motim popular no Rio de Janeiro**⁸⁰. Uma *turba* se formou pelo enfrentamento entre dois militares que resultou na prisão de ambos. No meio do tumulto um dos oficiais escapou, “a fuga desse militar atiçou mais a cólera dos turbulentos, e ouviram-se vozes repetidas clamando que se prendera o brasileiro e se facilitara a evasão do português”⁸¹. A turba se enfureceu a tal ponto que se recusava a sair do teatro, sendo expulsa a tiros e bordoadas. Azevedo trata, assim, de um motor das contendas: a animosidade entre *brasileiros* e *portugueses*, pois “era um motivo para intrigas, rivalidades e ódios o haver nascido no Brasil ou em Portugal”⁸².

Esta animosidade tomava outra forma no **Motim Político de Dezembro de 1833 no Rio de Janeiro, Remoção do tutor do Imperador**⁸³. Esta *memória* trata do embate entre o *partido restaurador* e os *partidos moderado e exaltado* que, frente a ameaça da restauração, se uniram. O *partido restaurador* pugnava pela volta de D. Pedro I, tendo a frente José Bonifácio, o qual, segundo Moreira de Azevedo, mais teria sido colocado nessa posição do que a teria escolhido. Os *partidos moderado e exaltado* lutavam pela *liberdade da pátria*, “um pugnando pela ordem, pela estabilidade, o outro pela liberdade, pelas garantias sem termo”⁸⁴. O ponto aqui não era os *exaltados* e *moderados*, mas o embate pela tutela do imperador menino e suas irmãs, um embate entre *brasileiros* (favoráveis a nova ordem) e *portugueses* (restauradores) cujo fim foi a descoberta de armamentos escondidos no palácio de São Cristóvão, o que resultou no afastamento definitivo do tutor José Bonifácio. Embora tenha sido o motor de diferentes conflitos, a *questão da nacionalidade* (que se imbricava com a ameaça

⁷⁹ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 276, 1871.

⁸⁰ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os tiros no Teatro Motim popular no Rio de Janeiro**. 36 (47): 349-358, 1873..

⁸¹ *Ibid.*, p. 353.

⁸² *Idem*. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 277, 1871.

⁸³ *Idem*. **Motim político de dezembro de 1833 no Rio de Janeiro: remoção do tutor do Imperador**. 39 (53): 25-49, 1876.

⁸⁴ *Idem*. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 369, 1874.

da restauração) perdeu força após a morte do ex-imperador em 1834. Outros motivos e atores mantinham as *sedições* ativas.

Militares tomavam parte nas contendas, aliás *sedição* era como Azevedo nomeava os movimentos promovidos por eles. As causas das *sedições* foram pouco discutidas. Azevedo chega a mencionar, muito pontualmente, a desarticulação do exército promovida pela regência em seus primeiros anos, mas não a definia como causa das *sedições*. A *intervenção militar* era uma pedra a mais no caminho. Além dos *partidos exacerbados*, das *paixões violentas*, das *questões da nacionalidade* (que excitavam os ânimos até 1834),

acresce que a força militar, pela influência e vantagem que adquirira nos negócios públicos desde 1821, assumira certa preponderância que tornou-se em breve perigosa e fatal tudo se devia decidir pelo peso da espada, e não eram completos os acontecimentos políticos sem a intervenção do exército. Nasceu daí um antagonismo entre militares e paisanos, que começaram a considerar àqueles como opressores e despóticos⁸⁵.

Ao condenar os *sediciosos* e a influência destes nos *negócios públicos*, Moreira de Azevedo aproxima seus comentários do argumento de um sócio muito reconhecido no Instituto. O cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, além de ter sido primeiro secretário do Instituto, entre os anos de 1859 a 1868, na condição de historiador também freqüentava o passado recente do Império. Sobre a participação de militares na vida pública, o cônego J. C. Fernandes Pinheiro era direto:

Antes de prosseguirmos na investigação deste precioso veio das liberdades que hoje gozamos, seja-nos licito lamentar a (sua gênese), e partindo do sábio conceito de Cícero, que tomamos por epigrafe, condenemos a intervenção militar nos sucessos que assinalam a vida das nações. Ninguém mais do que nós reconhece e admira a sublime dedicação do soldado (...) desejamo-lo, porém, essencialmente passivo, e como o bastão na mão do cego, submetido à vontade de seus chefes, a quem só e unicamente cabe a responsabilidade de suas ações. Ora semelhantes predicados exigidos pela disciplina são antinômicos com os direitos de cidadão de um país livre, que deve examinar e discutir a suprema direção dos públicos negócios⁸⁶.

Em consonância com o argumento do cônego Fernandes Pinheiro, a participação militar em ações públicas desaguava, nas narrativas de Moreira de Azevedo, necessariamente em prejuízo para os civis, que passaram a ver os militares como “opressores e despóticos”. Assim, tanto na **Sedição militar na**

⁸⁵ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 369, 1874.

⁸⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro prelúdios da Independência do Brasil**. 37 (49): 342, 1874.

Ilha das Cabritas em 1831⁸⁷ (motim que só não desembarcou na praia pelo heroísmo de alguns) quanto na **Sedição militar de Julho de 1831**⁸⁸ (na qual um grupo de civis e *sediciosos* entraram na capital exigindo o afastamento de “homens nocivos à pátria”⁸⁹), os *excessos* praticados pelos militares tiveram como explicação o ânimo exaltado destes, o qual a imprensa corroborava em excitar.

A imprensa que desde os últimos anos do reinado do primeiro imperador tornara-se inconveniente, indecorosa, esquecendo a reserva e gravidade dos primeiros tempos, caíra, depois da revolução de 7 de Abril, na licença, no desfaçamento, e de dia para dia mais fel e peçonha foi derramando no corpo social; transformou-se o jornal em pasquim, e substituíram aos argumentos as injúrias, aos raciocínios os insultos; **em vez de educar a imprensa pervertia o povo...**⁹⁰ [grifo meu].

Cada *memória histórica* de Moreira de Azevedo, em algum momento, comenta o papel nocivo da imprensa excitando os ânimos. A imprensa sublinhava e divulgava os ânimos partidários para a Rua, “em vez de educar a imprensa pervertia o povo”. Para Evaristo da Veiga, autor do periódico **A Aurora Fluminense**, muitas vezes citado por Moreira de Azevedo,

a razão é clara; a polêmica enceta-se, as personalidades aparecem, o amor próprio se interessa na luta, julga-se fraqueza o deixar de reagir, e muito é se acaso a vida privada e decência são respeitadas⁹¹.

Por este comentário de Evaristo, Moreira de Azevedo reconhece que até mesmo o partido moderado perdeu a razão algumas vezes. Transparece, assim, o princípio de que as ações partidárias, por partirem de motivações particulares, carregavam o gérmen da anarquia, pois em algum momento entrariam em conflito com as motivações dos outros partidos, o que facilmente poderia incentivar as *aspirações ilegais* em uma luta desenfreada. “Cada partido, cada facção tratava de exterminar a facção, o partido contrário; era luta de protestantes e católicos, da fogueira e do punhal”⁹². Foi o caso de **O dia 30 de Julho de 1832**⁹³, quando o partido de Evaristo da Veiga, dominante na ocasião, temendo que nada desse jeito na *crise*, pretendeu um golpe de Estado (segundo Moreira de Azevedo contra a vontade de Evaristo). A regência se demitiria, e a câmara dos deputados se

⁸⁷ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 276-292, 1871.

⁸⁸ Idem.. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 179-190, 1874.

⁸⁹ Idem. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 184, 1874.

⁹⁰ Idem. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 180, 1874.

⁹¹ VEIGA, Evaristo da. Apud: AZEVEDO, Manuel Moreira de. **Motim político de 17 de Abril de 1832 no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: RIHGB, 1875 vol 51, pg 129.

⁹² AZEVEDO, Manuel Moreira de. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831**. 34 (43): 277, 1871.

⁹³ Idem. **O dia 30 de julho de 1832**. 41 (57): 227-235, 1878.

converteria em assembléia devido à *crise*. Assim, uma reforma constitucional com concessões a princípios liberais seria implementada, aquietando o pretexto da luta. “Tudo estava preparado pelos espíritos exaltados do partido dominante”⁹⁴. A regência de fato demitiu-se, porém no momento em que foi proposta a conversão da câmara em assembléia, esta medida extraordinária encontrou resistência. Foi enviada uma mensagem assinada por boa parte dos deputados aos que pretendiam se demitir, afirmando que a câmara não apoiava tal ato e jurava a constituição.

Felizmente no momento decisivo cada deputado esqueceu suas convicções políticas, interesses de partido e ambições, e só ouvindo a voz da pátria, porque era a da razão e da legalidade, levantou valente brado contra o ato do governo; nenhum ousou afastar-se do terreno da legalidade, nenhum ousou tocar a arca santa das instituições pátrias⁹⁵.

Nesse argumento, a *pátria* tem uma *razão* própria que pode, ou não, se assemelhar a de algum *partido*. Tal *razão*, pelo menos nessa *memória*, era a lei, a constituição. É notável que, assim como muitos artigos de Azevedo se iniciavam com a referência ao dia 7 de Abril, os finais também eram relativamente homogêneos, sendo a citação anterior um bom exemplo. Após o fim da luta, Azevedo elogiava aqueles que agiram pela *razão*, pela *pátria*, preservando a paz e a integridade do território nacional, muitas vezes abrindo mão de suas convicções particulares. Ou seja, as escolhas da *razão*, a *voz da pátria*, eram aquelas que aplacavam as revoltas, conferindo estabilidade a um Império que não contava, ainda, com a presença de um Imperador. Assim, se as narrativas de Azevedo se iniciavam com uma ruptura (o dia 7 de abril de 1831), terminavam com elogios às escolhas que colocavam fim às contendas, possibilitando uma continuidade tecida pela ordem monárquica e (embora Moreira de Azevedo sintomaticamente não comentasse esse ponto) escravocrata. Afinal, Azevedo elogiava as escolhas que levaram a consolidação do Império tal qual este letrado o reconhecia, uma vez que impediram a cisão do território nacional e defenderam a monarquia constitucional.

Escolhas feitas no passado, mas revisitadas e elogiadas no presente (de 1870 a 1890) pela pena deste historiador. Assim sendo, além das *sedições*, *motins* e *lutas civis*, as regências foram palco de grandes atos, “feitos que imortalizam os guerreiros, atos que se chamam de heroísmo”⁹⁶. Os anos de *anarquia*, então,

⁹⁴ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **O dia 30 de julho de 1832**. 41 (57): 229, 1878.

⁹⁵ Idem. **O dia 30 de julho de 1832**. 41 (57): 233, 1878..

⁹⁶ Idem. **Sabinada da Bahia em 1837**. 47 (69): 288, 1884.

foram anos especiais, ou melhor, cruciais para a história pátria. Foram as *paixões violentas* do momento que deixaram os ânimos exaltados,

mas não nos devemos admirar hoje das lutas em que ardeu o país, dos sentimentos diversos que então preocuparam os nossos maiores, estava a nação em um **época de transição**, de formação social: a liberdade apalpava os passos no caminho que seguia; a nação se levantara, e na energia do despertar experimentava essas convulsões, esses estremecimentos e abalos, que eram o prenúncio da vida, o movimento dos primeiros passos de um país, que sentia necessidade de expandir-se e engrandecer-se [grifo meu]⁹⁷.

Nem os *nossos maiores* nem a *nação* tiveram culpa, pois era uma *época de transição*, uma etapa inevitável da história nacional. Azevedo utilizava um argumento historiográfico para inserir os anos de *anarquia* dentro de um processo histórico pelo qual as ações do passado justificam o próprio passado e o que se deu após ele: o seu presente. Assim, não havia motivos para condenar de todo a experiência daquela época, afinal, foram por decisões tomadas nela que o próprio Instituto Histórico foi fundado. Nesses anos, até mesmo os *precursores* do Instituto (Januário da Cunha Barbosa, Raymundo José da Cunha Mattos e Visconde de São Leopoldo) conspiram, porém

se conspiram não é para abalar os ânimos e revolucionar a sociedade, mas para agitar os espíritos no amor da ciência, e abrir caminho mais vasto e mais amplo aos conhecimentos humanos. São revolucionários, mas agitadores do bem, pugnadores do estudo e da glória⁹⁸.

Assim sendo, começa a transparecer a idéia de que, apesar dos *motins* e *sedições*, uma parcela dos homens daquele momento eram *homens de boa fé*. Mesmo a disputa partidária entre exaltados e moderados, motor de várias contendas, era atenuada, pois “deve o historiador reconhecer que, de qualquer lado havia homens de boa fé, que bem guiados se não entregariam ao frenesi das paixões, pois só almejavam a felicidade da pátria”⁹⁹. O *frenesi das paixões* tirava a *razão* desses homens, um *frenesi* intrínseco a uma *época* marcada pelas disputas partidárias. Por esse caminho, a narrativa de Azevedo tornava os *excessos* uma condição do momento, retirando a culpa daqueles *homens de boa fé*, naturalizando suas ações como condição de uma Nação que se levantava.

⁹⁷ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro**. 36 (47): 351, 1873.

⁹⁸ Idem. **Os precursores**. 51 (78): 49, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

⁹⁹ AZEVEDO, loc. cit.

Em o **Movimento Político de Minas Gerais de 1842**¹⁰⁰ alguns nomes chamam a atenção. “No mesmo dia 10 José Feliciano, que mais tarde seria enobrecido com o título de barão de Cocaes, nomeou para seu secretário a José Pedro Dias de Carvalho, que, corridos anos teria uma cadeira no recinto do senado e outra no conselho de estado...”¹⁰¹ “... tomando então posse de juiz de direito substituto o Dr. Domiciano Leite Ribeiro, anos depois visconde de Araxá e conselheiro de estado”¹⁰². São exemplos de *homens de boa fé* que, independente de terem participado de algum *motim*, após a maioria prestaram grandes serviços e receberam grandes honras. Ou seja, a narrativa de Azevedo explicitava que os *partidos exacerbados* habitavam as regências, mas que, após a maioria havia *homens de boa fé*.

Por este último ponto, é válido começar a deslocar a análise da produção de Moreira de Azevedo para algumas colocações mais gerais sobre o Segundo Reinado, pois esses comentários, pelos quais Azevedo reconhece que mesmo aqueles que se amotinaram, após a maioria prestaram grandes serviços e receberam grandes honras, sugerem uma aproximação que, partindo da obra de Mattos¹⁰³, poderia ser tratada como a aproximação entre *luzias* e *saquaremas*.

Para que esse ponto seja apresentado de forma breve, mas não em demasia, é importante destacar que essa aproximação não foi linear, nem se deu plenamente, no sentido em que não se apagou por completo a herança dos anos regenciais. Nem todos tiveram a sorte do Dr. Domiciano Leite Ribeiro, “anos depois visconde de Araxá e conselheiro de estado” e, mesmo para esses, o passar dos anos não apagou seus *motins*. De forma resumida, *luzias* (que não devem ser tomados como um grupo homogêneo, pois, embora representem os liberais, não havia uma unidade como o nome sugere, liberais de localidades diferentes tinham planos particulares e específicos) e *saquaremas* (aqueles que ocuparam com maior intensidade os espaços de decisão do Império e de convívio com o Imperador), ao circularem na corte, partilhando de um conjunto de valores e hábitos, de relações familiares que se davam por redes de casamentos, de escolhas e condições econômicas e de uma ansiedade frente à presença dos escravos e dos homens

¹⁰⁰ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Movimento político de Minas Gerais em 1842**. 47 (69): 5-37, 1884.

¹⁰¹ Idem. **Movimento político de Minas Gerais em 1842**. 47 (69): 9, 1884.

¹⁰² Idem. **Movimento político de Minas Gerais em 1842**. 47 (69): 10, 1884.

¹⁰³ MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

livres e pobres, acabavam por se reconhecer como semelhantes. Constituíam uma *classe senhorial*, percebiam um passado comum, construíam uma consciência do presente que se interligava por uma rede de interesses (como os debates sobre a escravidão e sobre as leis de terras), o que não significa, no entanto, a ausência de uma hierarquia interna e cotidiana a esses homens.

Para aqueles que estavam fora da capital, a hierarquia era evidente, pois a centralização administrativa praticada ao longo do Segundo Reinado não dava voz àqueles que não a penetrassem, o que era improvável para quem não estivesse próximo a côrte. Formava-se uma vida ativa cujo núcleo era o Imperador, um *mundo do governo*¹⁰⁴ onde era possível administrar, onde se imprimia uma *direção*. “Segundo Gramsci, a hegemonia de um grupo social é o resultado da dominação política e da “direção”, ou seja, do controle da rede simbólica que imprime na sociedade a preeminência da concepção de mundo daquela elite”¹⁰⁵.

Nesse sentido, a hierarquia se evidenciava, mesmo para quem habitava a capital, na medida em que para alguns o mundo do governo era permitido, para outros restavam suas casas. Isso porque, neste momento, administrar tem um sentido muito específico. Supunha-se que as decisões tomadas pelo Estado deveriam ocorrer sem grandes debates públicos, e mesmo que em local restrito deveriam ser tomadas de preferência pelo consenso, pois o debate público era temido como gérmen da *anarquia* que tanto marcou os anos regenciais. Assim, do mundo do governo participava uma parcela bem específica da população: os cidadãos livres e ativos que pertenciam a certos grupos e espaços, cujos direitos seriam, nas palavras (já citadas, mas não comentadas) do cônego Fernandes Pinheiro “examinar e discutir a suprema direção dos públicos negócios”¹⁰⁶. Nesse sentido, o IHGB é um local exemplar, pois dele se podia debater e aconselhar qual o caminho a seguir e, ao mesmo tempo, limitar o acesso a quem participava de tais discussões e regular o calor das mesmas¹⁰⁷. Especialmente pela presença de D. Pedro II, sempre assíduo às sessões do Instituto quando no Rio de Janeiro, os

¹⁰⁴ C.f. **O Tempo Saquarema**, especialmente o capítulo *Um Império e três mundos*.

¹⁰⁵ MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Edur), 2007, p.15.

¹⁰⁶ PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro prelúdios da Independência do Brasil**. 37 (49): 342, 1874.

¹⁰⁷ Manoel Salgado (1988) comenta uma polêmica que se deu em 1852 entre José Joaquim Machado de Oliveira e Duarte da Ponte Ribeiro sobre a demarcação de fronteiras entre o Brasil e o Uruguai. O debate tomou tal proporção que outros sócios tomaram parte advertindo que a “politização” da discussão poderia comprometer sua objetividade. Aconselhavam a prudência.

debates do IHGB eram eventos singulares na vida do Segundo Reinado. Entre os anos de 1870 a 1890, o monarca se fazia presente no Instituto Histórico mesmo quando estava ausente, pois nunca faltava menção ao Imperador.

Se esses anos marcam um debate intenso na *Rua*, onde a *direção saquarema* foi sendo minada¹⁰⁸, dentro do IHGB um novo grupo de sócios ia reafirmando seu gosto pela monarquia, gosto que os artigos de Moreira de Azevedo não deixam de revelar e assim encerraremos as considerações sobre este letrado. A predileção pela monarquia aparece, nas *memórias históricas* de Azevedo, especialmente pela constatação de que foi pela presença de diversos *partidos* que “o país caiu em anarquia”¹⁰⁹. O argumento de Azevedo leva a crer que quando *partidos* debatem sempre influem outros segmentos, como os militares, excitando os *ânimos* e provocando as *paixões violentas*. Afinal, os debates partidários e as *aspirações ilegais* caminhavam juntos, pois a ação partidária, que necessariamente partia de um juízo particular e não de um juízo consensual, rapidamente se tornava *paixão violenta*, assim cada partido só pensava em aniquilar o outro desaguando em uma guerra civil.

Não é surpreendente, então, que nas narrativas de Azevedo a estabilidade só foi conquistada quando se elegeu uma causa única, o Império, o que se deu na **Declaração da Maioridade de D. Pedro II**¹¹⁰. Ou seja, o fim da *época de transição*, o fim dos *anos de anarquia*, foi a antecipação da maioria e a diluição dos debates partidários, pois, frente ao Imperador e a ordem que por ele se articulava não havia debate público, uma vez que sua presença deveria concentrar e harmonizar todo debate em um espaço resguardado. Este argumento, que Azevedo serve de exemplo, pode ser visto em boa parte das *memórias* publicadas, pois os sócios do IHGB sempre se dirigiam ao imperador prestando, dessa forma, reverência à ordem que por ele se articulava. Afinal, além de personificar a monarquia, a presença do imperador tinha outra face muito próxima aos sócios do IHGB.

Ao excelso Protetor do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Não é ao **poderoso Monarca**, mas ao **Sábio e Modesto** Protetor do Instituto; não é a **Augusto**, mas ao **Mecenas**, que ousou oferecer este insignificante trabalho.

¹⁰⁸ C.f. MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (EduR), 2007.

¹⁰⁹ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro**. 37 (49): 179, 1874.

¹¹⁰ Idem. **Declaração da maioria do Imperador em 1870**. 42 (58): 5-37, 1879.

Negou-me a natureza o talento de poder talhar um belo pórtico ou uma elegante coluna para o majestoso edifício da grandeza de nossa pátria; mas não recuseis, Senhor, esta pedra tosca que, lavrada e polida por operário mais hábil, poderá ser utilizada, ainda que para **o ponto o mais humilde de suas muralhas**. Sou, Senhor, de V. M. I. o mais reverente súbdito e admirador: Augusto Fausto de Souza¹¹¹ [grifos meus].

Assim, pela nota que abre seu **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**¹¹², o sócio Augusto Fausto de Souza deixava claro que apesar de sua crítica não só à herança da divisão das capitanias hereditárias (a qual dedicou longa explanação), mas, também, à *atual* divisão das províncias, não pretendia comprometer a ordem estabelecida pela presença do Imperador, pois não se dirigia ao *monarca*, mas ao *sábio*, assim seu argumento, apenas administrativo, não era político ou partidário de outro causa que não a do Império. Ao mesmo tempo, se dirigia ao “ponto o mais humilde de suas muralhas”, ou seja, ao território do Império. A dualidade monarca-sábio era uma marca do Imperador e do Império, afinal, pelo menos na perspectiva dos sócios do IHGB, tratava-se de um Império de sábios, de homens de ciência e de letras. Se o Império tinha duas faces (sendo que a do sábio não se mostrava a todos), seu corpo era o território nacional, ao qual os sócios do IHGB prestavam reverência e atenção. A atenção para com o território se imbricava com a administração do Império, pois este necessitava de um *corpo*, assim como este *corpo* necessitava de uma *cabeça*.

Esse ponto será retomado mais de uma vez. O relevante, agora, é que não eram apenas Moreira de Azevedo ou Augusto Fausto de Souza, mas eram todos os sócios do IHGB quem prestavam reverência ao monarca nas sessões em que apresentavam suas *memórias*, o que pode sugerir, especialmente no caso dos sócios do Instituto, o apreço por um conjunto de ações e palavras. Ou seja, o IHGB concentrava entre os anos de 1870 a 1890 um grupo de letrados que, assim como Moreira de Azevedo, percebiam uma continuidade desde a antecipação da maioria até os seus dias; uma continuidade pela qual trabalhavam. Uma das marcas desses homens, a experiência direta ou indireta da guerra travada no Paraguai, demonstra o compromisso e a relação que os sócios do Instituto tinham com a ordem imperial. Trata-se de algo um pouco mais intenso do que uma posição política ou teórica, pois o apreço pelo Império permeava a forma como

¹¹¹ SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. 46 (61): 27, 1880.

¹¹² Idem. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880].

eles percebiam seu passado, o presente e como articulavam seus *horizontes de expectativas*; permeava também suas ações e como expressavam suas idéias.

No entanto, não há razão para nomear uma linha geral e única para esses homens, a não ser o compromisso com uma herança: as escolhas feitas ao fim das regências que levaram à maioria e à *direção saquarema*, na qual a figura do Imperador tinha um papel insubstituível. Justamente pela relevância da presença de D. Pedro II para a *direção saquarema*, é que as críticas ou sátiras endereçadas ao Imperador significaram um desgaste profundo da ordem monárquica entre os anos de 1880 a 1890. Este é o argumento de Maria Tereza Chaves de Mello, que percorreu diversos periódicos, panfletos, manifestos e revistas ilustradas que tanto satirizavam o Imperador quanto o Império, até porque não havia limites claros entre o representante e o representado. É notável que, nesses mesmos anos, ao lado de **Idéias em Movimento**¹¹³, os sócios do IHGB pretendiam uma continuidade, pretendiam administrar a herança que receberam de seus mentores. Por isso é válido dar algumas indicações mais paupáveis desta herança, que terão como fio condutor um texto endereçado às *assembléias gerais e provinciais* de 1849, escrito por Varnhagem, sócio do IHGB que teve importância singular, pois não só escreveu uma **História Geral do Brasil**¹¹⁴, como se envolveu em diferentes debates sobre a administração do Império. A escolha do **Memorial Orgânico**, portanto, se deve à importância de Varnhagem para o IHGB e a forma pela qual esse texto condensa boa parte das questões sobre as quais os herdeiros da *direção saquarema* se detiveram nas páginas da Revista: os limites; o território; a administração; e a população nacional.

¹¹³ C.f. ALONSO, Ângela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

¹¹⁴ C.f. ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997 e ODÁLIA, Nilo. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Varnhagen: História**. São Paulo: Ática, 1979.

3 Entre dois momentos: a herança e a experiência

3.1

Palavras que motivam a ação: território; população; civilização

Memorial Orgânico

Capítulo Primeiro

Alguns enunciados

O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas, e procedem ainda no fundo (na beira mar ao menos) das primeiras doações arbitrárias feitas, a mais de três séculos, pelos reis portugueses. Ainda mais: assim como não há plano de comunicações internas que fomentem o comércio e a agricultura, também não consta havê-lo de defesa do país, a fim de prevenir, pela simples ocupação desde já de certos pontos decididamente estratégicos que apresenta a inspeção do seu território, qualquer futura tentativa inimiga.

E que é a nossa população? Para tão vasto país como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus.

No capítulo imediato procuraremos justificar a verdade destas seis proposições tão duras de proferir. A procedermos por outra forma, contra as nossas profundas convicções, haveria nisso adulação; e se esta para com os outros é baixaza, para com a pátria é um crime¹¹⁵.

Sendo esses os primeiros enunciados deste **Memorial Orgânico**, de início o território do Império (sua defesa, limites e administração) e a população deste aparecem como pontos centrais, ao lado da indisposição de Varnhagen à *adulação*. O que segue a tais enunciados são capítulos que não serão discutidos individualmente, pois dois temas os percorrem e dividem: o território (discutido nos capítulos: *limites, situação da capital, comunicações interiores, divisão atual em Províncias, defesa interna*); e a população (o sexto capítulo é nomeado *População*, sendo subdividido em: *Dos africanos; Dos índios bravos; e Dos colonos europeus*). Como fica claro no fim do **Memorial**, entre as proposições

¹¹⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 1.

colocadas a cada capítulo, Varnhagen prioriza a transferência da capital e a redefinição da divisão das províncias, pois

terá que adotar-se para o futuro se não quisermos ver ou fazer que o vejam nossos filhos, as províncias grandes conquistando as pequenas, e uma guerra civil espantosa logo que o crescimento da população excite os estímulos da guerra, que existem na natureza humana, e se desenvolvem quando desenfreada por qualquer causa accidental¹¹⁶.

No entanto, Varnhagen arma seu argumento de uma forma que essas duas proposições traziam com elas outras. Mostremos como se relacionam tais proposições e como se constrói o argumento.

A proposição sobre a *divisão atual em Províncias* partia do princípio de que a Nação devia ter um equilíbrio entre seus membros, equilíbrio que só seria alcançado por um planejamento adequado que permitisse, pela afirmação de um centro e, como veremos adiante, de uma *etnia*¹¹⁷, chegar a uma homogeneidade. Principalmente porque este *estado atual* era herança da falta de planejamento dos tempos coloniais e dos ministros de D. João VI que, preocupados com a beira mar, não constituíram nenhum projeto para o interior, o *estado atual* era de todo desarmônico e heterogêneo, o que contribuía fortemente para novas guerras civis. Frente a tal quadro, caberia a ele, Varnhagen, homem letrado e versado no assunto, interferir pelo artifício da crítica no rumo da história que, caso nada se fizesse, levaria a um futuro indesejável. A consciência desse futuro, então, justificava uma ação no presente, sugerindo, sobretudo, a superação de condições herdadas.

Assim o Brasil declarou-se independente, proclamou o Império e depois de um quarto de século acha-se quase na mesma e com mais ar de colônia que antes de muitas colônias juntas que de Nação compacta¹¹⁸.

O **Memorial** tratava da superação da condição *colonial* em que se encontrava o Brasil e argumentava pela transformação de *colônia* em *Nação*, ou seja, da heterogeneidade fragmentada para um todo homogêneo¹¹⁹. Afirmava não

¹¹⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 43.

¹¹⁷ C.f. ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.

¹¹⁸ Opus cit, p. 2.

¹¹⁹ Existe entre certo consenso de que o **Memorial** tinha por argumento central a superação da condição *colonial*. C.f. RODRIGUES, José Honório. **Varnhagen: mestre da história geral do Brasil**. 275: 170-196, 1967; Idem. **Varnhagen: o primeiro mestre de historiografia brasileira**. 328: 135-160, 1980; LACOMBE, Américo Jacobina. **A construção da historiografia brasileira:**

ser apenas o *estado atual das províncias* lamentável, como a sua defesa incerta. Nesse sentido, Varnhagen apontava como fundamental que se cumprisse algum plano de defesa dessas províncias “a fim de prevenir, pela simples ocupação desde já de certos pontos decididamente estratégicos que apresenta a inspeção do seu território, qualquer futura tentativa inimiga”.

O nosso sistema de defesa e conservação da Fronteira funda-se principalmente na independência em que deixamos os departamentos [como Varnhagen chama as novas províncias a serem fundadas] 1º, 16º, 17º, 18º e 19º, e na proteção que lhes dará o governo central em troca das exigências que mencionamos há pouco¹²⁰.

A defesa e divisão do território, então, eram proposições que não se separavam, pois estava previsto na redefinição das províncias que as fronteiriças seriam regidas por leis especiais, tendo por seus encargos alguns benefícios. Dessa forma, Varnhagen por uma só proposição harmonizava e defendia o *corpo* da Nação, caminhando em direção a um futuro que negava a condição *colonial* ainda presente. Tais proposições se imbricavam, ainda, com uma outra: a transferência da capital. Redefinir as províncias levava a questionar se a *situação atual da capital* era adequada.

Para construir este argumento, Varnhagen percorre um conjunto variado de Nações, demonstrando que, apesar de suas diferentes virtudes, todas tinham a vantagem de não serem tocadas pelo mar, do contrário seriam acessível a qualquer esquadra. Ou seja, por casos exemplares, percebia-se o melhor caminho a ser seguido. Se a história era mestra da vida, significa que algum *espaço de experiência* orientava a ação no presente. Destaquemos que esse *espaço*, no qual se encontravam os modelos e virtudes a serem apropriados, era nomeado por Varnhagen de *civilizado*. No argumento de Manuel Salgado, diz-se que

em suma: com a história é possível aprender de forma a não se comprometer à marcha do progresso social, História vista segundo sua instrumentalidade para a compreensão do presente e encaminhamento do futuro, princípios tão caros também àqueles que no Brasil se lançaram à tarefa de escrever uma história nacional¹²¹.

o IHGB e a obra de Varnhagen. 152 (370): 310-329, 1977; Idem. *As idéias políticas de Varnhagen*. 275: 135-154, 1967.

¹²⁰ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. *Memorial Orgânico*. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 28.

¹²¹ GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, n.1, 1988, pp 13.

Nesse sentido, é certo que as *nações civilizadas* serviam de exemplo, porém Varnhagen assumia no **Memorial Orgânico** que esses exemplos deveriam ser levados em consideração apenas depois de uma crítica ao *estado atual* pelo qual se verificava as *necessidades do Brasil*. Afirmava que os discursos da época poderiam ser bastante refinados e repletos de exemplos sem que isso significasse um remédio às *necessidades do Brasil*, justamente porque

os nossos políticos demasiados embebidos no estudo dos livros estrangeiros, e no hábito de adotar às vezes com nimia prontidão os seus preceitos, distraem-se de estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil¹²².

O caso, então, não era o de adotar um exemplo apenas, como faziam os *aduladores*, mas o tratamento das *chagas do país* que a história revelava e, como mestra da vida, oferecia os instrumentos para superá-los. Dessa forma, ao responder a pergunta “Qual é o local mais conveniente para fixar a sede do Governo Imperial?”¹²³, Varnhagen destacava doze pontos enumerando as vantagens e qualidades de transferir a capital para o interior. A interiorização da capital tinha como argumento inicial a melhoria de sua defesa. Sendo a *cabeça do corpo*, a capital não deveria ser exposta ao mar e a qualquer marinha. Devia se situar no interior, como constatou nos diferentes exemplos de outras capitais que havia enumerado.

Localizando-se no centro, a *cabeça* poderia harmonizar o *corpo*, atendendo melhor as províncias, tornando-se um pólo de *civilização* do interior tanto tomando providência sobre os *índios*, quanto enriquecendo e divulgando o *luxo* para outras províncias (nesse ponto *civilizar* aparece tanto como uma ação sobre o Outro, quanto como um conjunto de hábitos que constitui uma vida polida¹²⁴). A transferência da capital motivaria a vinda de *colonos europeus* à região central por seu clima menos tropical e ainda distribuiria riquezas pelos caminhos da beira mar até a nova capital, o que traria maior benefício ao interior sem prejudicar as cidades litorâneas. Por fim, ao invés de sugerir uma cidade já existente, Varnhagen propõe que se funde uma nova, para o que se deveria ter atenção às colocações sobre as qualidades do clima (Varnhagen foi leitor de Montesquieu, autor que citava com frequência) sendo a obra *Cosmos*, de

¹²² VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 2.

¹²³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 10.

¹²⁴ Ver ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993-1994. 2 v..

Humboldt, a referência a ser adotada para determinar o clima mais favorável a uma capital. Previnindo-se de qualquer espanto que a transferência da capital pudesse causar, Varnhagen recorria à história nacional pela qual ficaria claro que não se tratava de um procedimento absurdo, afinal, as duas cidades que já serviram de capital foram fundadas pela vontade e decisão de alguns, sendo o caso de apenas repetir o processo. Seria fundamental, por fim, um *caminho de ferro* que ligasse a nova capital a rios navegáveis, dando início às soluções dos poucos *caminhos internos* da Nação.

Assim, se entrecruzavam boa parte das proposições sobre o território. A redefinição das províncias trazia com ela um plano de defesa, e a transferência da capital só seria possível com a construção de um *caminho de ferro*, donde se formariam alguns dos novos *caminhos internos* ainda sem nenhum tipo de planejamento. Varnhagen construiu seu argumento de forma que se as proposições que nomeava como fundamentais (a transferência da capital e a redefinição das províncias) fossem aceitas, outras viriam com elas e, dessa forma, a frágil condição *colonial* seria superada. A única proposição sobre o território que não se relaciona diretamente às outras é a que se refere aos *limites nacionais*.

“Como pois nos haveremos com as nove nações nossas limítrofes?”¹²⁵., Após se colocar como privilegiado e profundo conhecedor do assunto, Varnhagen pontua cada caso propondo acordos, que ou beneficiam ambas as nações em negociação ou revêm limites válidos apenas mal feitos, como aqueles com a Guiana Francesa que partiam de linhas retas o que, pela quantidade de montanhas que havia por lá, mostrou-se difícil de ser feito. Seria apenas o caso de tomar um rio ou algum outro ponto de referência. Em todos esses casos, as dúvidas sobre os limites nacionais encontrariam soluções em um conhecimento histórico já consolidado, sendo os **Anais da Província de São Pedro**, escrito pelo Visconde São Leopoldo (um dos três precursores do IHGB¹²⁶), a obra de referência¹²⁷. Apenas três fronteiras não deveriam ser definidas ainda, pois

¹²⁵ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 8.

¹²⁶ AZEVEDO, Manuel Duarte Moreira de. **Os Precursores**. Rio de Janeiro: RIHGB 1888 suplemento, pg 49-53.

¹²⁷ A forma pela qual se discutiam as fronteiras nacionais será mais bem detalhada no próximo capítulo. Ver também uma discussão mais pormenorizada no sexto e sétimo capítulo da tese **A Máscara da Medusa: A construção do Espaço Nacional Brasileiro Através das Corografias e da Cartografia no Século XIX**, de Renato Amado Peixoto (2005).

Do Paraguai, Argentina e república de Montevidéu nada diremos. Convém esperar ver em que param os negócios de Montevidéu. Se a medianeira Inglaterra não garante a república montevideana criada pelas preliminares de 27 de agosto de 1828, a Província da Cisplatina tem de voltar ao Brasil, ainda mediante uma nova guerra, e procurando pôr à frente de nosso exército um general mais feliz, rogaremos a Deus abençoe nossas armas¹²⁸.

Apesar de a delimitação do território aparentar estar consolidada, pelo que nos informam os documentos e relatos que confirmam a presença de portugueses em certas regiões (sendo o Brasil o herdeiro legítimo de tais territórios), a definição dos *limites nacionais* dependia, no **Memorial Orgânico**, do resultado de conflitos presentes. Assim, mais que uma delimitação, os *limites do Brasil* eram, neste **Memorial**, testemunhos perenes dos resultados dos conflitos por certos territórios. Nesse sentido, o *limite* sul do Brasil atestaria e lembraria a perda da Cisplatina por muitos anos¹²⁹, confirmando que ao Império brasileiro não seria possível expandir-se para além de suas fronteiras. Varnhagen, consciente de que certas decisões caberiam à *medianeira* Inglaterra, trazia em seu **Memorial** outra possibilidade de expansão para o nascente Império, uma *expansão para dentro*.

Assim, pelo **Memorial Orgânico** podemos nos aproximar do argumento de Mattos em **Construtores e Herdeiros**¹³⁰, pois as proposições de Varnhagen sobre o território traziam implícitas que no Império habitavam o *civilizado* e o não *civilizado*, e que mesmo entre os *civilizados* a legitimidade do centro não era simples, afinal ainda era possível uma guerra civil devido à deficiência do *estado atual das províncias*. Logo, seriam possíveis e necessárias pelo menos duas expansões: a expansão da *civilização* sobre o não *civilizado*; e a confirmação do

¹²⁸ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 10.

¹²⁹ Nas páginas da Revista foi impressa uma memória sobre a **Historia da Campanha do Sul em 1827 - Batalha de Ituzaingo**, onde seu autor, o Visconde de Barbacena, por uma avaliação dos documentos da época, desconstrói a idéia de que a derrota nessa importante batalha, que contribuiu para a perda da Cisplatina, foi da responsabilidade de Márquez de Barbacena que era, na verdade, grande herói. Independente da revisão da biografia, o Visconde de Barbacena afirmava em um tom raro na Revista que, por além de outros vetores como os interesses comerciais da Inglaterra, "A má fortuna do Império, em diversas épocas, tem provindo da imbecilidade dos homens, que governam e sacrificam a causa dos legítimos interesses nacionais" (PONTES, Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena. **História da campanha do sul em 1827: batalha Ituzaingo**. 49 (72): 29, 1876). Comentava, com essas palavras, as infelicidades cometidas pelo Governador da Cisplatina, cuja covardia o impediu de conter os primeiros impulsos nacionalistas de Lavalleja enquanto era tempo, o que levou a perda da província.

¹³⁰ MATTOS, Ilmar Rohloff. **Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política**. São Paulo: Almanack brasiliense, 2005. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 25 nov. 2006.

novo centro. O cuidado com a divisão das províncias, sem a qual seria inevitável uma guerra civil, e a transferência da capital articulariam, justamente, a confirmação de um centro para o território nacional. A expansão da civilização sobre o não civilizado, no entanto, não se daria sem um cuidado especial com as *populações* que habitavam o Império.

Nesse sentido, Varnhagen desloca seu argumento do território para as *populações* que o habitam, aqueles que deveriam ser civilizados, incorporados ou combatidos como agentes que impediam a expansão. Por ter consciência dos *limites nacionais*, Varnhagen dirigia sua atenção para um território que ainda podia ser incorporado, desde que se arrumassem os meios necessários para fazê-lo e se desse conta daqueles que *lá* estavam. Dessa forma, africanos, índios e colonos europeus são as *populações* a que ele se refere, tendo outro grupo implícito em sua fala: os cidadãos livres e ativos. Como comenta Nilo Odália¹³¹, na *História geral do Brasil*, o branco aparece no projeto de Varnhagen como elemento que suplanta as duas outras populações¹³².

Em quanto à nossa população será por ventura necessário justificar a verdade de quanto dissemos?

A escravatura dos africanos torna o país escravo de si próprio; pois como diz o M. de Marica: o cativoiro apostema e tortura os escravos e seus senhores. É urgentíssimo impedir-se que entrem mais; e antes pedirmos todos à manhã esmolas e andarmos descalços que ver o belo e risonho Brasil – a nossa pátria convertida numa catinguenta Guiné. E cuidado que eles não dormem tanto como se pensa! Já tem feito seus ensaios em vários anos, no dia de Reis, em que se juntam por todo o Brasil, e só é para temer que uma vez se combinem a um tempo...¹³³

De início, é evidente que o argumento contra o tráfico de escravos e a dependência deste, além da condição *catinguenta* dos *africanos*, não indica um cuidado e consideração com essa *população*, mas uma atenção à heterogeneidade da *população* nacional o que, por si, era indesejável. Afinal, previa-se que, caso não se interrompesse o tráfico de escravos, era de se esperar que *africanos*

¹³¹ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo**: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana. São Paulo: UNESP, 1997.

¹³² “A opção irreversível por uma Nação branca e européia nasce, segundo o autor da *História geral do Brasil*, como o fruto amadurecido e temperado de uma experiência histórica em que as linhas da nova Nação são legadas e determinadas por uma civilização superior. Aos demais grupos étnicos e culturais, considerandos vencidos, só lhes resta uma participação passiva no projeto da nova Nação e apenas na medida em que se deixarem ou forem absorvidos e integrados, racial e culturalmente, pelo branco – única fonte de legitimação, pois dele decorrem os valores básicos da nova nacionalidade”. (Opus cit., pg 47).

¹³³ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 8.

tomariam o Brasil e o Brasil se tornaria *africano*. Na medida em que a continuidade do tráfico inviabilizaria a construção de uma *população* homogênea (desde o início do Memorial, Varnhagen destacava que pior que o pouco número era a heterogeneidade das *populações*), está em jogo nesse argumento, também, a necessidade de superação do tráfico enquanto herança da condição *colonial* que tencionava com o seu projeto de afirmar uma Nação. Tal tensão tem relação imediata com a condição do encontro com o Outro, frente o qual os *homens de boa fé* temiam a perda do local onde se encontravam.

É digno de nota que Varnhagen argumentava pela afirmação de uma Nação brasileira, porém contra um discurso que tinha grande força na época. Fazia seis anos que Bernardo Pereira de Vasconcelos, em seu discurso no Senado em abril de 1843, afirmara: “A África civiliza a América”: proposição que sintetiza os interesses que envolviam a manutenção da escravidão, os quais iam além de uma simples questão de mão-de-obra¹³⁴. É certo que o alerta de Varnhagen sobre a possível rebelião dos *africanos*, “eles não dormem tanto quanto se pensa”, tinha grande apelo; porém, a escravidão permeava desde longa data diferentes esferas e por isso o Império a perpetuava. A manutenção do monopólio da terra e mão-de-obra eram privilégios fundamentais para os colonos desde quando respondiam à metrópole portuguesa. Na *recunhagem da moeda colonial*¹³⁵, quando os colonos passaram a responder ao novo centro (a nova *cabeça* do Império localizada no Rio de Janeiro), eles recebiam em troca a continuidade de seus antigos privilégios. Se o monopólio da mão-de-obra era de fato uma demanda tão intensa, se a “África civiliza a América”, a disposição de Varnhagen em se manifestar contra a chegada de mais *africanos* se torna ainda

¹³⁴ A referência desta citação, assim como de sua importância singular, vem do artigo **Construtores e Herdeiros**, de Mattos e de suas aulas que tive oportunidade de assistir enquanto cumpria com as justas exigências da CAPES, pelas quais um bolsista deve experimentar um estágio de docência. Bernardo Pereira de Vasconcelos foi colocado em aula como aquele que direcionou o olhar dos *brasileiros*, até o momento preocupados com o possível retorno de um regime absoluto, para o futuro, e foi nesse movimento que afirmou a importância da escravidão para o Império. Por um gesto que coloca em dúvida uma separação rígida entre ensino e pesquisa, nessa aula Mattos desenhou sobre uma linha do tempo um boneco de traços simples com o rosto voltado para o passado, comentando a apreensão que gerava aos *brasileiros* que experimentavam as regências a possibilidade da restauração de um governo absoluto. No momento em que sua exposição chegou no discurso de Bernardo Pereira de Vasconcelos, apagou o rosto de seu desenho e o voltou para o futuro, marcando que foi nesse debate que perdia força o argumento da *restauração* (familiar a uma temporalidade cíclica com a qual operavam letrados como José Bonifácio) e se iniciava um tempo marcado pela experiência da superação de um passado que não mais regressaria.

¹³⁵ MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial**. 3. ed Rio de Janeiro: Access, 1994.

mais significativa. Ou seja, era permitido a certos homens comentar assuntos delicados e, importa mais ainda destacar, que estes comentários não rompiam os limites de seus espaços. As proposições de Varnhagen de forma alguma se converteriam ou pretendiam promover um debate público. É certo, também, que seu argumento não é favorável à emancipação, pois, para substituir os *africanos* que não deveriam mais chegar,

para suprir seus braços cumpre que se tomem providências acerca dos indígenas, fazendo que se tire deles o possível proveito. (...) Para chamar colonos europeus cumpre acabar de uma vez com o sistema dos engajamentos em grande.¹³⁶

Tanto índios quanto colonos europeus deveriam ser empregados na substituição da mão-de-obra *africana*, mas o *índio* o faria enquanto cativo. Assim, argumentava que se havia alguma pretensão civilizadora no tráfico de *africanos*, porque não aplicá-la aos *índios*?

Temos a escravatura por lícita, e até conforme com o Evangelho e com o voto dos publicistas, quando necessária para a segurança do Estado, e melhor governo dos cativos. Cremo-la ilícita e bárbara quando é possível evitá-la e isso se não faz. E que diremos quando até se promove indo longe por ela? Sustentam todos no Brasil que os africanos melhoram de sorte deixando suas pátrias e passando a América, onde são bem cuidados e doutrinados na fé. Pode ser: mas os seus filhos? Mas eles mesmos, depois de doutrinados e civilizados não ganhariam mais em ficar livres? Se os trouxestes da África *por bem deles*, completai vossa obra. – Dá-lhes a liberdade. Mas ainda nesse caso seria uma sem razão, e até uma espécie de ingratidão, estarmos deixando os índios bravos guerrearem-se, por tantos sertões nossos e deles, devorando-se uns aos outros; porque em África guardam cativos; mas os botocudos assam-nos e comem-nos. – Porque motivo em lugar de irmos (contra os tratados e expondo aos cruzeiros ingleses navios e capitais) buscar africanos além dos mares para os escravizar, não havemos antes dentro do Brasil prender à força os índios bravos para os desbravar e civilizar? – Teríamos com eles um aumento de braços menos perigosos que os dos negros, porque daqui a pouco, estariam misturados conosco em cor e tudo, e então teríamos em todas as províncias – povo – classe social que algumas não possuem.¹³⁷

Por um argumento de temor pelo futuro do Brasil, Varnhagen envolve o Império em um enredo no qual o tráfico de *africanos*, herança da condição *colonial*, não traria nada além de prejuízos. O que está em jogo aqui, novamente, é um argumento que opera com expectativas de futuro que se articulavam pelo conhecimento que esse cidadão tinha das *chagas do país*, empecilhos para que nos elevássemos a uma Nação civilizada. *Civilizar* o índio, nesse caso à força, era

¹³⁶ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 8.

¹³⁷ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 32.

tanto uma das formas de prevenir um futuro indesejável para ao Império, quanto meio de garantir (a longo prazo) uma população homogênea para a Nação. Para tal, indo diretamente contra os argumentos filantrópicos da época¹³⁸ (os quais chamava de *philo-tapuais*), Varnhagen defende que se retomassem as *bandeiras*.

Pelo sistema das *bandeiras* que o Governo não fazia mais que *tolerar* se conquistou todo o sertão com suas minas, que foram trabalhadas pelos braços dos índios e se deu quase cabo do indômito caiapó. E desenganemo-nos: as raças bravias, que se declararam inimigas de morte de nossos antepassados, serão até os últimos descendentes bravios, nossos inimigos de morte: e não temos outro recurso, para não estarmos séculos a espera que eles *queiram* civilizar-se, do que o de declarar guerra aos que não resolvam a submeter-se, e o ocupar pela força essas terras pingues que estavam roubando a civilização¹³⁹.

Aos novos bandeirantes seria concedida a tutela dos índios capturados, que, caso abundassem, poderiam ser concedidos a outros por meio de algum procedimento que registrasse quem seria o responsável por tais cativos. Assim, a história enquanto mestra da vida resolvia parte do problema da mão-de-obra e da população nacional, pois a solução dada pelo autor do **Memorial** partia da constatação de que as bandeiras foram as responsáveis pela conquista do sertão e das minas. Assim, o *espaço de experiência* nacional (pois as bandeiras são lidas por Varnhagen como uma das forças que construíram o território da Nação) oferecia a cura para as *chagas do país*. Para tanto, era apenas necessário que se permitisse a tal movimento que novamente partisse sem direção ao sertão hasteando, nesse reviver, a bandeira da *civilização*. Especialmente porque os *índios* jamais iriam querer *civilizar-se*, a única medida era a guerra aberta que, nesse caso, pouco custaria ao Estado, este deveria apenas permitir as *bandeiras*, para que elas novamente sigam em sua expansão.

Ao lado da *civilização* dos ameríndios, Varnhagen defendia, como recurso, a mão-de-obra dos colonos europeus para garantir o fim do tráfico de *africanos*. Sobre estes Varnhagen argumenta, essencialmente, que era equivocado supor que não trabalhariam sob o clima tropical, era necessário apenas motivá-los pela garantia de propriedades (a ser distribuídas entre esses) e da sua integridade física.

O tom combativo de Varnhagen, ora contra as *adulações* ora contra os *philo-tapuais*, ou contra a inércia que mantinha diferentes pontos da administração

¹³⁸ Para uma análise detalhada da filantropia ao longo do Segundo Reinado ver **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil**, especialmente o terceiro capítulo.

¹³⁹ VARNHAGEN, Francisco Adolfo. **Memorial Orgânico**. Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, p. 32.

do Império sem nenhum planejamento, sugere que ele já previa alguma resistência entre seus interlocutores. Há de se ter em vista que se Varnhagen apresentava diferentes argumentos contra os ameríndios, existia um conjunto maior de letrados que os cantavam. De Ferdinand Denis, autor do *Resumo da história literária do Brasil* (1825), Almeida Garrett, redator de uma *Bosquejo de história da poesia e língua portuguesa* (1826), Santiago Nunes Ribeiro, que argumentava a existência *Da nacionalidade da literatura brasileira* (1843)¹⁴⁰, chegamos a um conjunto de letrados, como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, cuja notoriedade talvez não seja mais necessário comentar. Se tais indianistas (que aqui recebem tal nome, embora tal denominação não signifique uma univocidade) nos levariam a outra direção que não aquela dos anos de 1870 a 1890, a qualidade daqueles que os comentaram apenas dificultam uma síntese. Citemos novamente Roaunet¹⁴¹, Sussekind¹⁴², Ventura¹⁴³, Ricupero¹⁴⁴ e Kodama¹⁴⁵. Partindo deste conjunto de autores, o ponto que lhes parece recorrente é a presença de um debate **no qual** a Nação passa a ser representada de diferentes formas por um conjunto finito de elementos. Finito porque deveriam se articular de modo que as distâncias e regiões compusessem um uníssono. Assim como no **Memorial**, a Nação deve soar, pela poética ou pela narrativa de um passado, sempre no singular, jamais no plural, como uma única melodia cantada por timbres diferentes (o canto do *índio*, do *branco* e do silenciado canto dos *africanos*). Cada região seria um elemento a mais a ser entendido pelo outro, onde, por um jogo de comparações e traduções, eliminaria-se a possibilidade de uma natureza singular em uma província. Se no Mato Grosso canta um pássaro que só existe lá, esse seria comparado a outro de

¹⁴⁰ COUTINHO, Afrânio. **Caminhos do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Ed. Americana: Prolivro, 1974. 1 v.

¹⁴¹ ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplendido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo: Siciliano, 1991.

¹⁴² SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. In: PIZARRO, Ana. **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial ; Campinas: UNICAMP, 1994, 2 v.

¹⁴³ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras 1991.

¹⁴⁴ RICUPERO, Ricardo. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (coleção temas brasileiros).

¹⁴⁵ KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. (Doutorado em História) PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005.

outra província em uma descrição que convenceria o leitor que não se tratam de coisas diferentes, mas manifestações de uma mesma coisa¹⁴⁶.

Se por um lado a representação do índio possibilitava construir um passado e presente para a Nação, por outro, o Estado em construção lidava com essa *população* por sua herança. Mota¹⁴⁷ comenta o **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no Estado Nacional** gestadas ao longo do Segundo Reinado. Seu argumento se inicia pelas propostas de integração de Domingos Alves Branco Moniz Barreto (1788) e de José Bonifácio de Andrada e Silva (1823), nas quais foram definidos certos pontos (como, por exemplo, a utilidade ou prejuízo da presença de jesuítas na civilização dos ameríndios) que marcaram os debates sobre a integração indígena travados dentro do Instituto ao longo do Segundo Reinado. Sem enfatizar a preocupação indianista, Mota atenta para as diferentes proposições de integração ou extermínio dos ameríndios, onde está em jogo não só a expansão da civilização, mas os meios de se promover o progresso do Império.

Frente aos indianistas e às propostas de integração das comunidades indígenas no Estado, é digno de nota que, se a literatura indianista constituía pela representação do indígena uma referência que singularizava a Nação, aqueles que organizavam a ação do Estado para integrar os que ainda viviam também operavam por uma representação desses. A distinção entre o tupi (o índio falecido e idealizado) e o tapuia (o *botocudo* vivo)¹⁴⁸ não deixa de indicar o paradoxo das representações dos *selvagens* com o qual sócios do IHGB que publicavam na Revista (entre os anos de 1870 a 1890) como Visconde de Taunay e, principalmente, Couto de Magalhães, tinham de lidar. Nesse sentido, em o **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**¹⁴⁹ de Couto de Magalhães, comenta-

¹⁴⁶ Na Revista um artigo muito próximo a esse ponto (a ser comentado no próximo capítulo) é: TAUNAY, Alfredo d'Escragnonle Taunay, Visconde de. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 79-177, 209-339, 1869.

¹⁴⁷ MOTA, L. T. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional**. Diálogos Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 2, n. 2, 1998. p. 149-175.

¹⁴⁸ C.f. MONTEIRO, John Manuel. As “raças” indígenas no pensamento brasileiro do Império. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). 1996. **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB.

¹⁴⁹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359-516, 1873.

se que, embora um conjunto de sócios e letrados nacionais tenham tido certa felicidade na forma de proceder e representar os *selvagens* (Couto de Magalhães destaca, dentre outros, Gonçalves Dias, José de Alencar e Bernardo Guimarães) as considerações de Varnhagen (e as representação dos *selvagens* como *botocudos*) praticamente sintetizam o argumento contra o qual Couto de Magalhães se coloca, qual seja, a possibilidade de dar *civilização* e *trabalho* ao *selvagem* na ocupação do *sertão*¹⁵⁰. Porém, se seu argumento se distancia da representação do *selvagem* como *botocudo*, que jamais aderiria à civilidade e, assim, negava as proposições de Varnhagen, tais letrados partilhavam uma mesma questão: a utilidade ou não utilidade dos *selvagens* para o Império. Se em Varnhagen tal ponto remetia à superação da condição *colonial* (fragmentada, desigual e heterogênea, o oposto do que deveria ser uma Nação), em Couto de Magalhães tratava-se abertamente dos proveitos econômicos do emprego de *selvagens* na produção da borracha e da pecuária extensiva. Assim, embora as propostas sejam opostas, as motivações têm pontos de contato.

A consonância entre o **Memorial** e a Revista, porém, não se restringe apenas na disposição de “lidar” com os *selvagens*. No que se refere a uma discussão sobre Império e não sobre a Nação, o **Memorial** apresentava quase o mesmo argumento que Augusto Fausto de Souza construiu em seu **Estudo sobre a Divisão Territorial do Brasil**¹⁵¹. A crítica ao *estado atual*, herdeiro da inexistência de planejamento dos governos portugueses, a falta de cuidado com o *interior*, a desproporção entre as províncias que poderiam levar a uma guerra civil são pontos de partida tanto para Varnhagen quanto para Augusto Fausto de Souza construírem seus argumentos. Seria, por isso, redundante detalhar esse **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. A singularidade desse **Estudo** frente ao **Memorial**, além da evidente distância cronológica, é que Fausto de Souza explicita que a divisão territorial influenciava diretamente na vida política do Império, porém, sua conclusão não diverge da de Varnhagen, pois tratava-se de impedir “províncias grandes conquistando as pequenas, e uma guerra civil

¹⁵⁰ Ibid., p. 430.

¹⁵¹ SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880].

espantosa”, ou seja, para o *corpo da pátria* ser sadio, era imprescindível um equilíbrio entre os membros¹⁵².

Por fim, esperamos, por essa análise do **Memorial Orgânico**, ter dado alguma materialidade ao que chamamos de administrar o Império. Tal análise indica, também, que os sócios com os quais iremos nos deter com maior calma herdaram um conjunto de debates e, por estes, um vocabulário que, se não constituem uma *tradição*¹⁵³, compõem pelo menos um conjunto de disposições que servem para pensar diferentes assuntos. Assim, *civilizar, nação, população...* são conceitos que motivam um certo tipo de ação, uma ação sobre o Outro, pois partem de alteridades constituídas *a priori*. Algo semelhante ocorria nos debates sobre as fronteiras, cujos *limites* eram discutidos, como foi mostrado no **Memorial** (e será mais bem exposto no capítulo quatro), por uma herança que remetia a tratados e expedições muito anteriores a estes sócios. No entanto, se havia uma herança e um vocabulário que afirmam uma continuidade, uma experiência singularizava esse sócios: a guerra do Paraguai. Nesse sentido, é notável que, assim como a Revista manteve, entre os anos de 1870 a 1890, ativo os debates sobre fronteiras e nações, também comportou artigos de naturezas diversas que tematizavam a guerra. Evento sem precedente, a guerra foi uma experiência que marcou os sócios do Instituto Histórico, impondo viagens e combates, biografias de heróis e a construção de um tirano, além de o contato com *selvagens e paraguaios*. Nesse sentido, embora não afirmemos uma ruptura no Segundo Reinado, consideramos que a guerra se tornou, para aqueles que a viveram direta ou indiretamente, uma cicatriz que os diferenciava.

¹⁵² Fausto de Souza abre sua **Fortificações no Brasil** com a seguinte epígrafe: “Temos para nós que, quando o inimigo nos ameaça, há que prepararmo-nos para o receber à porta da casa não dentro dela depois de nos haver saqueado, para nos matar com as nossas armas, se não lhe pagamos os tributos, que nos impõe. História Geral do Brasil, Varnhagen, 1ª seção XXVI” (SOUZA, Augusto Fausto de. **Fortificações no Brasil**. 48 (71): 5-140, 1885). Essa epígrafe ilustra muito bem a consonância entre Varnhagen e Fausto de Souza que indicamos.

¹⁵³ Este conceito não é usado aqui para remeter a Hobsbawm e Terence, Edward Said fez uso desse conceito para enfatizar que o Orientalismo foi uma atividade erudita que se deu ao longo de um certo tempo e por um cuidado e incentivo de diferentes tipos de letrados. O mesmo poderia ser dito sobre o indianismo, que não se resumia apenas a um movimento literário. Um caso exemplar talvez seja o de Gonçalves Dias que, além de ser conhecido poeta, foi autor da *memória etnográfica O Brasil e Oceania* (1867). Em sua já citada tese, Kaori Kodama mostra como dentro do Instituto o debate sobre o ameríndio foi promovido por diferentes sócios envolvendo diferentes debates. Tendo em vista a continuidade deste debate entre os anos de 1870 a 1890 se torna possível falar de tradição no sentido empregado por Said: um conjunto de preocupações que se reafirmam pela produção letrada sobre um dado objeto.

3. 2. A guerra como *espaço de experiência*

O que nos cabe a nós, filhos desta geração, é aceitar o sacrifício, à que fomos chamados. O termo desta provação solene, por que passamos, ninguém o pode marcar. Desejaria eu ter, podido, desde o começo desta luta, acompanhar o nosso exército, participando dia por dia das emoções do grande drama. E assim, testemunha dos acontecimentos em ação, recolher os subsídios para habilitar a geração futura a avaliar da maneira, pela qual nós brasileiros temos desempenhado nossa responsabilidade nesta cruzada de civilização e de humanidade. Falar-te-ei do que vi, e não te queixes de só dar-te uma pálida descrição de lugares, ou algumas recordações desta guerra, quando estamos no hábito de esperar sempre boas novas de quem chega do Paraguai.

Viagem ao Paraguai em Fevereiro e Março de 1869. MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. 1873.

Francisco Ignácio Marcondes Homem de Mello partia do Rio de Janeiro dia 15 de Fevereiro, a bordo do transporte de guerra *Werneck*, em direção ao Paraguai. Partia em direção a uma “terra cheia de mistérios, que chamou repentinamente sobre si a atenção do mundo”¹⁵⁴ com a intenção de testemunhar uma *cruzada de civilização e de humanidade* que marcava sua *geração*. Por estas *recordações* iniciamos um quadro no qual a Revista do IHGB aparece como local de escoamento das experiências vividas pelas demandas da guerra travada no Paraguai.

A **Viagem ao Paraguai**, primeiro artigo a ser visto, se constrói pelo tempo. O dia e a hora organizam a exposição de Homem de Mello. Assim: “Às 11 horas da manhã de 24, passamos em frente à ilha de *Martin Garcia*, deixando-a a direita. Fica esta a 13 léguas de Buenos Aires”¹⁵⁵. Entretanto, a medida cronológica marca, acima de tudo, uma distância territorial. Quanto mais tempo passa, mais longe o narrador está de seu interlocutor, aproximando-se do *mistério* que motivava sua viagem.

Dessa forma, o passar do tempo propiciava o contato com paisagens que o viajante descrevia. Homem de Mello seguia seu caminho registrando as singularidades da paisagem, assim como algumas poucas cidades eram vistas ao longe até a chegada na cidade do *Paraná*, capital da província de Entre-Rios, onde Homem de Mello viu as primeiras edificações *mediócras* que tanto marcaram suas *recordações* e seu texto. Nesta cidade, dizia, “vi pela primeira vez soldados e

¹⁵⁴ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 5, 1873.

¹⁵⁵ *Ibid.*, p. 7.

peças do povo, vestidos de *chiripá*, traje singularíssimo e repugnante”¹⁵⁶. Se a distância territorial estava implícita no passar do tempo, longe de seus interlocutores o autor começava a afirmar as palavras pelas quais definiria uma alteridade e descortinaria essa *terra cheia de mistérios*.

A viagem prossegue até que outro elemento de sua narrativa aparece na *barranca de Cuevas*: “é nesse o famoso passo forçado pela esquadra brasileira em 12 de Agosto de 1865”¹⁵⁷. Homem de Mello dava especial atenção a certos locais onde lutas decisivas teriam ocorrido, e o fazia, certamente, porque detinha informações coligidas antes ou ao longo de sua viagem sobre a atividade militar que desejava registrar. Assim, por saber que na *barranca de Cuevas* uma batalha havia sido travada, o autor se ocupava de tal local.

As águas do rio formam aqui um semicírculo, oferecendo a barranca duas extremidades ou pontas, admiravelmente dispostas para delas se hostilizarem quaisquer embarcações, que passem neste lugar. O canal é junto à margem esquerda, a tiro de pistola¹⁵⁸.

Se Homem de Mello não pôde testemunhar diretamente toda essa “cruzada de civilização e de humanidade”, pelo menos podia recuperar seus vestígios, descrever os terrenos onde se deram as batalhas. A possibilidade de reviver o passado permeia a construção de seu texto. Neste sentido, na medida em que a viagem se dava, o viajante encontrava diferentes *brasileiros* que viveram a *cruzada*. Ao encontrá-los e ouvir seus relatos “recolhia com avidez essas preciosas informações, que ali tinham o caráter de verdadeiros depoimentos”¹⁵⁹, pois o viajante desejava ver com os próprios olhos ou ouvir o relato daqueles que estiveram *lá*. Homem de Mello produzia, assim, um relato confiável (e legítimo para a crítica da época) sobre a guerra e sobre os habitantes e cidades desta *terra cheia de mistérios*.

A chegada à “terra dos sombrios terrores, dos mistérios impenetráveis”¹⁶⁰, no entanto, foi uma decepção. No momento em que a distância havia sido transposta e o *mistério* afrontava seus olhos, Homem de Mello não enxergava nada exuberante, via apenas ausências, produzindo definições que tinham dois sentidos: o Outro (aquele que não tem); o *nosso* (o que possui). De viajante,

¹⁵⁶ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 9, 1873.

¹⁵⁷ Ibid., p.10.

¹⁵⁸ Ibid., p.10.

¹⁵⁹ Ibid, p. 13.

¹⁶⁰ Ibid., p.12.

convertia-se em brasileiro e o *mistério* se tornava o Paraguai. Ao chegar à Villa Franca, afirmava: “Não conheço fazenda alguma nossa, ainda das mais secundárias, que não tenha mais edificações do que este aquartelamento”¹⁶¹. A falta de edificações é o indício inicial pelo qual Homem de Mello viria a definir o paraguaio.

Até aqui só encontramos as matas das margens do rio, os descampados silenciosos e tristes como desertos, os esteios dos *mangrulhos* das desamparadas *guardias* paraguaias, e alguns ranchos de palha.

Nenhum vestígio que indique a civilização, ou desenvolvimento de um povo. Nem cidades, nem edificações, nem cais, nem ainda estabelecimento algum, que servisse ao comércio e a indústria.

Por toda à parte os traços rudes e grosseiros da raça indígena, que uma vontade feroz adestrou no serviço das armas, como máquina de destruição contra os povos vizinhos¹⁶².

Sem *edifícios*, sem *comércio*, sem *civilização* os paraguaios são definidos como *índigenas rudes e grossos*. O problema foi que “uma vontade feroz [os] adestrou no serviço das armas”. Ou seja, o motor da guerra foi a vontade de um homem só, o *tirano* Solano Lopez fez do paraguaio um *adestrado* que, por sua incivilidade, não constituía um *povo*, mas uma *raça*. Entre as diferentes experiências que Homem de Mello teve em Assunção, esteve com três prisioneiros paraguaios que falavam apenas *guarani*. Chamava atenção ao brasileiro que, “Em vez de civilizar essas criaturas desvalidas, um tirano as arranca às suas selvas e às suas famílias”¹⁶³. Não se trata de uma crítica à retirada do *índio* de *suas selvas*, mas à intenção com a qual isso foi feito, pois *civilizar* e *adestrar* são ações sobre os *índios*, porém havia uma distância moral entre tais procedimentos. *Civilizar* implicaria operar uma transformação do *selvagem* em *civilizado* (em semelhante); *adestrar* era manipular a *raça* para um certo fim deixando-a em seu estado *selvagem*, algo condenável para Homem de Mello. Nesse sentido, o grande crime de Solano Lopez foi, além de não ter *civilizado*, ter se aproveitado da rudeza da *raça* para que cumprissem seus desígnios.

Dessa forma, na medida em que Homem de Mello apresentava o paraguaio e seu líder, interpretava a guerra, pois se esse brasileiro partiu em direção a uma *terra cheia de mistérios*, no revelar destes mistérios a guerra era compreendida. Mais do que uma exposição sobre o paraguaio ou sobre o Paraguai, a viagem de

¹⁶¹ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 15, 1873.

¹⁶² *Ibid.*, p. 25.

¹⁶³ *Ibid.*, p. 35.

Homem de Mello é uma interpretação que dá à guerra (experiência extraordinária) um sentido acessível. Afinal, pelo argumento desse letrado, a guerra se deu pela vontade de um *tirano* que submetia uma *raça* à sua vontade. Assim, o viajante transformava a destruição de um país em uma “cruzada de civilização e de humanidade”. “Honra á civilização brasileira, que varreu diante de si todos esses vestígios de um poder selvagem!”¹⁶⁴ dizia Homem de Mello quando encontrava os vestígios da destruição promovida pelo exército brasileiro.

Embora suas *recordações* e seu texto se concentrem na descrição das cidades de Assunção e Humaitá (que se assemelham ao que foi colocado até aqui), tais descrições conduzem a uma definição do paraguaio que traz em si uma explicação da guerra. O argumento de que eles seriam *índios adestrados* percorre diferentes momentos do artigo de Homem de Mello. Assim, a guerra tinha como causa

as mãos de um homem endurecido em uma intenção mais de ódio, do que de deliberação refletida, exterminar-se-á porventura o último paraguaio. Mas, ali nessas massas fanáticas, dadas à sujeição absoluta que vem dos tempos dos jesuítas, jamais se insinua o desânimo¹⁶⁵.

Subjugados desde os *tempos dos jesuítas*, os paraguaios não tinham vontade própria, não eram *cidadãos* ou *povo* justamente porque não participavam da vida ativa do seu país. Homem de Mello, no entanto, não trazia testemunho da *loucura* de Solano Lopez. Um testemunho deste teor foi prestado por outro sócio do IHGB, João Ribeiro de Almeida, com relação à Carlos Antonio Lopez, pai de Solano, autor das **Breves considerações acerca de alguns documentos trazidos do Paraguai**¹⁶⁶, onde dizia:

Acompanhando ao Paraguai S. A. Real o Sr. Conde d’Eu, novo e muito ilustre general em chefe de todas as forças brasileiras em operações naquela república, ao penetrar no teatro de tanta heroicidade, sacrifícios, constância e glória para o nome brasileiro, eu não podia esquecer-me de que na qualidade de membro, embora obscuro, do Instituto Histórico Brasileiro corria-me o dever de concorrer, na proporção de minhas forças, para tornar mais conhecido aquele malfadado país e, sobretudo, para elucidar pontos poucos claros e questões duvidosas da guerra a que fôramos arrastados, de modo a facilitar as apreciações históricas¹⁶⁷.

¹⁶⁴ MELLO, Francisco Ignácio Marcondes Homem de. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 16, 1873.

¹⁶⁵ *Ibid.*, p. 40.

¹⁶⁶ ALMEIDA, João Ribeiro de. **Breves considerações acerca de alguns documentos trazidos do Paraguai**. 33 (41): 186-205, 1870.

¹⁶⁷ *Ibid.*, 186.

Se a proposta de Ribeiro de Almeida era semelhante a de Homem de Mello (coligir informações confiáveis sobre o Paraguai e os paraguaios, sobre as razões da guerra e sobre seus heróis), ao invés do testemunho direto, Ribeiro de Almeida se valia de documentos, os *decretos* instituídos por um *tirano*, para definir sua *loucura* e *vaidade*. O brasileiro comentava tais decretos número a número.

1º mostra até que ponto Carlos Antonio Lopez era suscetível de ciúme pelas suas prerrogativas; pois que por esse decreto o dito presidente proíbe que haja repiques de sinos à entrada e saída do bispo nas Igrejas, assim como veda ao bispo o uso da capa magna...¹⁶⁸

Em cada decreto, Ribeiro de Almeida apresentava a mesma face a Carlos Antonio Lopez que Homem de Mello havia sugerido a Solano Lopez: um *tirano caprichoso*. Na mesma medida, ao lado da censura que se impunha ao *dito presidente*, transparecia o despreço que Ribeiro de Almeida tinha pela opção republicana. Cada crítica ao *presidente* se desdobrava em juízo da qualidade de seu governo. Chama a atenção, neste sentido, o *documento 4º*:

Pelo documento nº 4 se evidência o nenhum respeito que na intitulada república se tinha pela liberdade e dignidade do cidadão. Por esse decreto ordenava Carlo Antonio Lopez que os denunciados como incorrigíveis ociosos fossem presos e castigados com 25 a 50 açoites, do mesmo modo por que se castigavam ladrões de estrada. Assim, bastava uma simples denúncia de ociosidade ou de resistência aos trabalhos da agricultura, para que, sem mais forma de processo, o cidadão sofresse castigo infame! Sempre a espionagem e a denúncia acoroçados, como se fossem meios honestos de governar!¹⁶⁹

Seria pouco lembrar que o Império mantinha, contra as mais diferentes pressões, a escravidão, pois sem dúvida alguma esses homens não eram considerados *cidadãos*. O espanto de Ribeiro de Almeida era como a *intitulada república* permitia a um *presidente*, no caso o pai do tirano responsável pela guerra, penalizar àqueles que deveria proteger. Além de uma inexistência de leis que o proibisse de impor *castigo infame* ao *cidadão*, Ribeiro de Almeida salientava a ausência de civilidade que operava na *república* movida não por virtudes, mas pelo *ciúme* e pela *loucura*.

No fundo e no superficial, a medida era a mesma: a *república* do Paraguai era o governo de um homem só, seja de Solano, seja de Carlos Antonio. Lá não havia *homens de boa fé* ou, se retomarmos o argumento de Homem de Mello, não

¹⁶⁸ ALMEIDA, João Ribeiro de. **Breves considerações acerca de alguns documento trazidos do Paraguai**. 33 (41): 189, 1870.

¹⁶⁹ Opus cit, 190.

havia *povo*. Por isso, bastava definir a posição ocupada por esse homem singular para conhecer a razão que movia toda a república do Paraguai à guerra. Afinal, o Império do Brasil, guiado por um *príncipe ilustrado*, não desejava o conflito. Desde a introdução de seu artigo (acima transcrita), Ribeiro de Almeida deixava claro que o Brasil havia sido *arrastado* para a luta. Assim, embora Homem de Mello partisse de um testemunho e Ribeiro de Almeida da exposição de documentos, a interpretação da guerra que sugeriam era semelhante: o Paraguai definiu a própria sorte na opção pela *república*, que era regida por um *presidente* que impunha sua vontade a uma *raça* que, por sua incivilidade e conseqüente passividade, não constituía um *povo*. No entanto, as falas sobre a guerra não eram homogêneas entre os sócios do IHGB, pois a sua longa duração tensionava àqueles que de longe a observavam.

O historiador deve ser como o anatômico, que só leva o escapelo da dissecação ao corpo morto; assim a crítica da história só pode aparecer depois que pesa sobre os acontecimentos a mortalha do tempo.

Mas não podemos deixar de responder desde já a uma censura que é quase geral. A guerra se tem prolongado muito tempo, grita-se, clama-se por seu fim. Se algumas faltas, alguns erros têm concorrido para isso, convém confessar que a guerra tem ido além do tempo que todos prevíamos, porque se não conhecia o solo em ela se desenvolveu, nem as forças e recursos do inimigo¹⁷⁰.

Moreira de Azevedo, em **O combate da Ilha do Cabrita**, diferente dos outros sócios do IHGB lidos até aqui, por ter não estado *lá*, e, por isso, seu discurso traz certa medida do impacto que a guerra teve na corte. Nesta *memória* de Moreira de Azevedo, as dificuldades de locomoção do exército pelos *pântanos* que provocavam o *vômito negro*, os rios que exigiam pontes, o inimigo que se movia em seu território e outras dificuldades compunham uma narrativa áspera. Se Homem de Mello e Ribeiro de Almeida tendiam a uma explicação, Moreira de Azevedo tratava das provações que a guerra impôs, explicitando o sacrifício dos *heróis* que combatiam e faleciam. Assim, enquanto os outros dois sócios operavam com um singular que designava um coletivo (o Brasil), Moreira de Azevedo trata de indivíduos especiais, tratava de *heróis*, tratava dos

grandes combates, os feitos guerreiros, as ações de valor, os atos de heroísmo que se não praticado, pertencem já a história; por isso nos reunimos neste palácio, onde arquivamos os fatos da história pátria, esforçar-nos-emos por lembrar um dos feitos mais gloriosos dessa campanha que, se tem custado aflição, lágrimas e dificuldades de suma gravidade e peso, em compensação tem elevado o nosso

¹⁷⁰ AZEVEVO, Manuel Duarte Moreira de. **O combate da Ilha do Cabrita**. 33 (41): 9, 1870.

exército e armada á altura da fama em que estão os exército e armadas das nações que se dizem as primeiras do mundo¹⁷¹.

Uma vez que sua intenção era *lembrar* feitos *gloriosos*, Moreira de Azevedo trazia à tona as dificuldades da guerra que revelavam o *herói*. **O combate da Ilha do Cabrita** narra uma luta onde se destacou o tenente-coronel Villagen Cabrita, cuja *ação heróica* garantiu a vitória do Brasil. O enredo termina com a morte do herói que sonhava com o reconhecimento que teria ao retornar para casa.

Chama a atenção que Moreira de Azevedo não declarou de onde tirou as informações necessárias para escrever essa *memória*, o que nos leva a considerar que circulava entre os sócios diferentes informações sobre a guerra, pois se fosse uma fonte extraordinária, Moreira de Azevedo (autor que usualmente cita sua fonte) a teria anunciado. Se ele afirmava que “A guerra se tem prolongado muito tempo, grita-se, clama-se por seu fim”, o fazia em sessão do Instituto frente a um conjunto de sócios que não se colocaram contra a impressão desta *memória* na Revista. Assim, começa a ganhar contorno a razão pela qual Homem de Mello e Ribeiro de Almeida se empenharam em justificar o conflito. Mesmo no IHGB, não havia consenso sobre as decisões tomadas ao longo da guerra. Sigamos, neste ponto, por uma obra de outro sócio do IHGB, **A Retirada da Laguna**¹⁷².

Em **A Retirada da Laguna**¹⁷³, Visconde de Taunay narra parte de sua experiência na guerra com elementos próximos aos da **Viagem** de Homem de Mello. **A Retirada**, no entanto, tem um tom diferente. Taunay se dedicou a paisagem, assim como o outro sócio, porém o fazia comentando como os brasileiros se encontravam sem suprimentos, sem condições de lidar com o terreno desconhecido e, quando começavam a se *retirar*, o pior: a paisagem de pasto seco no qual os paraguaios ateavam fogo, técnica constantemente usada para oprimir os brasileiros em *retirada*. O contato com o território do Outro não mostrava uma *raça subjugada*, mas o despreparo dos brasileiros em lidar com um lugar desconhecido, isso porque a campanha na qual Taunay tomou parte teve qualidades singulares. Enquanto havia uma frente de ataque ao Paraguai que o

¹⁷¹ Ibid., p. 6.

¹⁷² Embora a **Retirada da Laguna** não tenha sido impressa na Revista, esta obra foi comentada por diferentes sócios como uma fonte importante de informação sobre a guerra e, por isso, será comentada aqui.

¹⁷³ TAUNAY, Alfredo D'Escagnolle Taunay **A retirada da Laguna**: episódio da guerra do Paraguai. MEDEIROS, Sergio (orgs). São Paulo: Companhia das Letras 1997.

acessava pelo Sul (por onde Homem de Mello fez sua viagem e por onde Duque de Caxias fez sua campanha), a expedição da qual Taunay fez parte foi enviada para abrir outra frente de ataque pelo Mato Grosso.

Esta combinação de dois esforços simultâneos teria, sem dúvida, impedido a guerra de se arrastar por cinco anos consecutivos, mas sua realização era extraordinariamente difícil, em razão das enormes distâncias que teriam de ser percorridas: para se ter uma idéia, basta relancear os olhos para o mapa da América do Sul e para o interior em grande parte desabitado do Império do Brasil¹⁷⁴.

No entanto, como o próprio autor comentava, a campanha não foi munida com o suporte necessário e só não foi um desastre total pelo auxílio prestado pelo *sertanejo* José Francisco Lopes, único que tinha algum conhecimento sobre a região da fronteira. O *sertanejo* se envolveu no combate, segundo Taunay passionalmente, porque sua família, enquanto moradora da fronteira, havia sofrido diferentes ataques e parte de seus familiares se encontrava prisioneira de paraguaios. Se o *sertanejo* tinha algum saber sobre a região, devemos citar uma passagem exemplar do conhecimento que os dirigentes que compunham a campanha tinham sobre o caminho a ser percorrido: foi o momento em que alcançaram o rio Apa.

O coronel, ao chegar, pediu que lhe dessem um pouco de água, da própria água do Apa e, ou porque vagas reminiscências históricas a respeito de rios famosos despertassem em sua memória, ou porque, após seu espírito passar por tantas agitações, experimentasse ele uma espécie de excitação febril, disse sorrindo: “Vejamos a que horas provamos a água desse rio”. Olhou o relógio, bebeu e acrescentou no tom jovial: “Gostaria que esse incidente ficasse consignado na história da expedição, se algum dia ela for escrita”. Parecia desejar que lhe prometéssemos isso; em nome de todos, o próprio autor desse relato comprometeu-se a assim proceder, e o cumpre hoje com uma exatidão religiosa, pois a morte, da qual nosso chefe estava tão próximo, sabe, por sua natureza enigmática, enobrecer tudo, absorver tudo e tudo consagrar¹⁷⁵.

A chegada ao rio Apa não marcava apenas a chegada ao Paraguai; marcava um ponto que o coronel já conhecia por “vagas reminiscências históricas a respeito de rios famosos” que permeava o imaginário desses homens. Uma *geografia imaginativa*¹⁷⁶ para os quais boa parte do *interior* do Brasil que levava

¹⁷⁴ TAUNAY, Alfredo D'Escragno. **A retirada da Laguna: episódio da guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras 1997, p. 37.

¹⁷⁵ *Ibid.*, 55.

¹⁷⁶ A expressão é de Edward Said, pela qual o autor sintetiza um conjunto variado de produções letradas pelas quais o Oriente era conhecido por aqueles que nunca estiveram nele. Para os que lá chegavam, a *geografia imaginativa* cumpria o papel de orientá-los, possibilitando ao viajante gerar um relato que seus leitores reconhecessem enquanto um relato sobre o Oriente. O mesmo conceito

ao Paraguai era desabitada e desconhecida. O rio Apa foi das poucas referências tidas como familiar na **Retirada**, as paisagens ou regiões em geral eram conhecidas apenas pelo sertanejo que lhes servia de guia. Dessa forma, Taunay não poupava o leitor das dificuldades que experimentou, até porque sua intenção se aproximava a de Moreira de Azevedo. Ambos destacavam *heróis* e, para tal, explicitavam todo o tipo de dificuldade que esses homens viveram. Em certa medida, Taunay e Moreira de Azevedo dão testemunho do estranhamento que os relatos da guerra poderiam causar na época e, assim, é possível compreender por que Homem de Mello e Ribeiro de Almeida se dedicavam a interpretar o conflito da forma como fizeram. Colocando a responsabilidade do combate no *tirano* Solano Lopez e na república justificavam tanto a destruição que foi necessária para sua captura, quanto os diferentes sacrifícios impostos pela guerra. Como dizia Homem de Mello “O que nos cabe a nós, filhos desta geração, é aceitar o sacrifício, à que fomos chamados. O termo desta provação solene, por que passamos, ninguém o pode marcar”.

As experiências da guerra, no entanto, não resultaram apenas em considerações sobre a própria. O próprio Taunay descreveu seu caminho até o Mato Grosso em o **Relatório Geral da Comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a Província de Mato Grosso**¹⁷⁷ publicado na Revista em 1874, texto que se diferencia muito da **Retirada**. Por esse **Relatório**, iremos destacar que a guerra foi, para esses letrados dispostos a conhecer e administrar o Império, um caminho para conhecer e comentar o *interior*.

O **Relatório** segue um padrão rígido. Taunay comentava as cidades (dando informações sobre o comércio, vias de acesso e edificações), assim como as fazendas e as estradas percorridas. Cada rio era detalhado, assim como as pontes que neles ainda estavam ou que caíram. A fauna, e especialmente a flora, eram apresentadas por seus nomes latinos e vulgares ou eram apresentadas ao leitor pela comparação com alguma planta conhecida. Este **Relatório**, que o autor julgava interessante àqueles que se ocupam da *corografia*¹⁷⁸ *do Brasil*¹⁷⁹, trazia,

foi empregado por Demétrio Magnoli em **O Corpo da Pátria** para dar conta de uma geografia que operava com referências físicas para delimitar e disseminar o território nacional.

¹⁷⁷ TAUNAY, Alfredo D'Escragolle. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 79, 1869.

¹⁷⁸ C.f. MACEDO, Adriana Mattos Clen. **As corografias e a cultura histórica oitocentista**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2007.

¹⁷⁹ Opus cit., p. 79.

então, um relato do *estado atual* de tais lugares e um conjunto de proposições implícitas em seus comentários.

Nesse sentido, Taunay associava a circulação pelo território ao progresso e o isolamento à atrofia. Ao descrever os caminhos que percorreu, mostrava como um determinado local progrediu, por nova via de acesso, ou como outro atrofiou ou não cresceu pela falta de caminhos. Ao chegar na fazenda de Manoel Teixeira (proprietário que recebeu a companhia) afirmava:

O café dá em abundância e imensas terras deixam-se em abandono pela impossibilidade de consumir o que a cultura poderia fornecer. Os transportes não permitem lucro para a exportação e só depois do gradual desenvolvimento das cidades que se acham na linha de Santos por meio do aumento de população e necessidades produzidas pela colonização que se dirija para esses pontos, tão cheios de riquezas naturais e tão desprezados, é que poderão estas fazendas do sertão dar certo elastério ao cultivo de suas terras e utilizar parte importante de suas extensas propriedades¹⁸⁰.

Taunay apresentava, então, pontos em seu **Relatório** muito próximos aos que comentamos nas **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**¹⁸¹. Seu **Relatório** reafirma que o interesse pelo interior (como as *fazendas do sertão*, por exemplo) estava imbricado com a disposição em administrar a Nação. Nesse caso, saber a melhor forma de promover o *progresso* e quais gêneros devem ser incentivados na *colonização desses pontos*. Ou seja, o argumento recorrente em seu **Relatório** não era outro senão os meios de promover uma expansão para dentro, pois, assim como Varnhagen, em seu **Memorial Orgânico**, Taunay desenhava duas regiões que compunham o Império: o centro e o interior. Seus comentários salientavam como a região *civilizada* poderia se expandir e anexar o *sertão* que se encontrava passivo e imóvel, como se fadado a não experimentar o progresso se não fosse feita uma intervenção civilizadora.

É notável que, ao lado de um rigor que levava o letrado a expor os diferentes detalhes, em certas ocasiões, especialmente em cidades, sobre soldados que desertavam, sem nome, informação ou possível motivação. A recorrente deserção é o único ponto que Taunay comenta sem dar detalhes. Em todo caso,

¹⁸⁰ TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 143, 1869.

¹⁸¹ As **Lembranças** foram comentadas no primeiro capítulo: “1º Notícias circunstanciadas da extensão da província, seus limites, e divisão em comarcas; seus rios, montanhas, campos e portos; da qualidade de seus terrenos e arvoredos; da sua mineração, agricultura e pescaria; de tudo em fim que possa servir à história geográfica do país”.

como não iremos entrar no mérito da forma como tais homens eram chamados para servir ao Império¹⁸², parece que o autor não deixava de cumprir sua função, mesmo em assuntos que não lhe interessavam.

Este **Relatório**, por fim, é exemplar do tipo de experiência imediata que alguns dos sócios do IHGB tiveram pelas demandas da guerra, reafirmando, por um caminho diverso, as palavras que abriam a **Viagem ao Paraguai** de Homem de Mello. “O que nos cabe a nós, filhos desta geração, é aceitar o sacrifício, à que fomos chamados”.

A Revista, como local de escoamento das experiências diretas e indiretas da guerra, mostra como essa experiência se tornou passado pela produção dos sócios do IHGB (seja pelo elogio aos *heróis* ou pela *cruzada civilizatória* que o Império empreendeu a guerra era interpretada e, assim, passava a outro momento que não o presente), constituindo um *espaço de experiência* aproveitado e posto a serviço de um *horizonte de expectativas* anterior. Pois se desde Varnhagen, e poderíamos recuar ainda mais, já estava em debate os meios de se promover uma *expansão para dentro*, a experiência da guerra reafirmou essa disposição. Os desdobramentos da atenção ao interior, não foram, após a guerra, outros que não a preocupação com os *limites nacionais*, com a redivisão das províncias (como já foi comentado, sistematizada por Augusto Fausto de Souza em seu **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**¹⁸³) e com a população que o habitava. No período com o qual lidamos, portanto, os limites nacionais e suas populações foram temas de *memórias* publicadas na Revista.

De todos os sócios que se dedicaram a comentar o sertão e seus habitantes, o que mais se destaca é Couto de Magalhães, especialmente porque de seu **Ensaio de Antropologia Região e Raças Selvagens**, publicado na Revista em 1873, escreveu **o Selvagem**, texto encomendado por D Pedro II para figurar na Biblioteca Americana da Exposição Universal do Centenário da Independência dos Estados Unidos na Califórnia¹⁸⁴. No entanto, o debate sobre o *interior* não deve ser acessado sem antes dar substância ao debate sobre os limites nacionais,

¹⁸² Entre outros, ver: IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. **Revista de Estudos Históricos**, Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001.

¹⁸³ SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880].

¹⁸⁴ Ver a introdução do **Diário Íntimo** de Couto de Magalhães, organizado por Maria Helena P. T. Machado.

feito na Revista em poucos porém significativos artigos. Isso porque a etnografia (e por ela incluímos a arqueologia) do Instituto deixa de ser uma proposição, se vista distante da preocupação com o território. Dito de outra forma, a etnografia, além de um interesse com vida própria, é um dos resultados da consciência de que o território nacional era um ponto em aberto que poderia se afrouxar¹⁸⁵.

¹⁸⁵ Magnoli, em **O Corpo da Pátria**, comenta que as fronteiras ganham contorno fixo apenas em 1912, especialmente pela diplomacia do Barão do Rio Branco.

4 Fronteiras e Nações

4.1. Os limites nacionais ou as fronteiras da expansão

Lançando a vista sobre os acontecimentos que constituem a história do Rio Grande do Sul, o observador sente-se logo impressionado por um fato singular e único.

Há mais de um século, as gerações ali se sucedem, nascendo e crescendo em feitos contínuos de guerra, retemperando o seu vigor e energia nas rudes provações dos campos de batalha.

Dir-se-ia que a essa população, cheia de inteligência, estremecida de patriotismo, a Providencia marcara a grande missão de ali ficar, de arma sempre ao ombro, postada na extremidade meridional do Império, guardando intemerata a honra da nação.

Estabelecidas ali, em frente uma á outra, as duas populações guerreiras, portuguesa e castelhana, o sentimento de rivalidade das nacionalidades, a imperiosa necessidade de delimitar-se definitivamente a posse territorial de cada uma delas, trouxe lutas contínuas, que influíram poderosamente nos hábitos e costumes dos habitantes dessas regiões.

MELLO, Francisco Marcondes Homem de. **Documentos relativos a historia da capitania, depois provincia, de S. Pedro do Rio Grande do Sul.** 1877.

Com essas palavras o então Barão Homem de Mello apresentava um conjunto de documentos que oferecia ao IHGB, recolhidos quando era presidente da província do Rio Grande do Sul. A motivação do letrado em fazê-lo já foi comentada, remete diretamente ao terceiro ponto das **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**¹⁸⁶, pois dizia Homem de Mello:

'Para escrever a história, diz Chateaubriand, é preciso respirar a poeira dos arquivos, e ter diante dos olhos os papiros que tocou outrora a mão de Carlos Magno ou a de Clovis'. Só aí encontramos os elementos, que nos permitem recompor as feições dos tempos, que se foram¹⁸⁷.

Se o contato com o documento subvertia a distância entre observador e objeto, as *feições do tempo* que se revelavam por esse encontro deveriam elucidar diferentes dúvidas. Como foi a colonização da capitania (terá sido por casais e pela catequese?), quais produtos se plantam por lá, de quais recursos naturais a

¹⁸⁶ As **Lembranças** foram comentadas no primeiro capítulo. Tinham a seguinte recomendação como terceiro ponto: “3º Cópias autênticas de documentos interessantes à história do Brasil; e extratos de notícias compiladas das secretarias, arquivos e cartórios, tanto civis como eclesiásticos”.

¹⁸⁷ MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de. **Documentos relativos à história da capitania depois provincia, de São Pedro do Rio Grande do Sul.** 40 (54): 193, 1877.

província dispõe, e, assim, Homem de Mello levava a crer que todas essas perguntas que fazia seriam contempladas pelos documentos oficiais. Se a história oferecia subsídios para se conhecer essa província, para se saber como proceder com ela e, nesse caso, um exemplo de colonização bem sucedida, oferecia também argumentos para o debate sobre os limites nacionais.

Antes, destaquemos dessa introdução não só o freqüente embate como, também, a causa dele: “a imperiosa necessidade de delimitar-se definitivamente a posse territorial de cada uma delas, trouxe lutas contínuas”. Poderia-se usar essa mesma sentença para comentar uma das faces da Revista diretamente ligada à atenção ao território nacional; nesse caso, porém, a imperiosa necessidade de delimitar definitivamente a posse territorial se valia de armas especiais: os documentos interessantes à história nacional que comprovam a presença portuguesa em territórios que pertenceriam ao seu legítimo herdeiro. Tais documentos, então, faziam parte da dinâmica diplomática da época, o que ocorria, pelo menos, desde o início do Segundo Reinado, o que já foi sugerido pelo **Memorial Orgânico**.

Na mesma medida, como argumenta Renato Amado Peixoto em sua tese **A Máscara da Medusa**, eleger certos pontos naturais como referências a serem difundidas em mapas, atlas ou ainda por corografias, era de igual importância para se disseminá-las, compondo uma geografia imaginativa pela qual os brasileiros poderiam falar e defender. Para que esse argumento fique claro, é válido lembrar a passagem de Taunay pelo rio Apa, quando o dirigente da campanha fez questão de parar para beber da água desse rio que lhe despertava “vagas reminiscências históricas”. Ou seja, o rio Apa era um ponto conhecido que contrastava com toda a região desconhecida que percorriam.

Em consonância com essas referências, é interessante indicar que, após a guerra, foram impressos na Revista dois artigos que partiam nessas duas direções: a constatação da urgência de se delimitar os limites nacionais; a disseminação desses limites por referências naturais e documentais.

O primeiro artigo¹⁸⁸ a ser comentado, composto por três textos nomeados **Limites do Brasil com o Paraguai**, era resultado direto da guerra. O primeiro deles, escrito por “um brasileiro”, era uma carta redigida como resposta às

¹⁸⁸ RIBEIRO, Duarte da Ponte, 1794-1878. **Limites do Brasil com o Paraguai**. 35 (45): 485-499, 1872.

acusações feitas, em jornais paraguaios, ao Barão de Cotegipe, de que ele havia se valido da vitória brasileira para impor novos limites. Segundo nota introdutória, a autoria da carta era do próprio Cotegipe, que não a assinou por achar inoportuno. O autor comentava diferentes tratados, cartas e diários de expedições formados ao longo do XVII para delimitar as fronteiras entre as colônias portuguesas e espanholas. A cada documento, certos rios eram eleitos como fronteira natural, fazendo um percurso em que, a cada nova negociação entre as coroas, as colônias espanholas avançavam sobre as possessões portuguesas. Assim, em 1783, um comissário espanhol, chamado D. Feliz de Azara, teria feito uma carta, sem a presença de uma comissão portuguesa, na qual a nova fronteira entre as colônias seria o rio Apa, contradizendo todos os acordos anteriores. Desde então, a Espanha, e depois o Paraguai, construíram fortins no Apa e, “pelo princípio do *uti possidetis*”¹⁸⁹, garantiam a posse do rio. Ou seja, o autor sugeria por diferentes documentos que o Império poderia reivindicar mais do que o fazia. Assim, embora o rio Apa tivesse sido incorporado sem a presença de uma comissão portuguesa, por respeitar o *uti possidetis*, o Brasil respeitou esse rio como fronteira e, além disso, abdicou da linha que partia do rio Iguerey, que diferentes cartas e negociações do XVII confirmariam como possessões brasileiras. Portanto, por referências naturais e documentais, o autor afirmava que o Brasil tinha sido moderado, jamais injusto como as acusações colocavam¹⁹⁰.

Os outros textos que compunham esse artigo percorriam os mesmos diários, cartas e mapas do século XVII que o texto anterior comentou. Somavam-se a tais documentos diferentes registros oriundos da guerra, pelos quais ficava claro que tanto o Brasil quanto o Paraguai, conheciam o rio Apa e outras referências necessárias à delimitação das fronteiras nacionais. Ou seja, se o Paraguai postergava as negociações não era por falta de documentos e conhecimento para finalizá-las. Corroboravam, assim, com a afirmação do primeiro texto de que as negociações feitas após a guerra eram justas e legítimas frente aos documentos que ambos os lados conheciam.

¹⁸⁹ RIBEIRO, Duarte da Ponte, 1794-1878. **Limites do Brasil com o Paraguai**. 35 (45): 492, 1872.

¹⁹⁰ *Ibid.* p. 493.

O outro artigo impresso na Revista, que aqui nos interessa, intitula-se **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**¹⁹¹ de Ernesto Ferreira França Filho. Esse artigo, impresso em 1870, foi escrito, segundo a data em seu fim, em 1849. Embora exista uma distância cronológica entre esse artigo e o anterior, além de terem sido impressos na Revista, eles se assemelham de diferentes modos.

Ernesto Ferreira França Filho iniciava seus **Apontamentos** pelo momento em que Portugal, pelo direito da conquista, tomava posse da Terra de Santa Cruz. A narrativa segue passando pelas diferentes tentativas de invasão. Assim comentava: “A guerra dos holandeses é um dos maiores padrões da glória brasileira”¹⁹². Por tais palavras o autor exaltava o “patriotismo dos brasileiros”¹⁹³ que “por ser colônia, não podia gozar plenamente dos seus próprios recursos”¹⁹⁴. Se não faltava patriotismo aos brasileiros, os portugueses, que eram metrópole, pouco defenderam a extensão desse território, o que foi constante após 1808 e mesmo após independência. Porém, “uma nova era começou com a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os numerosos trabalhos de seus sábios membros formam já um precioso tesouro”¹⁹⁵. Nesse sentido, se colocando a serviço dessa nova era, que em seu texto era quase uma continuidade dos heróis que expulsaram os holandeses, Ernesto Ferreira França Filho se dedicava a um assunto: a fixação dos limites por referências sem ambigüidades. Seu artigo, então, se divide em três partes.

A primeira e a segunda partes dedicadas às fronteiras com as Guianas e com a República da Cisplatina, respectivamente, operam com o mesmo tipo de procedimento comentado na carta de Ponte Ribeiro. As fronteiras com as Guianas francesa e inglesa, salvo alguns momentos, são definidas por alguns tratados do século XVII que ainda tinham validade. Tais limites, portanto, eram claros. Os limites ao sul do Império, no entanto, não eram definidos tão prontamente.

Partindo da descoberta do rio Prata pelos portugueses, Ernesto Ferreira França Filho percorria cada tratado ou mapa assinado entre as metrópoles por um

¹⁹¹ FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira, 1828-1888. **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**. 33 (41): 213-236, 1870.

¹⁹² FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira, 1828-1888. **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**. 33 (41): 214, 1870.

¹⁹³ Ibid., p.214.

¹⁹⁴ Ibid., p.214.

¹⁹⁵ Ibid., p.216.

período que ia de 1680 até 1808. Assim dizia: “Deve-se notar que os intervalos de paz entre os povos limítrofes eram sempre muito curtos e os tratados entre as duas potências mal executados nestas paragens”¹⁹⁶. A tensão na fronteira sul permanecia. A guerra da separação, segundo esse autor, promovida por Buenos Aires, resultou em um novo Estado independente, cujos limites com o Império ainda não haviam sido definidos. Embora dedique atenção a esse segundo ponto (que não se resolve), é apenas na terceira parte que o autor de fato propunha medidas.

Constatando que “com as repúblicas de língua espanhola bem longe estamos de possuir alguma linha divisória traçada perfeitamente”¹⁹⁷, França Filho apresenta sugestões para assegurar as posses brasileiras, visto que, sem documentos ou mapas anteriores, só pela ocupação poderia o Império argumentar por limites, se valendo do *uti possidetis*. Assim, propunha: “Uma cinta de postos, presídios, fortificações, colônias militares e outros estabelecimentos apropriados deve cercar o Império em toda a vasta extensão de suas fronteiras”¹⁹⁸. Esse argumento reafirma que delimitar as fronteiras, seja por uma revisão documental que comprove a posse de certos pontos seja pela ocupação, pouco difere do compromisso de defendê-las. Especialmente porque o princípio do *uti possidetis* tinha prioridade frente um argumento diplomático baseado em documentos; ocupar o território era o único meio seguro de delimitar fronteiras ainda não ocupadas. A necessidade de colonizar tais pontos estratégicos, então, era um desdobramento direto da consciência que, se tal colonização não fosse empreendida, a segurança do território estava comprometida. O território do Império, portanto, era como uma história em aberto na qual, independente da fé no futuro da Nação, poder-se-ia experimentar diferentes percalços.

Nesse sentido, é interessante reafirmar que, independentemente da distância cronológica, tanto os **Limites do Brasil com o Paraguai** quanto os **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil** caminham por duas direções: a necessidade de delimitar as fronteiras e defendê-las e a disseminação de referências para que essas fronteiras sejam conhecidas e administráveis. Tais direções eram comuns a outros artigos impressos na Revista, que não tratavam

¹⁹⁶ Ibid., p.227.

¹⁹⁷ FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira, 1828-1888. **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil**. 33 (41): 231, 1870.

¹⁹⁸ Ibid., p. 233.

diretamente dos limites nacionais. O já comentado **Relatório** de Visconde de Taunay, nesse sentido, ora divulga rios, montanhas ou quaisquer referências que pudessem ser disseminadas, ora comenta os meios de se colonizar tais pontos interiores. O mesmo poderia ser comentado em outros artigos da Revista. Isso porque os sócios do IHGB de longa data tinham consciência de que certas fronteiras seriam de difícil definição e defesa, o que se desdobrava em um debate sobre os meios de ocupar tais pontos. Não por acaso, as palavras usualmente usadas, como vem sendo dito, eram colonizar o interior ou o sertão, o que deixa implícito pelo menos dois papéis. Se o colonizador era o centro que conhecia as potencialidades destes locais e lhes faria progredir, o que era uma premissa, restava saber quem seriam os colonos e, ainda, o que fazer com aqueles ora bons ora maus habitantes que por lá viviam.

4. 2.

Fronteiras internas ou os caminhos da civilização

Se ainda é necessário lembrar, o artigo pelo qual iremos sintetizar algumas questões presentes no debate etnográfico do IHGB, fora as que vêm sendo sugeridas, é o **Ensaio de Antropologia**¹⁹⁹ de Couto de Magalhães, tanto pela notoriedade do autor como sócio do IHGB, quanto pelo fato de o artigo poder ser lido como amostra de uma investigação propriamente arqueológica²⁰⁰ (particular aos anos que se deram após a guerra) e como continuidade de um debate que parte da experiência do encontro. Afinal, desde o primeiro capítulo, Couto de Magalhães delimita o “laboratório e museu em que temos por ora de estudar as raças selvagens”²⁰¹ cujo nome era o mesmo deste capítulo: *o Grande Sertão Interior*. Desde o princípio de seu **Ensaio** anunciava que, pelo *sertão* ser *museu e laboratório*, seu argumento transitaria, no mínimo, entre duas direções.

O *sertão* como *laboratório* era o local onde viveu o encontro com o *selvagem*, donde tira conclusões sobre seus *hábitos*, sobre suas *idéias morais e religiosas*. O *sertão* como *museu de história natural* lhe oferecia, ou negava, os vestígios para definir a idade do *homem americano* e seu *grau de civilização*. Em ambas as operações, o *sertão* está à espera de um letrado que o revele²⁰². Uma revelação que se daria no trânsito entre o contato direto e a investigação do vestígio, que só foram possíveis, porque esse letrado estaria *lá*.

Nesse sentido, não por acaso, Couto de Magalhães iniciava seu **Ensaio** pelos *roteiros* de suas viagens da bacia do Prata a do Amazonas, dando contorno a este *laboratório e museu* por sua extensão (em léguas) e pelas qualidades de sua

¹⁹⁹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359-516, 1873.

²⁰⁰ C.f.; FERREIRA, Lúcio M. **Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 4, p. 9-36, 1999; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. Ciências geológicas no Brasil no século XIX. In: FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça (Org). **Um Olhar sobre o passado: história das ciências na América Latina**. São Paulo: Imprensa Oficial 2000.

²⁰¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359, 1873.

²⁰² No quinto capítulo de **A escrita de História**, De Certeau comenta a etnografia pela referência singular de Jean de Lery. Importa aqui retomar seu argumento onde a etnografia supõe, desde seu nome, duas coisas distintas: aquilo de que se fala (etno), aquilo que a revela (grafia). A escrita, além de índice e afirmação de uma cultura enquanto civilizada, contrasta com a voz do Outro que não tem a potência de sobreviver ao tempo. A voz do *selvagem*, desse ponto de vista etnográfico, se perde caso ninguém a grafie.

fauna e flora. De seus *roteiros de viagem*, que comprovavam sua autoridade como testemunha direta, este letrado se dirigia especialmente às bacias do Prata e do Amazonas. A *região selvagem* ganhava forma por um jogo de comparações onde as bacias eram aproximadas. Assim dizia: “A região equivalente aos pantanais do Prata é, no Amazonas, a dos seringais ou florestas alagadas, em que predomina a árvore de goma elástica”²⁰³. Embora não escondesse as singularidades, sugeria a existência de um clima próximo a tais pontos de referência, delimitando uma região que muito se aproximava do território do Império, donde podemos adiantar que, se este era o seu *museu e laboratório*, seu **Ensaio** se deteria especialmente nos selvagens com os quais o Império tinha de lidar²⁰⁴.

Há de se destacar, também, que seus *roteiros* não passavam por qualquer local. Assim, o rio Apa aparece da mesma forma que as cidades de Assunção e Humaitá são as referências que o autor toma para localizar os *mestiços* que habitavam o Paraguai. Ou seja, Couto de Magalhães reafirmava uma *geografia imaginativa* citando locais que seu leitor, embora não tivesse estado lá, devia conhecer por algum relato, roteiro ou atlas, tornando sua exposição legível.

Apesar de todo o cuidado em expor seus *roteiros de viagens* e a fauna e a flora das bacias do Prata e do Amazonas, ao entrar no segundo capítulo, intitulado *O Homem Americano*, e que consistia no assunto central dessa *memória* (o autor nomeia esse artigo ora de *ensaio*, ora de *memória*), Couto de Magalhães apresentava “hipóteses sobre a criação do homem” que partiam de um conhecimento geológico independente de sua experiência pela região. Assim afirmava:

Como o tronco negro é o que melhor suporta o calor; como a marcha do planeta que habitamos tem sido do calor para o frio, e, como todos os fenômenos vitais se ligam à marcha da temperatura, o tronco negro foi o primeiro criado (...) Julgo também que, na ordem do desaparecimento, a natureza há de proceder pela mesma forma – o tronco preto há de desaparecer antes do amarelo, e assim sucessivamente até o branco²⁰⁵.

Este movimento da criação ao desaparecimento, condicionado pela influência do clima sobre o homem, aponta para diferentes referências. A

²⁰³ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 384, 1873.

²⁰⁴ MOTA, L. T. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional**. Diálogos Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 2, n. 2, 1998. p. 149-175.

²⁰⁵ MAGALHÃES, José Vieira Couto de. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 391, 1873.

influência do clima sobre o homem era argumento amplamente difundido entre os letrados brasileiros, ganhando, nesse momento, um tratamento distinto. O clima aqui não era mais pensado pelo relato do viajante interessado na cor local²⁰⁶, pela qual a Nação era pintada, mas por um conhecimento geológico independente de limites nacionais ou regionais. Assim, ao falar sobre os *troncos humanos*, Couto de Magalhães suprimia, nesse momento de seu argumento, a possibilidade de se falar de um *selvagem* nacional.

De forma semelhante, embora o argumento da *degeneração* das *raças* fosse comum aos sócios do IHGB²⁰⁷, Couto de Magalhães parecia se aproximar da “questão da origem das espécies, que tanto tem preocupado os naturalistas depois da celebre obra de Darwin”²⁰⁸, pois seu argumento envolve todos os *troncos humanos*, se distanciando da *degeneração* que se dava, no argumento de Martius e Varnhagen²⁰⁹ (e em Buffon²¹⁰, forte referência de Varnhagen e do colonialismo), em apenas uma *raça*. Também é válido aqui indicar as referências de Cuvier, pela qual o conceito de *raça* passou a ter uso tão escorregadio ao longo do século XIX.

De duas formas, Cuvier tem grande responsabilidade para a confusão oitocentista sobre o significado da palavra *raça*. Primeiro porque nublou a distinção entre a idéia anterior de *raça* e o conceito de *variação*. Segundo, porque seu uso do conceito de tipo tornou mais fácil para seus sucessores discutir diferenças naturais sem ter que lidar com questões sobre quando essas diferenças são do nível do *genus*, *espécie* ou *variação*²¹¹.

Se antes de Cuvier *raça* remetia diretamente a uma linhagem e origem, após, esse conceito passou a compreender o que antes era dito por um conjunto diferente de palavras. Em certa medida, como comenta Banton, as teorias raciais

²⁰⁶ SUSSEKIND, Flora. **O Brasil não e longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Cia. da Letras, 1990.

²⁰⁷ É interessante destacar que em consonância com o argumento da *degeneração* da *raça* desenvolvido por Maritus, Tristão de Alencar Araripe comentava **Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil** (ARARIPE, Tristão de Alencar. **Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil**. 50 (74): 231-294, 1887) nas quais tinha encontrado escritos comprobatórios de que os índios bravos, que os portugueses encontraram no momento do descobrimento e com os quais se lidava desde então, são resultado da *degeneração* de uma população, no caso de Araripe pode-se dizer sem muito receio, mais adiantado do que aqueles que erravam pelos *sertões*.

²⁰⁸ P. 386.

²⁰⁹ FERREIRA, L. M. ; NOELLI, F. . **A Persistência da Teoria da Degeneração e do Colonialismo nos Fundamentos da Arqueologia Brasileira**. História, Ciências, Saúde-Manguinhos, v. 14, p. 1239-1264, 2007.

²¹⁰ Sobre Buffon ver BANTON, Michael. **Racial theories**. 2.v. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998 e DUCHET, Michele. **Anthropologie et histoire au siècle des Lumières**. Paris : Albin Michael, 1995 e VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: historia cultural e polemicas literárias no Brasil 1870-1914**.

²¹¹ BANTON, Michael. **Racial theories**. 2.v. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998, P. 48.

do oitocentos faziam um uso múltiplo da palavra *raça*, que na maior parte dos casos remetia a um tipo, sem, no entanto, precisar as distinções entre *raça*, *variação* e *espécie*. No caso de Couto de Magalhães, até o momento, já foi comentado tanto a existência de *troncos humanos* (que, nesse caso, é uma classificação que parte da origem tanto espacial quanto temporal, pois primeiro teria nascido o *tronco negro* em clima mais quente e etc.) quanto, desde o título, de *raças selvagens*, que, estando no plural, sugere que não se trata da definição de um coletivo como o *tronco americano*, mas de um conceito que trata de algo que pode ser singularizado.

Importa comentar também que, na medida em que Couto de Magalhães supõe que todos os *troncos* desapareceriam e, se este movimento da criação ao desaparecimento era o movimento da *evolução*, a linha temporal em direção ao futuro e de superação do presente, que este movimento sugere, é permeada por diferentes camadas compostas pelos *troncos humanos* que estão, cada qual, em uma idade e situação particular. A *evolução*, então, é o enredo que envolve a *espécie* em direção à superação do presente, sem, no entanto, poupar cada *tronco* de seu desaparecimento. Dessa forma, a idéia de futuro produzida por esse argumento orienta aqueles que têm os meios de alcançá-la, na medida em que assinala qual *tronco* irá desaparecer primeiro, por um movimento que se dá independentemente da vontade do homem. Chama a atenção, nesse enredo, a posição ocupada pelo *tronco negro*, o primeiro a ser criado e, por isso, o primeiro a desaparecer. É sintomático que, a partir daí, Couto de Magalhães não comente mais esse *tronco*. É de igual importância destacar o uso da palavra *espécie* para comentar um destino comum a todos os homens, o que nos sugere que *espécie* e *raça* tratem de coisas diferentes. Faltaria, ainda, definir a idade de criação do *tronco americano* e de seu conseqüente desaparecimento. Para tal, a referência que Couto de Magalhães cita é Charles Lyell²¹².

Segundo o testemunho de Lyell, os vestígios humanos mais antigos que se hão encontrado na América indicam a presença do homem no princípio da época quaternária. Esses vestígios por certo os mais antigos; estes devem ser encontrados nas regiões mais altas, as quais até hoje estão inexploradas.

²¹² Especialmente o quarto capítulo de **Time's arrow, time's cycle: myth and metaphor in the discovery of geological time**, escrito por Stephen Gould, focaliza a idéia de tempo particular a produção de Charles Lyell sendo definida como um tempo cíclico pela possibilidade do retorno de condições anteriores. Há de se destacar que Couto de Magalhães parece ter citado Lyell não por sua teoria, mas pelo fato de ele ter sido testemunha direta do achado arqueológico que interessava a Couto de Magalhães para definir a idade do *tronco americano*.

Ainda assim, a antiguidade do homem americano é grande porque às primeiras emigrações dos Ayres na Europa remonta até a data do período paleolítico da parte oriental daquela região²¹³.

Tendo confirmado a posição do *tronco americano* como o terceiro a ser criado e, conseqüentemente, o penúltimo a desaparecer, Couto de Magalhães segue seu argumento deixando o conhecimento de referência geológica em segundo plano. Ele se volta, então, para o estudo do *tronco americano* pelo conhecimento de suas línguas, pelo qual distinguia dois grupos: o *vermelho*; e o *mestiço*, filho do cruzamento do *vermelho* com o *branco*. A presença de elementos sânscritos no Quíchua, que confirmavam uma *mestiçagem* com os *brancos orientais*²¹⁴ antes da chegada do europeu, e a ausência destes na língua tupi, que tinham outros indícios de cruzamento em tempos imemoriais com o *branco*, levava Couto de Magalhães a deduzir que se tratava de uma subdivisão dos *mestiços* que, por migrações e contatos com as *raças brancas*, teriam se singularizado e diferenciado do *vermelho*. A pergunta que move o autor, no entanto, não é a *origem* do *tronco americano* ou de seus subgrupos, mas: “A que período de civilização haviam atingido esses homens?”²¹⁵. O conhecimento filológico e a referência de estudos geológicos se articulavam, assim, na intenção de medir o *grau de civilização* dos *selvagens*.

A resposta à pergunta citada se constrói pela referência às “raças mais adiantadas da humanidade”, que servem de parâmetro para estabelecer os *períodos* entre os quais os *americanos* deveriam estar. Pelo conhecimento do fogo e desconhecimento dos meios de fundir os metais (conhecimento difundido entre os *selvagens* do Peru) os *nossos selvagens* estariam na *Idade da Pedra*. Assim, se inicia um outro momento do texto onde, embora o assunto ainda seja o período que atingiu a civilização dos *selvagens*, as referências geológicas e filológicas são abandonadas e o *grande sertão interior*, enquanto *laboratório* da antropologia, ganhava substância.

É o que passamos a investigar, detendo-nos do princípio nas diversas aplicações que os *selvagens* faziam do fogo, o que, além de auxiliar-nos no estudo, por que o uso do fogo é o ponto de partida de todos os períodos de civilização, será curioso

²¹³ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 393, 1873.

²¹⁴ É notável que, frente ao encontro com o índio, Couto de Magalhães quase desfazia a distância entre o ocidental e o oriental em diferentes pontos de seu argumento.

²¹⁵ *Ibid.*, p. 396.

para o leitor remontar comigo a essa vida rude de nossos selvagens, que eu aprendi a conhecer em longas e demoradas viagens no interior²¹⁶.

Nesse sentido, o autor levava o leitor a um encontro onde perceberia como uso do fogo percorria os *hábitos selvagens* desde a alimentação, a produção de gomas, a caça e a comunicação por sinais de fumaça. Inicia uma exposição sobre os *hábitos* que habilitam os *selvagens* a viver no *sertão*, revivendo com o leitor sua experiência. Nesta intenção, narrou a caçada dos *mussuans*, “espécie de tartaruga de terra firme, pequenas, mas de sabor delicadíssimo”, na qual os *Chambioás* (como nomeou um grupo que encontrou no Araguaia) atearam fogo ao redor do lago onde estavam.

Com efeito esse método de caçar com o fogo é excelente, por quanto, apenas o incêndio começou a ganhar uma certa extensão, os *mussianas* começaram a procurar o lago, onde nós os apanhávamos em abundância e com grande facilidade; dentro em pouco, porém, de envolta com *mussuans*, começaram a vir cobras que, como eles, vinham procurar no lago um asilo contra o fogo – e as cobras, filhos de jacarés e outros répteis, eram tantos que nós os cristãos (*tory* nos chamam) subimos sobre arvores, deixando aos *Chambioás* o resto da caçada²¹⁷.

Destaquemos desse relato da caçada três pontos. Primeiro, a autoridade que o autor afirmava se colocando como testemunha ocular. Segundo, a possibilidade de, pelo relato fidedigno, *remontar* as vivências do autor, transfigurando a distância entre o leitor e o *selvagem*. Apresentasse, nesse sentido, um fragmento do gosto que comentamos no primeiro capítulo, como se o relato verdadeiro, por sua potência metonímica, fosse capaz de transportar o leitor para o contato próximo com o selvagem. Em terceiro, a inadequação dos *cristãos* (ou *torys*) à vida do *sertão*, argumento fundamental na conclusão do **Ensaio**.

O terceiro capítulo, intitulado *o Homem no Brasil*, no entanto, se volta para o *museu* e se distancia do *laboratório*. A dúvida, da qual o autor tenta dar conta nesse capítulo, é conseqüência da periodização que ele mesmo construíra.

A antropologia demonstra que o homem físico passou sempre de um período mais atrasado para um mais adiantado; a história demonstra a mesma coisa a respeito do homem moral. Toda raça que é encontrada no período em que usa metais teve sua idade de pedra. Toda que é encontrada com instrumento de pedra polida teve seu período de instrumentos de pedra lascada²¹⁸.

Nesse sentido, para poder afirmar que o *homem no Brasil* estava no *período da pedra polida* e dominava a *agricultura*, devia provar, por algum

²¹⁶ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 397, 1873

²¹⁷ Ibid., p. 402.

²¹⁸ Ibid., p. 408.

vestígio encontrado nesse *museu de história natural*, que esse homem teria vivido o período da *pedra lascada* e teria sido *pastor* (período anterior à agricultura). O problema é que tais vestígios não existiam

nem na coleção do Museu Nacional, nem na do Instituto Histórico, nem nas obras dos viajantes, nem entre mãos de particulares que em S. Paulo, Minas e Pará conservam instrumentos indígenas, nem em minhas viagens, nem em leitos de rios, nem em desmoronamentos de aterros (...) nunca encontrei um só instrumento de pedra lascada, nem mesmo a menção de tais objetos²¹⁹.

A ausência dos vestígios do *hábito pastoril* gerava o mesmo tipo de dúvida, nesse caso, não apenas em Couto de Magalhães. O autor comenta que, na sessão que apresentava parte dessa *memória*, um sócio (que não é nomeado) teria justamente questionado a possibilidade de afirmar que o *homem no Brasil* conhecia a agricultura, pois não existia nenhum vestígio de que esse homem dominasse a atividade pastoril, até porque, dizia o mesmo sócio, no Brasil não havia animais passíveis de serem domesticados. Couto de Magalhães contorna ambas as dúvidas afirmando que o *homem no Brasil* descende de uma população que passou por tais períodos antes de migrar para cá, por isso a inexistência desses vestígios e, assim, recolocando a tese de outro sócio do Instituto²²⁰, resolvia tais problemas.

Dessa discussão três pontos chamam a atenção. Nesse momento, na medida em que o *homem no Brasil* se diferencia do *selvagem* do Peru, que dominava os meios de fundir metais, e assim se singularizava, a distância entre o *selvagem* e o *civilizado* é modificada pela presença de sua nova definição, o *homem no Brasil*. O pertencimento a um território, no entanto, não muda o papel destes no enredo que o autor constrói, pois o *selvagem* permanece passivo e o *civilizado* ativo, tanto na sua definição quanto no revelar de sua idade e futuro.

O segundo ponto, a história do homem por esse evolucionismo (onde todos os *troncos* deveriam experimentar certos períodos) parte de uma medida não mais relacionada com um debate moral (como se dava no Idealismo alemão ou no Iluminismo francês²²¹), pois, ao invés de operar com um sentido histórico (como o

²¹⁹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 408, 1873.

²²⁰ Embora Couto de Magalhães não o cite, Gonçalves Dias havia sugerido tese semelhante em seu *Brasil e Oceania* (t30: 5-192, 1867). C.f. FERREIRA, Lúcio M. **Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870)**. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 4, p. 9-36, 1999.

²²¹ Destacamos que tanto no Idealismo alemão quanto no Iluminismo francês, a razão era pensada frente a uma certa referência moral. Kant, em **O que é Aufklärung?**, comenta duas razões, pública

progresso) que se imbricava com diferentes debates (como as formas de governo²²²), esse evolucionismo tomava como parâmetro a “raça mais adiantada”, logo um singular que se afirmava como referência para a *espécie*, sem, no entanto, tematizar as amplas conseqüências desse argumento²²³. Nesse sentido, a distância entre *evolução* e *progresso* envolve, pelo menos nessa perspectiva, a desvinculação entre a razão e a moral, pois uma vez que o conhecimento da evolução da espécie se dava independente da vontade do homem, anulava-se a possibilidade de uma referência moral na construção desse argumento ou na avaliação de suas conseqüências. Assim, a evolução era percebida por uma operação diferente da crítica comprometida com o progresso.

Como terceiro ponto, a pergunta do sócio no momento em que Couto de Magalhães expunha sua memória dá testemunho do debate em que o autor se envolvia. Um debate que impunha um vocabulário e, nesse caso, um conjunto de referências distintas. O **Ensaio** não se fecha em si, pois a intenção, ainda não exposta, que motivava a sua escrita, teve que se articular por um conjunto de referências independentes ao autor e por isso passava por tantos argumentos. Significa que Couto de Magalhães colocava o *tronco americano* como o terceiro a ser criado e penúltimo a desaparecer, e definia o *homem no Brasil* como estando

e privada, como uma compreensão das formas adequadas de se portar e se atingir o *esclarecimento*. Nesse argumento, um sacerdote, enquanto tal, não poderia duvidar da fé que deveria professar, porém, no espaço público das letras, era possível que o mesmo verificasse e discutisse que sua referência, o texto sagrado, havia sido adulterada pela mão do homem ao longo do tempo. A história organizada por um princípio *apriorístico*, nesse caso, também aponta para mesma relação entre razão e moral, na medida em que sua função era revelar em quais condições o homem desenvolve suas virtudes e converte seus vícios em algo positivo (C.f. KANT, Immanuel. **Idéia de uma historia universal de um ponto de vista cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003).

²²² Nesse ponto é válido comentar que o juízo sobre o homem e a construção moral por um argumento racional, que mais tarde submeteria a crítica da razão, é anterior à história filosófica. Os primeiros capítulos do *Leviathan* são dedicados a definir o homem em suas potencialidades e tendências. Sendo que é desse conhecimento que se afirma a posição do soberano como responsável por repreender o homem que professasse sua fé publicamente, do contrário o soberano estaria permitindo que esse homem despertasse seu impulso para a guerra mesmo que desejasse a paz. Ao homem caberia, então, professar sua fé apenas em sua casa (C.f. KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999). Assim, a relação entre moral, entendida como a consciência de quais ações são adequadas ou não ao homem, e a razão, que orienta o indivíduo em sua ação pública, data da própria constituição da esfera pública e da esfera privada. Nas palavras de Habermas: “A esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera das pessoas privadas reunidas em um público” (HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, 42.).

²²³ Stephen Gould comenta em diferentes livros e artigos como esse argumento, onde o civilizado ou o branco seria a referência para medir outros homens, teve diferentes faces, onde a objetividade científica eximia o pesquisador da responsabilidade moral de seu argumento. Ver, entre outros, GOULD, Stephen Jay,. **A falsa medida do homem**. São Paulo : Martins Fontes, 1991.

no período da *pedra polida* e conhecendo a agricultura, devido à relevância destes argumentos à época e no IHGB. Relevância que já havia sido esboçada pelas **Lembranças do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias**²²⁴. Seguindo o curso deste debate ainda em conformidade com as **Lembranças** impressas na Revista, Couto de Magalhães se dedicava às *línguas*, nome do quarto capítulo.

“Leibnitz, em uma carta ao Padre Verjus, dizia: *julgo que nada serve tanto para se poder bem julgar da afinidade dos povos como as línguas*. O grande filósofo tinha razão”²²⁵. Assim se inicia o estudo da língua que classifica neste **Ensaio** tanto a idade de um povo, quanto suas afinidades. A idade do homem americano é definida por uma classificação de inspiração filológica (Couto de Magalhães cita Max Müller e Franz Bopp) que divide o homem em três idades, sendo a língua americana particular à segunda idade.

Couto de Magalhães detêm-se, após comentar as línguas americanas em geral, em uma análise do tupi, criticando a idéia de que esta seria uma língua diversa do guarani. Nesse argumento, o falso consenso sobre a distância entre essas línguas se devia às diferentes gramáticas herdadas (especialmente dos jesuítas) que, pela ausência de um alfabeto apropriado para grafar tais línguas, produziam diferentes registros. Assim, as línguas registradas seriam próximas em sua origem, porém foram distorcidas pela falta de um critério comum no momento do registro das gramáticas e vocabulários. A discussão empreendida nesse momento, então, opera com uma filologia distinta da usada para revelar a idade do *homem americano*, pois está em jogo a validade do documento, não um juízo sobre a raça ou sobre a idade desses homens²²⁶.

²²⁴ As **Lembranças** foram comentadas no primeiro capítulo. Vale salientar a proximidade entre os pontos 4º, 5º e, especialmente, o 8º com o argumento de Couto de Magalhães: “8º Amostras dos produtos naturais do país, e de quanto possa servir de prova do estado de civilização, industrias usos e costumes dos habitantes do Brasil e de seus antigos indígenas, como as armas e vestuários destes, suas múmias e sepulturas, reparando-se na posição que ocupavam as mesmas múmias em relação aos pontos cardeais, &c”.

²²⁵ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 421, 1873

²²⁶ É digno de nota que o mesmo tipo de crítica foi feita por Barbosa Rodrigues e Visconde de Taunay em dois ensaios (**A língua geral do Amazonas e o Guarany** e **Os índios Caingangs** respectivamente) publicados na edição comemorativa dos cinquenta anos do IHGB. Assim como Couto de Magalhães, esses letrados partiam do encontro com o Outro para comentar sua língua, criticando, dentre outros pontos, o equívoco provocado pela má grafia de suas línguas. Por isso, devemos sublinhar que as diferentes referências evolucionistas e filológicas, conhecidas entre os sócios do IHGB, não cancelavam o gosto pelo vestígio ou a crítica a este. Pelo contrário, a atenção

Importa notar que, no momento em que Couto de Magalhães aproximava o tupi do guarani, ele afirmava a existência de uma *afinidade* entre povos. Assim como em outro momento havia pontuado as proximidades das bacias que circunscreviam a *região selvagem*, reafirmava, agora, que se tratava de um grupo com certas qualidades comuns.

Estes argumentos são claríssimos, mas só podem ser bem avaliados pelas pessoas que entenderem a língua, e isto infelizmente não é vulgar entre nós, o que é de lamentar-se porque, além de ser quase a língua vernácula, é ela o grande veículo para levar civilização e religião a, pelo menos, 500.000 de nossos compatriotas que erra ainda selvagens pelo meio de nossos sertões, à espera de que lhes vamos levar a civilização e o trabalho²²⁷.

Após essa citação, não surpreende que o quinto capítulo, *Raças Selvagens*, tenha como um de seus subtítulos “Raças mestiças (Gaúcho, Caipira, Caburé, Tapuio) como elemento de trabalho. Plano de catequese”. Porém antes de entrar no argumento que destacamos como o ponto central de seu **Ensaio** (a utilidade do mestiço na colonização do interior), Couto de Magalhães define as *raças primitivas* e *mestiças* por critérios que devem ser comentados. Por características físicas destacava que uma das *raças* mantinha certo padrão no tipo físico, enquanto a outra era inconstante. “Destes fatos resulta: se o atavismo reproduz os tipos de onde veio o cruzamento, segue-se que a raça *abajú* é mestiça e, portanto, um ramo, e a raça *abuana* é primitiva”²²⁸. A constatação da raça mestiça, elogiada por suas competências físicas e intelectuais, se desdobra em um sub-capítulo dedicado aos *cruzamentos recentes*.

Ao tratar desses novos *mestiços* (filhos de brancos e índios e de índios e negros) comenta o surgimento de uma *língua mestiça* a qual reafirma que, algum dia, o *tronco americano* desapareceria sobrevivendo como seu vestígio apenas a língua tupi, isso se alguém a registrasse de forma adequada. A *pobreza* e a *força* desse *língua mestiça* são apresentadas pela análise de algumas quadras, onde o autor opera, literalmente, uma tradução. Assim a quadra “O bicho pediu sertão/ O peixe pediu fundura/ o Homem pediu riqueza/ A mulher a formosura”²²⁹ era traduzida em poesia civilizada como: “A formosura é tão indispensável à mulher e

dada à autenticidade das línguas expostas em gramáticas feitas por jesuítas eram mais recorrentes do que um debate sobre a evolução da língua.

²²⁷ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 430, 1873.

²²⁸ Ibid. p. 447.

²²⁹ Ibid., p. 453.

a riqueza ao homem, como para o peixe é indispensável a fundura das águas e para o animal selvagem a vastidão das terras interiores, a que chamamos sertões”²³⁰. Por essa tradução peculiar, o autor introduzia um elemento, *pobre* porém *forte*, que poderia intermediar, em diferentes níveis, o *sertão* e o *civilizado*: o *mestiço*.

Esse ponto se desdobra em outros semelhantes. Destaquemos que a valorização da mestiçagem seria, para Couto de Magalhães, mais que um achado para o entendimento das formas como se construía e evoluía as línguas, e sim um caminho para a expansão da civilização e para o progresso nacional. Por isso, o autor criticava o orçamento à colonização européia que não se justifica, pois o *mestiço* é hábil no trabalho e a mestiçagem não deveria ser temida, uma vez que o *tronco branco* invariavelmente se destacaria sobre o *americano*.

Talvez que com os fatos que passo a expender compreendamos que, ao passo que gastamos quase esterilmente milhões com colonização européia, é triste que figure nossos orçamentos apenas 200 contos para utilizar pelo menos meio milhão de homens já aclimatados e mais próprios, mesmo pelos seus defeitos e atrasos, a arcarem com os miasmas de um clima intertropical como o nosso e com a selvageria de um país quase ainda virgem, onde a raça branca não pode penetrar sem ser precedida por uma outra que arrote e destrua, por assim dizer, a primeira braveza de nossos sertões²³¹.

Dessas colocações, nas quais reafirmava que o branco era inadequado ao sertão, o autor segue para o próximo subcapítulo chamado “raças mestiças como elemento de trabalho”²³². A utilidade do *mestiço* como “elemento de trabalho” parte da constatação (que o autor experimentou no Brasil e nas republicas sul-americanas) de que “o nosso índio não presta a gênero nenhum de trabalho sedentário”²³³. Porém, nas mesmas condições, Couto de Magalhães constatou que, embora não fossem úteis ao trabalho sedentário, eram os índios e os mestiços filhos de índios que sustentavam a atividade pastoril no Brasil e nas repúblicas sul-americanas. A atividade pastoril, seguindo a intenção desse argumento, era apresentada, por diferentes motivos, como ideal para ocupar o interior: ela necessitava de poucos recursos para se iniciar; não necessitava de grande mão-de-obra; utilizava e ocupava vasta extensão de terras; e não necessitava de estradas uma vez que sua produção podia se locomover. A atividade pastoril não seria

²³⁰ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 453, 1873.

²³¹ Ibid., p. 454.

²³² Ibid., p. 454.

²³³ Ibid., p. 455.

feita, no entanto, pelos brancos, negros ou por mestiços descendentes desses, pois só os índios ou mestiços de índios seriam capazes de suportar a vida nômade e solitária que a atividade pastoril impõe. Esse argumento se sustenta pelo tempo evolucionista que o autor havia afirmado antes, pois estando em outro *grau de civilização*, o branco jamais seria capaz de se adequar ao sertão e à vida nômade, uma vez que não era possível retroceder a hábitos e estágios ultrapassados.

Se o evolucionismo já sustentava sua proposição, a confirmação se dava pela experiência vivida no sertão. Ao comparar a barraca de um comerciante português e do *tapuio* (mestiço que vivia no norte da Nação e se dedicava especialmente à extração da borracha), o autor mostrava que “o branco, no meio da floresta com os cômodos de sua civilização, é tão miserável como o *tapuio* em nossas cidades com seu arco e flecha”²³⁴. Assim, o estágio atrasado dos mestiços era justamente o que os qualificava para ocupar o interior.

Há de se destacar que a expansão que Couto de Magalhães propunha não atendia apenas a um anseio de ocupar, mas a objetivos econômicos. Em diferentes momentos, ele comenta como a produção da borracha e a pastoril, por sua possível expansão, iriam render lucros ao Império. O aumento da riqueza interna, mais que uma justificava, é um fim de seu argumento. Por isso, seu interesse pelo *mestiço* como *elemento de trabalho*. Entretanto, um assunto ainda faltava para seu argumento se tornar uma proposição e o extermínio dos *selvagens* ser descartado: como *catequizá-lo*, embora criticasse a catequese praticada pelos jesuítas, especialmente por ter visto que os aldeamentos formavam *selvagens viciados*, o autor reafirma esse conceito. Duas referências compõem sua fala: a experiência tida no Colégio Isabel e a “história da humanidade”.

“A história da humanidade dá testemunho de que as transformações dos povos só se dão efetuado aos impulsos de um homem de sua mesma raça”²³⁵. Portanto, a catequese que Couto de Magalhães propunha seria feita em duas fases. A primeira seria feita em um colégio próximo ao Colégio Isabel, onde viu crianças selvagens aprenderem o português e a escrita. A segunda, se daria no retorno desses aos seus antigos lares. A proposição desse letrado não era a de uma ocupação ou aproximação imediata, mas de uma transformação gradual

²³⁴ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 460, 1873.

²³⁵ Ibid, p. 464.

promovida pelos próprios selvagens que estudavam nesses colégios. Com o tempo, um colégio central, “espécie de instituição como o colégio de Pedro II”²³⁶, deveria receber os melhores alunos dos colégios periféricos, formando os futuros líderes das comunidades para onde regressariam. Por fim dizia: “sejam indígenas pela língua e sangue, mas que sejam brasileiros e cristãos pelas idéias, sentimentos e educação”²³⁷.

O debate, no qual o autor em seguida se detinha (indo contra um conjunto amplo de argumentos cujos autores não nomeia), era sobre as possíveis conseqüências nocivas da mestiçagem. Os argumentos não diferem do que foi dito. Primeiro, Couto de Magalhães destacava que, sem os mestiços, seria impossível ocupar o interior, uma vez que o branco não sobreviveria no *sertão*. Em segundo, não haveria de se temer uma miscigenação com uma raça fadada à extinção, só que, nesse momento, esse argumento partia de outras referências. O autor citava Santo Agostinho, ao invés de um argumento evolucionista, afirmando que “Deus é tão grande nos arcanos de sua providência, que não permite o mal senão porque dele sabe derivar o bem”²³⁸. Em certa medida, trata-se de um argumento próximo ao da teodicéia de Leibniz²³⁹, no qual, pela mão da providência, os males que se dão no mundo são medidas tomadas para garantir o progresso da humanidade. Assim, o mal só é visto enquanto tal por aqueles incapazes de enxergar o progresso que a providência articulava por ele. Logo, para Couto de Magalhães, aqueles que temem a miscigenação, o faziam por não terem consciência dos meios adequados de promover o progresso, pois se a miscigenação significasse o fim (ao invés do progresso), a providência teria feito dos mestiços seres estéreis como são os filhos de espécies diferentes. Nesse sentido, reafirmava sua posição contra a guerra, argumentando pela virtude da prudência:

Tomemos nós brasileiros essa lição da natureza, e já que somos a maior região física da América, procuremos ser também a maior nação moral, não pela ação do fogo, mas pelos lentos e metódicos trabalhos das artes, da economia e das ciências que são absolutamente incompatíveis com as estéreis glórias das armas,

²³⁶ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 464, 1873.

²³⁷ Ibid., p. 464.

²³⁸ Ibid., p. 470.

²³⁹ KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

quer se as alcance em países estrangeiros, quer venham tintas com o sangue de nossos patrícios²⁴⁰.

Se Couto de Magalhães falava de uma moral, no caso civilizada e civilizadora, no último capítulo (*Família e religião selvagem*) esse autor definia o *selvagem* por suas *disposições morais e intuições religiosas*, pois “não são os caracteres físicos e sim os morais que entram como elemento principal em uma boa classificação antropológica”²⁴¹. No que diz respeito ao foco desse trabalho, os comentários sobre a *família e religião selvagem* reafirmam o que vem sendo comentado. Nesse capítulo, o autor novamente critica a documentação produzida pelos jesuítas que, por terem um olhar tendencioso, percebiam os mitos ameríndios como manifestações demoníacas, ao passo que para Couto de Magalhães os mitos e hábitos instituídos deviam ser interpretados pela perspectiva que os criou. Assim, o que os jesuítas nomeavam de *demoníaco*, para esse letrado era a forma pela qual os selvagens se educavam, adquirindo consciência de que não deviam caçar mais que o necessário ou desrespeitar os mais velhos, além de outros que o autor nomeava de *ensinamentos morais*. Os *hábitos e instintos religiosos* reafirmam, por fim, a utilidade dos selvagens para o Império, pois estes já gozavam de uma *moral* e de *um instinto religioso* que deveria ser apenas aprimorado. Há de se destacar aqui que, se ao longo do **Ensaio** o conceito de *raça* não é definido (mantém-se escorregadio como Banton afirma ser comum às teorias raciais do oitocentos), Couto de Magalhães lançava mão tanto das qualidades físicas quanto *morais* para definir e apresentar os *selvagens*. É notável que se as medidas físicas e a idade desses *selvagens* são estabelecidas por critérios cuja referência é o branco civilizado, tanto a *moral*, quanto o *instinto religioso*, são pensados por um procedimento onde a referência deve ser o próprio *selvagem*. Assim, Couto de Magalhães rompia com o princípio evolucionista onde todos os *troncos* devem passar por certos processos, pois o desenvolvimento *moral* não seria evolutivo, mas singular.

Embora Couto de Magalhães passe por um conjunto variado de referências e de argumentos, o **Ensaio** é centrado na utilidade do *selvagem* para o Império.

²⁴⁰ Opus. cit., p. 473.

²⁴¹ MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 473, 1873

Por isso, mesmo que o argumento evolucionista (em suas diferentes formas) seja uma referência freqüente, seu **Ensaio** está comprometido principalmente com o progresso do Império. Como a distância entre evolução e progresso foi comentada pela desvinculação entre a razão e a moral (pois o conhecimento da evolução da espécie se dava independente da vontade do homem, assim anulava-se a possibilidade de uma referência moral na construção desse argumento ou na avaliação de suas conseqüências), ao dizermos que Couto de Magalhães expunha meios de se promover o progresso, deixamos implícito que a razão com a qual operava não está distante de uma referência moral e, nesse caso, pragmática. Sendo *homem de boa fé*, Couto de Magalhães publicava uma *memória* onde expunha, frente aos sócios do IHGB que a louvaram²⁴², os melhores meios de se promover a colonização do *sertão* garantindo a segurança do território e dos próprios *selvagens*. Afinal, tal colonização seria empreendida pela mão de um colono aclimatado, sem, no entanto, violentar os hábitos deste, pois, não eram apenas por suas potências físicas, mas por suas disposições morais que este homem era capaz de viver e, se educado, prosperar no *sertão*. Como o próprio dizia, ao invés da guerra e do sangue, o Brasil poderia ser uma grande “nação moral”, pois partiria da consciência de que o civilizado, como homem em grau mais adiantado, deve dar “trabalho e civilização” ao *selvagem*. Por isso, no **Apêndice**²⁴³ de seu **Ensaio**, justificava sua empresa tanto pelo benefício do progresso quanto pelo benefício moral, talvez porque, nesse caso, tais referências não pudessem estar separadas²⁴⁴. Se, por essa moral, indicamos um compromisso com o progresso, e assim com o Império, é válido destacar que, como monarquista convicto, após a proclamação da República, Couto de Magalhães retirou-se da vida pública.

²⁴² O Relatório do 1º secretário J. Caetano Fernandes Pinheiro, como de costume apresentado na sessão aniversária do Instituto, elogiava o **Ensaio** com as seguintes palavras: “A experiência que o intrépido explorador do Araguaia tem adquirido em semelhantes materiais serve de penhor da proficuidade de seu plano; Oxalá possa ele encontrar todo o favor nas regiões oficiais e a leal cooperação dos homens de boa vontade” (36 [47]: 612, 1873).

²⁴³ MAGALHÃES, Couto de. **Apêndice mostrando qual é a posição do índio em presença da raça conquistadora**. 36 (47): 509-516, 1873.

²⁴⁴ Nesse **Apêndice**, Couto de Magalhães se dirige a Joaquim Serra dizendo: “o índio é um tesouro de imensa valia para nós” (Ibid., p. 511), assim, além de reafirmar o que vinha sendo dito, apresentava uma razão moral para suas proposições: “Em nossa situação de raça conquistadora, nós que tomamos o solo a esses infelizes, e que os vamos dia a dia apertando mais para os sertões, temos o dever, como cristãos, de arrancá-los da barbaria sanguinolenta em que vivem, para trazê-los a comunhão do trabalho e da sociedade em que vivemos” (Ibid., p. 510).

5.

Conclusão

A vitória das paixões partidárias: o exílio dos sábios

Ao fim do último capítulo, comentamos que as proposições de Couto de Magalhães partiam de um compromisso moral. Em certa medida, essa moral era comum aos sócios e está implícita em cada capítulo que passamos. No primeiro, ao comentar a Revista, seja pela breve análise das *memórias* (como proposições sobre os melhores meios de promover o progresso), seja pela proximidade entre a história do IHGB (construída pelos próprios sócios) e a presença do Imperador, transparecia o compromisso com o futuro e passado do Império, um compromisso que, por zelar pela razão e pela ordem, se opunha à ação partidária que inspirava as paixões violentas, que tanto marcaram as regências (como vimos em Moreira de Azevedo). Um compromisso que talvez seja herdeiro das primeiras definições do que é ser brasileiro²⁴⁵, zelando pelos limites e pela centralização necessária para se evitar a guerra civil ou a desintegração da unidade territorial. Um compromisso, nesse sentido, moral, que se afasta da atividade política, entendida como atividade partidária. Como já foi comentado por Koselleck²⁴⁶, a construção do *tempo moderno* se deu em um contexto em que o desenvolvimento moral, que compreende o papel de certos homens dentro de uma sociedade e Estado, é separado da política em um movimento onde a crítica, como instrumento da moral, submete a política ao juízo da razão. Assim, abrandar os ânimos, respeitar a razão, dar continuidade a debates anteriores são faces da moral particular a esses sócios do IHGB comprometidos em se distanciar das tergiversações políticas.

O que nos leva a considerar que, embora até aqui não tenhamos constituído uma narrativa em que o passar do tempo é marcado por inflexões que se dão por um processo (uma revolução ou crise seriam casos típicos), o argumento se constrói por dois conceitos que investigam, sobretudo, o *tempo*

²⁴⁵ C.f. MATTOS, Ilmar Rohloff. Um “País Novo”: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina. **A visão do Outro**. Seminário Brasil-Argentina. Brasília: FUNAG, 2000.

²⁴⁶ Além de diferentes artigos que vêm sendo citados, vale destacar o quinto ponto do segundo capítulo de **Crítica e Crise**.

*histórico*²⁴⁷. As referências constantes ao *espaço de experiências* e aos *horizontes de expectativa* se devem à busca por um tempo particular aos textos e aos autores, pelo qual é possível tratar de *extensões e intensidades*²⁴⁸. Parece, nesse sentido, que a periodização, antes do Imperador (o passado) e depois do Imperador (o presente), sugere uma desaceleração do tempo, o que torna a idéia de progresso dos sócios que comentamos muito particular. Usualmente, pelo menos nos textos de Koselleck que foram citados, o progresso parte de idéias e expectativas de futuro que orientam a ação no presente. Assim, ao formar uma idéia de futuro e os meios de alcançá-la, deveria-se experimentar uma aceleração. No entanto, os sócios do IHGB estavam comprometidos com um tempo que pretendia, sobretudo, a continuidade. A possibilidade de progresso deveria se dar de forma desacelerada, sem movimentos que pudessem romper o período no qual estavam. Nesse sentido, chama a atenção um artigo, publicado na Revista, que constitui a resposta a um debate travado fora do IHGB.

Joaquim Norberto publicava na Revista de 1881 **O Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo**²⁴⁹, cujo subtítulo era: **Resposta a um injusto reparo dos críticos da Historia da Conjuração mineira**. Este artigo, como o próprio subtítulo sugere, era uma resposta às críticas feitas por autor anônimo ao livro de Norberto **História da Conjuração Mineira**. A crítica,

²⁴⁷ KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

²⁴⁸ “Todo o trabalho de Reinhart Koselleck com a Begriffsgeschichte (história dos conceitos) foi realizado a partir de dois parâmetros centrais. O primeiro é a idéia de que a descontinuidade histórica pode ser localizada por meio da análise conceitual. (...) Além disso, a linguagem pode ser o contexto de origem de uma descontinuidade histórica que, então, se irradia da linguagem para os acontecimentos e as instituições”. (Motzkin: 2006, 77). Esses “parâmetros centrais” compreendem, para Motzkin, a apropriação mais usual da obra de Koselleck onde se assume que a linguagem pode tanto indicar quanto promover uma descontinuidade histórica. Com a intenção de conferir maior densidade a tais parâmetros, Motzkin apresenta duas variações temporais implícitas na forma com que Koselleck lida com conceitos. Os conceitos, nesta chave interpretativa, variam temporalmente em: *extensão*; e *intensidade*. Quando uma descontinuidade histórica é localizada na análise conceitual, o pesquisador está identificando a *extensão* temporal do conceito, ou seja, seu nascimento (que não tem necessariamente uma data precisa) e sua apropriação por um grupo ao longo de certo tempo. O que pode servir como um dos parâmetros de definição de um período. Quando um conceito inspira a ação no seu presente, ele o faz em *intensidades* variadas. “O chamado à ação, que está algumas vezes implícito num conceito, é freqüentemente mediado pelo senso de temporalidade que ele comunica à sua audiência” (MOTZKIN: 2006, 78). *Aceleração e desaceleração* remetem diretamente ao que Motzkin chamou de *intensidade*. Nesse sentido, pensamos o *tempo histórico* nestas duas direções: enquanto circunscrito em uma duração, definido por uma *extensão*; e enquanto meio de identificar as pontes que existem entre o pensar e a *intensidade* da ação que particular a esse tempo.

²⁴⁹ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo**. 44 (62): 131-186, 1881.

publicada no jornal *A República*, mirava o argumento de Norberto, no qual Tiradentes teria sido tomado por uma inspiração religiosa ao fim da vida, abrindo mão de suas aspirações patrióticas. Tiradentes, assim, ao invés de morrer com o brado “Viva a liberdade!”²⁵⁰, morria beijando os pés de seu carrasco pedindo perdão a Deus. A crítica impressa em *A República*, porém, não se dirigia apenas ao argumento de Norberto, acusado de fraudar documentos, mas, também ao uso que dela se fez como oposição à construção de uma estátua em homenagem a Tiradentes, que foi proposta, segundo o próprio Norberto, por um conjunto de jovens. À parte a polêmica se Tiradentes haveria de ser símbolo²⁵¹ ou se seria redundante comentar a qual partido estava filiado o periódico *A República*, chama a atenção o recurso pelo qual Norberto justificava sua posição: os documentos que coligiu, escritos por “historiadores oculares”. Assim, Norberto produzia um argumento político sem, no entanto, assumir uma postura partidária, pois sua motivação (pelo menos a explícita) era descobrir a verdade, recuperada por um fragmento digno de confiança, logo capaz de fazer com que se acesse a verdadeira face de Tiradentes. Nesse sentido, deixava claro que não haveria duas verdades sobre certo assunto, ou, ainda, que não haveria prejuízo maior para a Nação do que a mentira: a eleição de um falso mártir. À serviço da razão, Norberto reafirmava que o compromisso com a Nação não era partidário, mas moral, pois apenas revelava a verdade.

De forma semelhante, em 1888, na comemoração do quinquagenário do Instituto Histórico, após Joaquim Norberto²⁵², Presidente do IHGB na época, ter saudado toda a família imperial, especialmente o jovem príncipe Pedro que pela primeira vez participava de uma sessão do Instituto, João Severiano da Fonseca²⁵³, substituindo o recém falecido Franklin Távora, apresentava seu Relatório narrando a história do Instituto. Ambos os discursos comentavam a importância de Cunha Mattos e de Januário na fundação do IHGB, que, se não fosse pela

²⁵⁰ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo**. 44 (62): 135, 1881

²⁵¹ C.f. SIMAS, Luiz Antônio. **O evangelho segundo os Jacobinos**: Floriano Peixoto e o mito do salvador da república brasileira. (Mestrado em História) UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro, 1994.

²⁵² SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Discurso de abertura pelo presidente o Sr. Comendador Joaquim Norberto de Souza e Silva**. 51 (78): 5-13, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

²⁵³ FONSECA, João Severiano. **Relatório apresentado pelo 1º Secretário interino Dr. João Severiano da Fonseca**. 51 (78): 15-38, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

proteção imediata do Imperador, teria se perdido. Reafirmavam a importância da Revista, por corrigir pontos obscuros da história nacional, por divulgar a ilustração e educar aos cidadãos, por apresentar diferentes contribuições sobre a “pré-história”²⁵⁴ nacional e importantes trabalhos etnográficos que impediam que se esquecesse que “muitas tribos foram nossas aliadas, combateram por nós e fundiram-se, afinal, em nossas populações”²⁵⁵.

Se tais discursos, portanto, reincidem no que foi comentado ao longo dessa dissertação, a **Alocução** de Visconde de Taunay²⁵⁶, com a qual abrimos a introdução, traz um último ponto. Taunay, enaltecendo o ano de 1888 pela conquista da abolição, dizia: "E jamais, em todas as páginas da nossa história laços mais íntimos, nem ligações mais estreitas, prenderam o nobre povo brasileiro, que os experimentava, ao excelso trono em que se assenta a augusta família de V. M. Imperial"²⁵⁷.

Em seguida, por um artifício, dirigia-se ao “grande republicano” Castellar que “afirmara aos mundos, que o trono brasileiro assentava os alicerces nos negros e repulsivos paués da escravidão”²⁵⁸. Em seguida, seu argumento se desenvolve em uma dúvida sobre a escolha pela República, pois a abolição aparecia como confirmação de que a monarquia era a forma de governo mais apropriada. “Conseguidos os almejados fins poderá a monarquia confiantemente perguntar á república: ‘Que mais quereis? Que horizontes novos mostrais ao patriotismo e ao desinteresse? Apontai-os e em busca deles logo partirei’”²⁵⁹. Não existia, por fim, no discurso de Taunay, a expectativa imediata do fim da monarquia, pelo contrário, a República só acontecia em sua fala no momento em que um descendente distante de D. Pedro II

inspirado nos sentimentos de honestidade e altaneira da sua egrégia origem e estirpe, não se lhe dará de descer os degraus do solo imperial para fazer subir essa mulher simbólica que tanto fanatiza os paladinos de um ideal não raramente enganoso e mistificador.²⁶⁰

²⁵⁴ SILVA, Joaquim Norberto de Souza e. **Discurso de abertura pelo presidente o Sr. Comendador Joaquim Norberto de Souza e Silva**. 51 (78): 5, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

²⁵⁵ Ibid., p. 5

²⁵⁶ **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnolle Taunay**. 51 (78): 39-47, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB

²⁵⁷ Ibid., p. 39.

²⁵⁸ Ibid., p. 41.

²⁵⁹ Ibid., p. 43.

²⁶⁰ Ibid., p. 43.

Mesmo assim, essa “mulher simbólica” se consternaria frente à figura da Imperatriz que “redimiou os desgraçados escravos”²⁶¹. O juízo sobre a monarquia, então, partia de seus resultados, não de uma escolha partidária que, por sua natureza, não seria sábia. Dentro desse argumento, escolher outra forma de governo não se justifica, na medida em que a monarquia constitucional permite que a razão alce seu vôo sem comprometer a ordem (o que seria pouco provável em um debate entre partidos sobre os meios de se alcançar o progresso, uma vez que o debate partidário, por si, tenderia às *paixões violentas*, operando como semente da *anarquia*). Nesse sentido, se o futuro, mesmo quando se proclamasse a República, manter-se-ia consciente dos sucessos da família imperial, era aos grandes homens do passado a quem Taunay se dirigia.

Sendo orador, sua função era enaltecer os sócios falecidos e assim o fez. Taunay se dirigia à cada sócio, que com poucas palavras dignificava, perguntando-lhes se os sócios que ali estavam eram dignos de seu legado. Após ter passado por Januário e Cunha Matos, Gonçalves Dias, Fernandes Pinheiro, visconde de São Leopoldo, Barão de Porto Seguro, dizia: “Vêde, vêde o que temos feito, pesai bem os nossos esforços, avaliari as nossas intenções, as lutas que tivemos que sustentar, o desânimo que foi preciso vencer”²⁶². As experiências passadas, por seus inegáveis bons trabalhos, podiam orientar o juízo sobre o presente e, caso fossem favoráveis, justificar sua continuidade. Se existia uma distância entre Taunay para com os juizes egressos a quem se dirigia, um elemento sem igual era capaz de uni-los.

Por circunstâncias que raras vezes se repetem, é o Imperador o elo vivaz que nos prende a vós todos, vós que nas múltiplas situações da vossa existência, já nas letras, já nas ciências, já no magistério, já na diplomacia, já nos mais altos cargos do Estado, desfilastes ante a Sua presença e por Ele fostes julgados na medida do vosso saber e patriotismo.

Pois, bem, o Sr. D. Pedro II é o vosso e o nosso juiz; e atentai bem - o Seu comparecimento hoje entre nós é o sinal mais certo e precioso, mais irrecusável, de que não temos desmerecido na missão que nos foi confiada e soubemos salvar todos os princípios e tradições que formam o opulento relicário desta nobre Associação²⁶³.

Taunay, ao fim de seu discurso, integrava passado, presente e futuro pela figura do Imperador. Indicava que este era um juiz satisfeito com toda produção

²⁶¹ Ibid., p. 43.

²⁶² **Alocação pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnolle Taunay.** 51 (78): 46, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

²⁶³ Ibid., p. 47.

do IHGB “já nas letras, já nas ciências, já no magistério...” que, por fim, atestava a qualidade do próprio Império. Frente a tal imagem, tendo em vista que quando o futuro se torna um passado distante, torna-se muito simples retirar dele qualquer expectativa, colocamos que, pela Revista, a data 1889 não é compreensível. Para os sócios do IHGB, a perda da Monarquia foi mais do que o fim de um período, marcou o isolamento do Instituto da vida pública, na medida em que esses homens, que percebiam razão e ciência como antagônico de qualquer escolha partidária, se afastavam de um mundo onde as *paixões violentas* pareciam ser vitoriosas.

Valendo-se do mesmo vocabulário pelo qual Moreira de Azevedo comentou as regências, José Alexandre Teixeira de Mello, 1º secretário do IHGB, iniciava seu **Relatório**²⁶⁴ sobre a produção dos anos de 1889 e 1890 com estas palavras:

Senhores.- Achamo-nos em um campo neutro, onde não entra a política com as suas tergiversações e sutilezas. Lá fora esbraveja de noite e de dia o ruído dos interesses desencontrados e antagonistas; o sorriso que mascara o rancor e o despeito; a frase açucarada que encobre o pensamento; o patriotismo, que é santo e nobre, encarado por prismas diversos. Aqui o silêncio de que medito; a paz e a serenidade de ânimo do que se afadiga por honrar o renome nacional, zelado o renome de seus filhos ilustres e arquivando os fatos memoráveis da historia pátria.²⁶⁵

Situando-se ainda como herdeiro de um passado glorioso que deve ser preservado, Teixeira de Mello reafirmava seu compromisso com a herança que tanto marcou a **Alocução** de Taunay. Distanciava a razão da política, ciência de partido e, assim, compreendia esse novo presente de forma não muito distante pela qual Moreira de Azevedo comentava as regências. Frente à perda do Império (e do acesso direto ao Estado), reafirmavam seu compromisso com a Nação.

Sobrevive como dúvida que não se conclui, além da inegável continuidade do IHGB, a presença de Floriano Peixoto e de Prudente de Moraes nas sessões de aniversário do Instituto de 1893 e 1894 respectivamente, nas quais foram feitas verdadeiras odes ao Imperador. Chama a atenção, ainda, a *memória* de Araripe sobre **Três cidadãos beneméritos da República**²⁶⁶, na qual Benjamin Constant, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto são eleitos os responsáveis pela

²⁶⁴ MELO, José Alexandre Teixeira de. **Relatório do 1º secretário Dr. Jozé Alexandre Teixeira de Mello**. 53 (82): 561- 83, 1890

²⁶⁵ Ibid., p. 561.

²⁶⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar . **Três cidadãos beneméritos da República**. 60 (95): 385-396, 1897.

instauração pacífica da República. O mesmo Araripe comentaria a vocação republicana nata da Nação em algumas **Indicações sobre a história nacional**²⁶⁷, sem, no entanto, valorizar a vida ativa da Rua que a consentiu. E, assim, voltamos ao ponto que iniciou a dissertação: “A pedra rolou do alto da montanha e não se sabe onde irá parar”.

²⁶⁷ Idem. **Indicações sobre a história nacional**. 57 (90): 259-290, 1894.

6

Bibliografia

6.1.

Artigos e documentos da revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

ALMEIDA, João Ribeiro de, 1829-1908. **Breves considerações acerca de alguns documentos trazidos do Paraguai.** 33 (41): 186-205, 1870.

ARARIPE, Tristão de Alencar, 1821-1908. **Cidades petrificadas e inscrições lapidares no Brasil.** 50 (74): 231-294, 1887.

_____. **Exposição sobre a catalogação dos manuscritos do Instituto Histórico.** 47 (69): 547-553, 1884

_____. **Indicações sobre a história nacional.** 57 (90): 259-290, 1894.

_____. **Notícia sobre a maioria.** 44 (63): 167-268, 1881.

_____. **Três cidadãos beneméritos da República.** 60 (95): 385-396, 1897.

AZEVEVO, Manuel Duarte Moreira de, 1832-1889. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: João Caetano do Santos.** 33 (41): 337-357, 1870.

_____. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: José Elói Ottoni.** 35 (45): 501-518, 1872.

_____. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: padre José Maurício Nunes Garcia.** 34 (43): 293-304, 1871.

_____. **O combate da Ilha do Cabrita.** 33 (41): 5-20, 1870.

_____. **Declaração da maioria do Imperador em 1870.** 42 (58): 5-37, 1879.

_____. **O dia 30 de julho de 1832.** 41 (57): 227-235, 1878.

_____. **Domingos José Gonçalves de Magalhães.** 46 (66): 247-250, 1883.

_____. **O Duque de Caxias.** 44 (63): 163-166, 1881.

_____. **Índice geral alfabético das memórias, documentos e biografias publicados nos volumes 1 a 44 da Revista do Instituto Histórico.** 45 (65): 237-326, 1882.

_____. **Motim político de 17 de abril de 1832.** 38 (51): 127-141, 1875.

_____. **Motim político de 3 de abril de 1832 no Rio de Janeiro.** 37 (49): 367-381, 1874.

_____. **Motim político de dezembro de 1833 no Rio de Janeiro: remoção do tutor do Imperador.** 39 (53): 25-49, 1876.

- _____. **Movimento político de Minas Gerais em 1842.** 47 (69): 5-37, 1884.
- _____. **Padrões de mármore existentes no Instituto Histórico.** 49 (73): 261-265, 1886.
- _____. **Os precursores.** 51 (78): 49-53, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.
- _____. **Sabinada da Bahia em 1837.** 47 (69): 283-306, 1884.
- _____. **Sedição militar de julho de 1831 no Rio de Janeiro.** 37 (49): 179-190, 1874.
- _____. **Sedição militar na Ilha das Cobras em 1831.** 34 (43): 276-292, 1871.
- _____. **Os tiros no teatro: motim popular no Rio de Janeiro.** 36 (47): 349-358, 1873.
- _____. **O visconde do Rio Branco.** 44 (63): 157-162, 1881.
- BLAKE, Augusto Vitorino Alves do Sacramento, 1827-1903. **A revolução da Bahia de 7 de novembro de 1837 e dr. Francisco Sabino Alves da Rocha Vieira.** 48 (71): 245-263, 1885; 50 (75) 177-195, 1887; 60 (96) 47-52, 1897.
- BRITO, Pedro Torquato Xavier de, 1822-1880. **Apontamentos para a biografia do major do Imperial Corpo de Engenheiros, Luiz d'Aliencourt.** 37 (49): 383-385, 1874.
- _____. **Memória histórica da Ilha da Trindade.** 40 (55): 249-275, 1877.
- _____. **Notícia acerca da introdução da arte litográfica e do estado de perfeição em que se acha a cartografia no Império do Brasil.** 33 (41): 21-25, 1870.
- Estatutos da Academia Brasílica dos Acadêmicos Renascidos.** 45 (64): 49-67, 1882.
- FERRAZ, Luis Pereira da Costa, 1875-1886. **Discurso do Presidente Visconde do Bom Retiro.** 36 (47): 539 – 545, 1877.
- FONSECA, João Severiano, 1835-1897. **Relatório apresentado pelo 1º Secretário interino Dr. João Severiano da Fonseca.** 51 (78): 15-38, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.
- FONTES, José Ribeiro de Sousa, 1821-1893. **Relatório do segundo secretário o Dr. José Ribeiro de Sousa Fontes.** 33 (41): 419- 436, 1870.
- FRANÇA FILHO, Ernesto Ferreira, 1828-1888. **Apontamentos diplomáticos sobre os limites do Brasil.** 33 (41): 213-236, 1870.
- LEAL, Antonio Henriques, 1828-1885. **Apontamentos para a história dos jesuítas no Brasil.** 34 (43): 47-101; 195-275, 1871.
- Lembranças Do que devem se remeter ao Instituto os Srs. Sócios Residentes nas Províncias.** 45 (64): [sem número de página], 1882.

MACEDO, Joaquim Manoel de, 1820-1882. **Discurso do Orador**. 34 (43): 416-423, 1871.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de, 1837-1898. **Ensaio de antropologia: região e raças selvagens**. 36 (47): 359-516, 1873.

_____. **Apêndice mostrando qual é a posição do índio em presença da raça conquistadora**. 36 (47): 509-516, 1873.

MELLO, Francisco Inácio Marcondes Homem de, 1837-1918. **Documentos relativos à história da capitania depois província, de São Pedro do Rio Grande do Sul**. 40 (54): 191-302, 1877; 42 (58): 5-90, 105-156, 1879.

_____. **Excursões geográficas**. 51 (78): 167-203, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

_____. **Excursões pelo Ceará, São Pedro do Sul e São Paulo**. 35 (45): 80-169, 1872.

_____. **Hipólito José da Costa Pereira**. 35 (45): 203-245, 1872.

_____. **O que se deve pensar do sistema de colonização adotado pelos portugueses para povoar o Brasil**. 34 (43): 102-112, 1871.

_____. **Viagem ao Paraguai em fevereiro e março de 1869**. 36 (47): 5-53, 1873.

MELO, José Alexandre Teixeira de, 1838-1907. **Campos dos Goitacazes em 1881**. 49 (73): 5-181, 1886.

_____. **Relatório do 1º secretário Dr. Jozé Alexandre Teixeira de Mello**. 53 (82): 561- 83, 1890.

MENDES, Candido, 1818-1881. **Notas sobre a história pátria**. 39 (53): 5-24, 1876; 40 (55): 163-247; 277-373, 1877; 41 (57): 71-141, 1878; 42 (58): 141-205, 1879.

PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes, 1825-1876. **Motins políticos e militares no Rio de Janeiro prelúdios da Independência do Brasil**. 37 (49): 341-366, 1874.

_____. **O que se deve pensar do sistema de colonização adotado pelos portugueses para povoar o Brasil**. 34 (43): 113-122, 1871.

_____. **Relatório do Primeiro Secretario Cônego Dr. J. C. Fernandes Pinheiro**. 34 (43): 388-404, 1871.

_____. **Relatório do 1º secretario J. Caetano Fernandes Pinheiro**. 36 (47): 611 – 645, 1873.

PONTES, Felisberto Caldeira Brandt, Visconde de Barbacena. **História da campanha do sul em 1827: batalha Ituzaingo**. 49 (72): 289-554, 1876.

Preliminares para os estatutos da Real Sociedade Bahiense dos Homens de Letras. 47 (68): 87-105, 1884

RATH, Carlos. **Notícia etnológica sobre um povo que já habitou a costa do Brasil bem como o seu interior antes do dilúvio universal**. 34 (42): 287-292, 1871.

RIBEIRO, Duarte da Ponte, 1794-1878. **Limites do Brasil com o Paraguai**. 35 (45): 485-499, 1872.

SILVA, Joaquim Norberto de Souza e, 1820-1891. **Alocução do presidente do IHGB, Joaquim Norberto de Souza e Silva**. 53 (82): 556-560, 1890.

_____. **Biografia dos brasileiros distintos por letras, armas, virtudes, etc: Casimiro de Abreu**. 33 (40): 295-320, 1870.

_____. **Discurso de abertura pelo presidente o Sr. Comendador Joaquim Norberto de Souza e Silva**. 51 (78): 5-13, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

_____. **Tiradentes perante os historiadores oculares de seu tempo**. 44 (62): 131-186, 1881.

SOUZA, Augusto Fausto de, 1835-1890. **A baía do Rio de Janeiro**. 44 (63): 5-155, 269-340, 1881.

_____. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. 46 (61): 27-113, 1880.

_____. **Fortificações no Brasil**. 48 (71): 5-140, 1885.

_____. **Índice dos artigos contidos nos 50 tomos da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em relação a cada uma das províncias do Império**. 51 (76): 379-404, 1888.

_____. **Relatório do Sr. Secretário Interino Coronel Augusto Fausto de Souza**. 50 (75): 397- 418, 1887.

TAUNAY, Alfredo d'Escragnolle Taunay, Visconde de, 1843-1899. **As Caldas da Imperatriz, águas termais da província de Santa Catarina**. 42 (58): 39-53, 1879.

_____. **Alocução pelo sócio Honorário o Sr. Senador Alfredo de Escragnolle Taunay**. 51 (78): 39-47, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

_____. **Discurso do Orador O Sr. Alfredo d'Escragnolle Taunay**. 33 (41): 437- 452, 1870.

_____. **Expedição do cônsul Langsdorff ao interior do Brasil**. 38 (50): 337-354, 1875.

_____. **Os índios Caiangangs: Coroados de Guarapuava**. 51 (78): 251-310, 1888. Suplemento em homenagem ao quinquagenário do IHGB.

_____. **Relatório geral da comissão de engenheiros junto às forças em expedição para a província de Mato Grosso: 1865-1866**. 37 (39): 79-177, 209-339, 1869.

_____. **Vocabulário da língua guaná ou xane**. 38 (51): 143-162, 1875.

TÁVORA, Franklin. **O tomo cinqüenta da Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. 50 (74): XVII-XXIII, 1887.

_____. **A extinção da escravidão no Brasil: o jubileu do Instituto Histórico.** 51 (76): XVII-XXVII, 1888.

TOCANTIS, Antonio Manuel Gonçalves, 1826-1905. **Estudos sobre a tribo munducuru.** 40 (55): 73 - 101, 1870.

_____. **Relíquias de uma grande tribo extinta.** 39 (53): 51-64, 1876.

VIANA, Cândido Araújo Viana, 1793-1875. **Discurso do presidente o Sr.Visconde de Sapucahy.** 33 (41): 415- 418, 1870.

_____. **Discurso do Presidente o sr. Visconde de Sapucahy.** 34 (43): 385-388, 1871.

_____. **Discurso do Presidente Márquez de Sapucahy.** 36 (47): 609 – 610, 1873.

6.2.

Obras completas:

DENIS, Ferdinand. Resumo da História Literária do Brasil. In: CÉSAR, Guilhermino. **Historiadores e críticos do romantismo.** Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1978, p. 35-82.

MAGALHÃES, Couto de (org.). **Diário íntimo.** São Paulo: Companhia das Letras 1998.

MARITUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1991, Coleção Capistrano de Abreu.

RIBEIRO, Santiago Nunes Ribeiro. Da Nacionalidade da Literatura Brasileira. In: COUTINHO, Afrânio. **Caminhos do pensamento crítico.** Rio de Janeiro: Ed. Americana: Prolivro, 1974. 1 v.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil.** Brasília: Ministério do Interior; Fundação Projeto Rondon, 1988 [1880].

TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle Taunay. **A retirada da Laguna:** episódio da guerra do Paraguai. In: MEDEIROS, Sergio (org).São Paulo: Companhia das Letras 1997.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de, 186-1878. **Memorial Orgânico.** Acervo do IHGB 44, 2, 27 n. 1: 1849, pp. 1-49.

6.3.

Dicionários

ALMEIDA, D. José Maria de e LACERDA, Araújo Corrêa de. **Grande dicionário português ou tesouro da língua portuguesa.** Rio de Janeiro. 1873. [BN R 4693 V 658 v.3]

_____. **Dicionário da língua portuguesa.** Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1859 [BN R 469. 3 L 131].

_____. **Dicionário da língua portuguesa.** Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1878. [acervo do IHGB 469. 3 F224 d 1858].

_____. **Dicionário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa.** Lisboa: Escritório de Francisco Arthur da Silva, 1879. [acervo do IHGB 99, 6, 8-9].

CARDOSO, Tavares e CAMÕES, Largo de. **Novo dicionário Universal Português.** Lisboa. 1891. [acervo do IHGB 113, 1, 1-2].

SILVA, Antonio de Moraes. **Dicionário da língua portuguesa** recopilado dos vocabulários impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Natural do Rio de Janeiro. Lisboa: Tipografia Lacerdina, 1813. [BN R 469.3. 5586d].

SOARES, Antonio Joaquim de Macedo. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa** Elucidário Etimológico-Crítico das Palavras e frases que, originais do Brasil, ou aqui populares, se não encontrarão nos dicionários da Língua Portuguesa, ou neles vêm com forma ou significação diferente. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1889. [acervo do IHGB 108, 6, 8].

6.4

Bibliografia geral:

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. Ronda Noturna: Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. N. 1. 1988, p. 28-54.

_____. História e Narrativa. In: MATTOS, Ilmar Rohloff de (orgs.). **Ler e escrever para contar: documentação, historiografia e formação do historiador.** Rio de Janeiro: Access, 1998.

ARAÚJO, Valdeci Lopes de. **A experiência do tempo modernidade e historicização no Império do Brasil (1813-1845).** (Doutorado em História). PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2003.

ARENDR, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

AUERBACH, Erich. **Mimesis: a representação da realidade na literatura ocidental.** 5. ed. rev. - São Paulo: Perspectiva, 2004.

BANN, Stephen. **Romanticism and the rise of history.** New York: Twayne, 1995.

BANTON, Michael. **Racial theories.** 2.v. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1998.

BLOCH, Marc. **Apologia da História** ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **A construção da ordem. Teatro de sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Celso. **Os militares e a República. Um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

CASTRO, Celso e IZECKSOHN, Vitor e KRAAY, Hendrik. **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV: Bom Pastor, 2004.

CAVALCANTE, Berenice. A ilustração brasileira: a leitura “colonial” dos filósofos iluministas (séc. XVIII-XIX). **Letterature D'américa Tuttamerica Rivista Trimestrale**, Università Roma La Sapienza, n. 51, pp. 53-67, 1993.

_____. **José Bonifácio: razão e sensibilidade: uma história em três tempos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Wilma Peres. **O Império do Brasil: dimensões de um enigma**. São Paulo: Almanack brasiliense, 2005. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 25 nov. 2006.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da ilustração no Brasil. In: **A interiorização da metrópole e outros estudos**. São Paulo: Alameda, 2005.

DUCHET, Michèle. **Anthropologie et histoire au siècle des Lumières**. Paris: Albin Michael, 1995.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade de corte; investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001.

_____. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1993-1994. 2 v.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ENDERS, Armelle. “O Plutarco Brasileiro”. A Produção dos Vultos Nacionais no Segundo Reinado. Rio de Janeiro, **Revista Estudos Históricos**, 2000/1.

FERREIRA, Lúcio M. Vestígios de Civilização: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e a Construção da Arqueologia Imperial (1838-1870). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 4, p. 9-36, 1999.

_____. Ciência Nômade: o IHGB e as viagens científicas no Brasil imperial. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.13, n. 2, p. 271-92, 2006.

FERREIRA, L. M. ; NOELLI, F. . A Persistência da Teoria da Degeneração e do Colonialismo nos Fundamentos da Arqueologia Brasileira. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 14, p. 1239-1264, 2007.

FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça. Ciências geológicas no Brasil no século XIX. In: FIGUEIRÔA, Sílvia Fernanda de Mendonça (Org). **Um Olhar sobre o**

passado: história das ciências na América Latina. São Paulo: Imprensa Oficial 2000.

GENOVEZ, Patrícia Falco. Visões da liturgia: o Imperador e os partidos políticos. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 5, n. 2, p. 57-82, 2000.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.

_____. **Time's arrow, time's cycle: myth and metaphor in the discovery of geological time.** London: Penguin, 1988.

_____. **Viva o brontossauro: reflexões sobre a historia natural.** São Paulo: Companhia das Letras 1992.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal. Um olhar sobre o Continente: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Congresso Internacional de História da América. **Revista de história**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 217-229, 1998.

_____. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial.** R. IHGB. 156 (388): 459-614, 1995.

GUIMARÃES, Lucia Maria Pascoal e HOLTEN, Birgitte. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, a Real Sociedade dos Antiquários do Norte e o Dr. Peter Wilhelm Lund: a suposta presença escandinava na Terra de Santa Cruz e a ciência. **Texto preparado para entrega no Encontro de 1997 da Latin American Studies Association**, Continental Plaza Hotel, Guadalajara, México, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: José Murilo de Carvalho. (Org.). **Nação e Cidadania no Império: novos horizontes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 1, p. 93-122.

_____. Entre o amadorismo e o profissionalismo: o Instituto Histórico de Paris no século XIX. In: XXI Simpósio Nacional de História, 2001, Niterói. Livro de resumo - XXI Simpósio Nacional de História. Niterói: Associação Nacional de História, 2001. v. 1. p. 59-60.

_____. *Nação e Civilização* nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. Rio de Janeiro: **Estudos Históricos**, n. 1, p. 5-27, 1988.

_____. Para reescrever o passado como História: o IHGB e a Sociedade dos Antiquários do Norte. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.) **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos.** Rio de Janeiro: Access, 2001, pp 1-28.

_____. A Revista do IHGB e Os Temas de Sua Historiografia: Fazendo A Historia Nacional.. In: WEHLING, Arno. (Org.). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado.** Rio de Janeiro: IHGB, 1989, v. , p. 21-41.

HABERMAS, Jünger. **Mudança estrutural da Esfera Pública:** investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

_____. **Os antigos, O Passado e o Presente**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

HALL, Stuart. **Da Diáspora**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2003.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses**: argumentos políticos para o capitalismo antes de seu triunfo. Rio de Janeiro: Record, 2002.

HOBSBAWM, E. J.; RANGER, T. O. **A Invenção das tradições**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

HOLLANDA, Sergio Buarque. **Para uma nova história**. COSTA, Marcos (orgs.) São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

IZECKSOHN, Vitor. Resistência ao recrutamento para o exército durante as guerras Civil e do Paraguai: Brasil e Estados Unidos durante a década de 1860. **Revista de Estudos Históricos**, Brasil, v. 27, p. 84-109, 2001.

JASMIN, Marcelo Gantus. História dos conceitos e teoria política e social: referência preliminares. **RBCS**, Rio de Janeiro, vol.20, n 57, 2005

JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JÚNIOR, João. **História dos conceitos**: debates e perspectivas. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Edições Loyola: IUPERJ, 2006

KANT, Immanuel; TERRA, Ricardo R.; LEBRUN, Gerard, GIANNOTTI, Jose Arthur. **Idéia de uma Historia Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

KODAMA, Kaori. **Os filhos das brenhas e o Império do Brasil: A etnografia no Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (1840-1860)**. (Doutorado em História) PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Martius e o IHGB: um naturalista e os letrados na construção de uma história**. (Mestrado em História). PUC-Rio, Departamento de História, Rio de Janeiro, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: EdUERJ: Contraponto, 1999.

_____. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Contraponto, 2006.

_____. **The Practice of Conceptual History**. Stanford: Stanford Press, 2002.

KURY, Lorelai. A Comissão Científica de Exploração (1859-1861). A ciência imperial e a musa cabocla. : HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.) **Ciência, Civilização e Império nos Trópicos**. Rio de Janeiro: Access, 2001, p. 29 – 54.

LACOMBE, Américo Jacobina. **A construção da historiografia brasileira: o IHGB e a obra de Varnhagen**. 152 (370): 310-329, 1977.

_____. **As idéias políticas de Varnhagen**. 275: 135-154, 1967.

LIMA, Ivana Stolze A língua brasileira e os sentidos de nacionalidade e mestiçagem no Império do Brasil. Rio de Janeiro: **TOPOI**, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 334-356.

LIMA, Luis Costa. A questão da narrativa. In: **Pensando nos tropicos: (dispersa demanda II)**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

_____. **A aguarrás do tempo: estudos sobre a narrativa**. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.

_____. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MACEDO, Adriana Mattos Clen. **As corografias e a cultura histórica oitocentista**. (Mestrado em História) UFRJ/IFCS, 2007.

MACHADO, Maria Helena P. T. Um Mitógrafo no Império: A Construção dos Mitos na História Nacionalista do Século XIX. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 25, p. 63-80, 2000.

MAGNOLI, Demétrio. **O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo: Moderna, 1997.

MARTINS, Eduardo Vieira. **A fonte subterrânea: José de Alencar e a Retórica Oitocentista**. Londrina: Edufel; Edusp, 2005.

MATTOS, Ilmar Rohloff. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial**. Rio de Janeiro: Access, 1994.

_____. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. São Paulo: Almanack brasiliense, 2005. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 25 nov. 2006.

_____. Um “País Novo”: a formação da identidade brasileira e a visão da Argentina. **A visão do Outro**. Seminário Brasil-Argentina. Brasília: FUNAG, 2000.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. **A república Consentida**. Rio de Janeiro: Editora da FGV; Editora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (Eduf), 2007.

MOMIGLIANO, Arnaldo. L’histoire ancienne et l’Antiquaire. In: **Problèmes d’historiographie: ancienne et moderne**. Paris: Gallimard, 1983. p. 246.

_____. **The classical foundations of modern historiography**. Berkeley: University of Califórnia, 1990.

MOTA, L. T. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e as propostas de integração das comunidades indígenas no estado nacional. **Diálogos** Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, Maringá, v. 2, n. 2, 1998. p. 149-175.

MOTZKIN, Gabriel. A Intuição de Koselleck acerca do tempo na história. In: **História dos conceitos: debates e perspectivas**. JASMIN, Marcelo Gantus e FERES JÚNIOR, João (orgs). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; Editora Loyola: IUPERJ, 2006.

NEEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século**. São Paulo: Companhia das Letras 1993.

ODÁLIA, Nilo. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. In: VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **Varnhagen: História**. São Paulo: Ática, 1979.

OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. **Heranças recriadas: especificidades da construção do império do Brasil**. São Paulo: Almanack brasiliense, 2005. Disponível em: <<http://www.almanack.usp.br>>. Acesso em 25 nov. 2006.

PEIXOTO, Renato Amado. **A Mascarada da Medusa: a construção do espaço nacional brasileiro através das corografias e da cartografia no século XIX**. (Doutorado em História). UFRJ/IFCS, Rio de Janeiro, 2005.

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas no Brasil do final do século XIX: o papel da sociedade de geografia do Rio de Janeiro. In: BERDOULAY, V. e MENDONZA VARGAS, H. **Unidad y diversidad Del pensamiento geográfico en el mundo. Retos y perspectivas**. México: UNAM – Instituto de Geografía / INEGI, 2003 (pp. 177-191).

POMIAN, Krzysztof. **Collectionneurs, amateurs et curieux: Paris, Venise: XVIe-XVIIIe siècle**. Paris : Gallimard, 1987

_____. Coleção. In: **Enciclopédia Einaudi**. Vol 1. Memória-História. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1984.

REVEL, Jacques. **A invenção da sociedade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1989.

RIBEIRO, Renato Janine. Lorenzo de Valla e os inícios da análise de texto. In: **A última razão dos reis: ensaios sobre filosofia e política**. São Paulo: Companhia das Letras 1993.

RICHTER, Melvin. Avaliando um clássico contemporâneo: O Geschichtliche Grundbegriffe e a atividade acadêmica futura. In: **História dos conceitos: debates e perspectivas**. Organizadores: Marcelo Gantus Jasmin e João Feres Júnior. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio: Editora Loyola: IUPERJ, 2006.

RICUPERO, Ricardo. **O Romantismo e a Idéia de Nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004 (coleção temas brasileiros).

RODRIGUES, José Honório. **Varnhagen: mestre da história geral do Brasil**. 275: 170-196, 1967.

_____. **Varnhagen: o primeiro mestre de historiografia brasileira**. 328: 135-160, 1980.

ROUANET, Maria Helena. **Eternamente em berço esplendido: a fundação de uma literatura nacional**. São Paulo : Siciliano, 1991.

_____. Aquarelas de um Brasil. Rio de Janeiro: **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, 1994 (pp. 100-108).

SAID, Edward W. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. São Paulo: Companhia das Letras 1990.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai**: escravidão e cidadania na formação do exército. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

SCHORSKE, Carl E. **Pensando com a História**. Indagações na passagem para o modernismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHULZ, John. **O exército na Política**: Origens da Intervenção Militar, 1850-94. São Paulo: EDUSP, 1994.

SIMAS, Luiz Antônio. **O evangelho segundo os Jacobinos**: Floriano Peixoto e o mito do salvador da república brasileira. (Mestrado em História) UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro, 1994.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Visions of Politics. Regarding Method**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

SOUZA, Adriana Barreto de Souza. **Caxias e a formação do Império Brasileiro**. Um estudo sobre trajetória, configuração e ação política. (Doutorado em História) UFRJ/IFCS. Rio de Janeiro, 2004.

SOUZA, Roberto Acízelo Quelha de. **O império da eloquência**: retórica e poética no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Ed. UERJ: EDUFF, 1999.

SÜSSEKIND, Flora. O escritor como genealogista. In: PIZARRO, Ana. **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo : Memorial ; Campinas : UNICAMP, 1994, 2 v.

_____. **O Brasil não e longe daqui: o narrador, a viagem**. São Paulo: Cia. da Letras, 1990.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical**: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras 1991.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)